MAURO OTEIRO E SILVA

Questão agrária, cooperação e mercados: novas perspectivas para o MST

São Paulo

2020

MAURO OTEIRO E SILVA

Questão agrária, cooperação e mercados: Novas perspectivas para o MST

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração "Desenvolvimento territorial", na linha de pesquisa "Campesinato, capitalismo e tecnologias".
Orientador: Bernardo Mançano Fernandes

São Paulo
2020

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Silva, Mauro Oteiro e.
S586 Questão agrária, cooperação e mercados : novas perspectivas para o MST / Mauro Oteiro e Silva. – São Paulo, 2020.
148 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2020.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 4. Movimentos sociais rurais – Brasil. 5. Reforma agrária – Brasil. 6. Cooperativas agrícolas – Brasil. I. Título.

CDD 301.350981

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Unidade Complementar - São Paulo

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE MAURO OTEIRO E SILVA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

Aos 11 dias do mês de dezembro do ano de 2020, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de MAURO OTEIRO E SILVA, intitulada **QUESTÃO AGRÁRIA, COOPERAÇÃO E MERCADOS: NOVAS PERSPECTIVAS PARA O MST.**. A Comissão Examinadora foi constituida pelos seguintes membros: Prof. Dr. BERNARDO MANÇANO FERNANDES (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia / FCT/UNESP - Câmpus Presidente Prudente, Profa. Dra. CAMILA FERRACINI ORIGUELA (Participação Virtual) do(a) . / IPPRI/UNESP, Prof. Dr. ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA (Participação Virtual) do(a) FFLCH / USP/São Paulo (SP). Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. BERNARDO MANÇANO FERNANDES

PROF. DR DAVIS GRUBER SANSOLO
Coordenador do Programa de Pos Graduação em
Desenvolvimento Territorial na America Latina e Caribe

Dedico esse trabalho ao MST o qual tem sido o esteio da minha formação.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é um resultado coletivo oriundo da soma de vários esforços individuais, começo esse agradecimento pela minha mãe Eomara e meu pai Lutz, por terem acreditado na luta pela terra e terem sido meu pilar de sustentação ética e emocional durante minha formação técnica e política, também agradeço aos meus irmãos Eduardo e Iuri, e minha filha Leticia por entenderem o distanciamento em razão do meu trabalho e pesquisa, em especial agradeço a meu irmão Felipe que dedicou seu tempo ajudando a revisar esse trabalho.

Para a formulação dos dados dessa pesquisa contei com o apoio dos companheiros que trabalham na COOTAP (Emerson, Chandi, Fabino, Marcos, Cadore, Patrique) em especial ao Nelson que tem sido um grande conselheiro e incentivador desse trabalho, o qual é um entusiasta sobre o cooperativismo e suas relações dentro do MST.

Especialmente quero agradecer minha turma de mestrado Aqualtune, que tem demonstrado que podemos construir uma relação de estudo baseada na ajuda mutua e no companheirismo revolucionário. Os quais tem compartilhado materiais de estudo, informações e apoio emocional.

Agradecer ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), e a todos os professores dessa instituição. Em especial ao meu orientador Bernardo Mançano Fernandes, que acolheu a mim e meu projeto com entusiasmo e sabedoria para me guiar na pesquisa. Na construção dessa pesquisa também foram de muita relevância as contribuições dadas pelos membros da minha banca de defesa a Profa. Dra. Camila Ferracini Origuéla e o Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Também quero agradecer a todos os militantes e educadores da Escola Nacional Florestan Fernandes, que demonstraram que é possível construir uma escola com valores socialistas. Não poderia deixar de agradecer a Joana que tanto me apoiou para a finalização da pesquisa e também à Iridiani, Juliane e a Bianca por me ajudarem com a revisão e a Franciele que além de colega de trabalho tem sido minha amiga e motivadora na construção dessa pesquisa.

RESUMO

Ter nascido na ocupação da Fazenda Annoni em 1985, vivido minha infância e juventude em um assentamento, ter estudado agroecologia no Instituto IALA Paulo Freire na Venezuela de 2006 a 2012, e desde então trabalhado na comercialização dos produtos da Reforma agrária me levou a pesquisar sobre o desafio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em organizar a produção agrícola, e posteriormente a comercialização destes produtos. Partindo desse desafio estamos planteando entender os territórios dos assentamentos a partir do estudo da renda da terra, pois acreditamos que ela é a essência da questão agrária, dessa forma descrevemos os tipos de renda da terra e buscamos aproximar a teoria da realidade dos assentamentos através de exemplos práticos. Os modos de cooperação do MST ocupam a centralidade nesse trabalho, pois neles são depositados a responsabilidade de sanar as necessidades de acesso, da organização da produção e de comercialização, assim como também o crédito e a novas tecnologias que permitam ao camponês seguir existindo como classe após a conquista da terra. Para elucidar estes sistemas de cooperação trouxemos o aporte histórico da Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), e da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda., (COOTAP) como exemplo atual de gestão, relação com os camponeses e com o mercado, e por ser a cooperativa que realiza a produção do principal produto de divulgação do MST que é o arroz orgânico. E por último discutimos o mercado e sua importância para o escoamento da produção. Devido o mercado ter diferentes tipos de relações, acreditamos que ele é um território em disputa, e apresentamos as dificuldades impostas pelo mercado capitalista para a comercialização do arroz orgânico, e o porquê do mercado institucional ser nosso mercado. Apresentamos também a rede Armazém do Campo, que é uma estratégia de mercado e propaganda dos produtos do MST e da Reforma Agrária, através da venda de produtos orgânicos e agroecológicos, e do debate político relacionado a alimentação saudável, além dos eventos culturais que permitem a aproximação com a sociedade.

Palavras-chave: MST; Território; Cooperação; Reforma Agrária; Mercado.

ABSTRACT

Having been born in the occupation of Fazenda Annoni in 1985, living my childhood and youth in a settlement, having studied agroecology at the IALA Paulo Freire Institute in Venezuela from 2006 to 2012 and since then working on the commercialization of agrarian reform products led me to research about the challenge of the Landless Rural Workers Movement (MST) in organizing agricultural production, and subsequently the commercialization of these products. Based on this challenge, we intend to understand the territories of the settlements based on the study of land rent, as we believe that this is the essence of the agrarian issue. Thus, we describe the types of land rent and seek to bring theory and the reality of the settlements through practical examples. The MST's forms of cooperation are central to this work, as they are responsible for solving the needs of access, the organization of production and marketing, as well as credit and new technologies that allow the peasant to continue subsisting as a class after the conquest of a land. To clarify these cooperation systems, we have brought the historical contribution of CONCRAB, and COOTAP as a current example of management, relationship with peasants and with market, and also because it is the cooperative that produces the main product for the dissemination of the MST, which is organic rice. Finally, we discuss the market and its importance for the production flow. Because the market has different types of relationships, we believe that it is a disputed territory, and we present the difficulties imposed by the capitalist market for the commercialization of organic rice under the free land brand and why the institutional market is our one. Likewise, we present Armazém do Campo, a market and advertising strategy for MST and Agrarian Reform products, through the sale of organic and agro ecological products and the political debate related to healthy eating, in addition to cultural events that allow us to get closer to society.

Key-words: MST; Territory; Cooperation; Agrarian Reform; Market.

RESUMEN

Nacer en la ocupación de la Hacienda Annoni en 1985, por vivir mi infancia y juventud en un asentamiento, tener estudiado agroecología en el no Instituto IALA Paulo Freire en Venezuela de 2006 a 2012, y de entonces trabajado en la comercialización de los productos de la reforma agraria me llevaron a pesquisar sobre el desafío del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en organizar la producción agrícola, y posteriormente a la comercialización de estos productos. Partiendo de tal desafío estamos planteando entender los territorios de los asentamientos a partir de los estudios de la Renda de la Tierra, pues creemos que ella es la esencia de la cuestión agraria, de esta manera descebemos los Renda de la Tierra y buscamos acercar a la teoría de la realidad de los asentamientos atreves de ejemplos prácticos. Los modos de cooperación del MST ocupan la centralidad en este trabajo, pues en ellos son depositados la responsabilidad de sanar las necesidades de acceso de la organización de la producción y de la comercialización, así como también el crédito y las nuevas tecnologías que permitan al campesino seguir existiendo después de la conquista de la tierra. Para elucidar estos sistemas de cooperación traemos el aporte histórico de la Confederación das Cooperativas de la Reforma Agraria do Brasil (CONCRAB), y la Cooperativa de los Trabajadores Asentados da Región de Porto Alegre Ltda. Como ejemplo actual de gestión, relación con los camposinos y con el mercado, y por se la cooperativa que realiza la producción del principal producto de divulgación del MST, que es el arroz orgánico. Y por último discutimos el mercado y su importancia para el drenaje de la producción. Debido el mercado tener diferentes tipos de relaciones, creemos que él es un territorio en disputa, y presentamos las dificultades impuestas por el mercado capitalista para la comercialización de arroz orgánico, y lo porque el mercado institucional es el nuestro mercado. Presentamos también la red Armazém do Campo una estrategia de mercado y propaganda de los productos del MST y de la Reforma Agraria, atreves de la venta de los productos orgánicos - agroecológicos y del debate político relacionado a la alimentación saludable, además de los eventos culturales que permiten a la aproximación con la sociedad.

Palabras clave: MST; Territorio; Cooperación; Reforma Agraria; Mercado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Autor em seu berço com os pais no barraco de lona no acampamento – 1986. 23
Figura 2 - Autor e sua mãe na frente do barraco já no assentamento - 1987 24
Figura 3 - Localização do IALA "Paulo Freire" - Venezuela..... 27
Figura 4 - Entrega de alimentos do PAA em uma entidade beneficiária - 2013..... 30
Figura 5 - Série histórica de preços de arroz em casca..... 61
Figura 6 - Municípios que têm assentamentos do MST na RMPA 63
Figura 7 - Municípios de Atuação da COOTAP..... 65
Figura 8 - Organograma do Grupo Gestor (Dimensões Macro, Meso, Micro) 69
Figura 9 - Organograma do MST – RMPA 70
Figura 10 - Localização de Nova Santa Rita 79
Figura 11 - Vista aérea da COOPAN 80
Figura 12 - Processo de inserção nos setores produtivos da COOPAN 81
Figura 13 - Renda média dos beneficiários fornecedores de 2003 a 2015 em reais (R$) 102
F**igura 14 - Participação das mulheres no PAA de 2009 a 2018** 103
Figura 15 - Evolução das modalidades do PAA – PR de 2009 a 2018 (valor em milhões de reais) 105
Figura 16 - Linha do tempo das políticas públicas para alimentação escolar no Brasil 107
Figura 17 - Seleção do projeto de venda da agricultura familiar..... 109
Figura 18 - Histórico de vendas do escritório nacional de comercialização 112
Figura 19 – Repasse do FNDE nos estados de atuação do Escritório Nacional..... 114
Figura 20 – Número de cidades com potencial de vendas 115
Figura 21 - Resultado das visitas comerciais em SP 116
Figura 22 - Processo de visitas do Escritório Nacional de Comercialização..... 117
Figura 23 - Visita de apresentação de produtos as nutricionistas de prefeituras 118
Figura 24 - Participação em feiras e eventos..... 119
Figura 25 - O Escritório Nacional de Comercialização na organização do MST 120
Figura 26 - Atuação do Escritório Nacional por município 121
Figura 27- Folder Comemorativo dos Três anos do Armazém do Campo 125
Figura 28- Clientes comprando no Armazém do Campo na loja de São Paulo..... 126
Figura 29 - Fachada do Armazém do Campo de Belo Horizonte..... 129
Figura 30 - Foto do Armazém do Campo Rio de Janeiro..... 130

Figura 31 - Espaço Interno do Armazém do Campo Rio de Janeiro 131
Figura 32 - Espaço Externo do Armazém do Campo do Recife 132
Figura 33 - Espaço Interno do Solar Cultural 133
Figura 34 - Espaço de Vivência Solar Maria Firmina 134
Figura 35 - Consumidores fazem fila para comprar arroz orgânico no Armazém do Campo de São Paulo 136
Figura 36 - Entrega de marmitas no Armazém do Campo do Rio de Janeiro 138
Figura 37 - Funcionários do Armazém do Campo entregam m Marmitas á moradores de Rua de São Paulo 139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados econômicos do Produtor 1 48
Tabela 2 - Dados econômicos do produtor 2 49
Tabela 3 - Dados econômicos do produtor 3 50
Tabela 5 - Distribuição da produção de arroz no Brasil de 2006 a 2020 60
Tabela 7- Assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre..... 64
Tabela 8 - Relação das famílias certificadas na safra 2017/18 por município e por assentamento 66
Tabela 9 - Síntese das principais diferenças entre o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura..... 90
Tabela 10 - Valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno 110
Tabela 11 - Evolução da adesão das cooperativas e seus respectivos produtos 113
Tabela 12 - Quadro dos Armazéns do Campo pelo Brasil..... 135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COCEARGS	**Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul Ltda.**
CONAB	**Companhia Nacional de Abastecimento**
CONCRAB	**Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil**
COOPAN	**Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita Ltda.**
COOPAT	**Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados em Tapes Ltda.**
COOTAP	**Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda.**
COPAC	**Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda.**
CPA	**Cooperativas de Produção Agropecuária**
DAP	**Declaração de Aptidão ao Pronaf**
FNDE	**Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**
GCRs	**Grupos de Consumo Responsável**
IALA	**Instituto Latinoamericano de Agroecología Paulo Freire**
IBGE	**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**
IE	**Instituto Educar – MST**
INCRA	**Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**
IRGA	**Instituto Rio Grandense do Arroz**
MDA	**Ministério do Desenvolvimento Agrário**
MDS	**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**
MST	**Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**
PAA	**Programa de Aquisição de Alimentos**
PNAE	**Programa Nacional de Alimentação Escolar**
PRONAF	**Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**
RMPA	**Região Metropolitana de Porto Alegre**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **14**
2 QUESTÃO AGRÁRIA NA PELE **22**
3 RENDA DA TERRA: ESSÊNCIA DA QUESTÃO AGRÁRIA **32**
3.1 Renda da terra pré-capitalista **33**
3.2 Renda da Terra Diferencial **35**
3.3 Renda da Terra Diferencial II **37**
3.4 Renda da Terra Absoluta **40**
3.4 Renda da Terra de Monopólio **41**
3.5 Renda da terra camponesa e cooperação **42**
3.5.1 Renda camponesa com base no arroz orgânico **47**
4 A COOPERAÇÃO NO MST **54**
4.1 A importância da cooperação, por meio da gestão participativa, para a sustentação dos territórios de reforma agrária **54**
4.2 Contribuição da CONCRAB **56**
4.3 As ações da COOTAP na criação de territórios de cooperação por meio da produção do arroz orgânico **58**
4.3.1 Breve histórico da cooperativa **58**
4.3.2 Territórios de atuação da COOTAP **62**
4.4 Grupos gestores: instrumentos de organização produtiva e política 67
4.4.1 Grupo Gestor do Arroz Ecológico **67**
4.4.2 Grupo Gestor das Hortas: Estratégia de gestão para os ciclos curtos de comercialização **71**
4.4.3 Grupo Gestor do Leite **74**
4.5 A sucessão camponesa dentro das Cooperativas de Produção Agrícola (CPAs) **74**
5 MERCADO: TERRITÓRIO EM DISPUTA **86**
5.1 A Estratégia do MST para o acesso ao Mercado **95**
5.1.1 O arroz Terra Livre nas grandes redes **97**
5.2. A constituição dos mercados Institucionais **98**
5.2.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) **101**
5.2.2 O Programa nacional de Alimentação Escolar (PNAE) **106**
5.2.3 A venda dos produtos da COOTAP no PNAE **110**
5.3 A constituição do Escritório Nacional de Comercialização do MST **112**

5.3.1 Mercado Institucional **112**
5.3.1 Estratégias de marketing e fidelização de clientes **115**
5.4 Potenciais mercados para comercialização dos produtos da reforma agrária 121
5.5 Armazéns do Campo: Estratégia de Mercado e Propaganda dos Produtos do MST e da Reforma Agrária. 123
5.5.1 Armazém do Campo São Paulo **124**
5.5.2 Experiência do Rio Grande do Sul **127**
5.5.3 Armazém do Campo Belo Horizonte **127**
5.5.4 Armazém do Campo Rio de Janeiro **129**
5.5.5 Armazém do Campo Recife **131**
5.5.6 Armazém do Campo São Luís **133**
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 140
REFERÊNCIAS 143

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte da estratégia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST quanto à construção de conhecimento. O MST é um movimento camponês que transforma a realidade e dá muita importância às pesquisas que estudam essas transformações, sejam de cunho de produção acadêmica como livros, artigos, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, assim como cartilhas, jornais e demais meios de divulgação eletrônicos. E, por essa pesquisa, temos a responsabilidade e a felicidade de sermos sujeito dessas transformações e também fazermos parte da construção do conhecimento.

O MST é um movimento socioterritorial, que de acordo com Fernandes (2005) são movimentos sociais que têm o território como condição de existência e recriação. Há 31 anos, o MST tem a luta pela terra como seu eixo gerador e para que esta luta se territorialize, tem sido necessário um amplo processo de formação política para a compreensão das novas relações que o capitalismo desenvolve no campo brasileiro, de modo a criar novas formas de luta pela terra e desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária. A territorialização do MST fortalece e é fortalecida por sua identidade de classe, tornando-o conhecido internacionalmente no contexto da luta de classes. Tais fatores tornaram o MST uma referência mundial na luta pela terra, na mudança da qualidade de vida no campo e na luta contra o capitalismo.

Entendemos o campesinato como classe social que produz relações diferenciadas de trabalho, meios de produção e com a natureza, comparado ao trabalhador assalariado, ao capitalista e/ou ao latifundiário. De acordo com Oliveira, 2001, também compreendemos que:

> A luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Entendo que o século passado foi, por excelência, uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. (OLIVEIRA, 2001, p. 189).

Na luta pela terra, pela reforma agrária e contra o capitalismo, o MST vincula-se à classe trabalhadora, como indica Sampaio Jr.:

> A reforma agrária polariza a luta de classes entre dois polos opostos: de um lado, o latifúndio e seus aliados incondicionais – as burguesias brasileiras, o imperialismo e todos os segmentos da pequena burguesia que se beneficiam de privilégios aberrantes; de outro, os pequenos proprietários, os arrendatários pobres, os posseiros, os trabalhadores assalariados, os trabalhadores temporários, os sem-terra, enfim, todos os homens do campo que vivem de seu próprio trabalho e seus aliados – os trabalhadores urbanos, empregados e

> desempregados. Em suma, a luta pela terra é um problema de classe (SAMPAIO JR, 2013, p. 204).

Acreditamos na unidade de classe na tentativa de fortalecer nossas lutas, que tendem a se pulverizar em reivindicações corporativas e de uma ou de outra maneira neutralizadas, seja pela repressão, seja por cooptação. Esse fortalecimento é um dos maiores desafios da classe trabalhadora. Fortalecer significa avançar na luta e em seus resultados.

É neste contexto que, em sua diferencialidade, o MST procura criar condições para que as famílias assentadas construam viabilidade econômica, tendo em vista que os recursos proporcionados pelo Estado são insuficientes para lograr tal objetivo. Quando não se consegue responder à altura tal desafio, os assentamentos ficam vulneráveis a serem alvos das investidas do capital, o qual se manifesta de distintas maneiras. Esse quadro se agrava ainda mais quando o assentamento é fracionado a partir do momento em que os assentados optam pela produção individualizada em seus lotes, em que as famílias acabam sendo obrigadas a assimilar o modelo de produção agrícola do agronegócio em pequena escala, ao se integrarem em uma das cadeias globais de commodities, com regras definidas pelo mercado capitalista, subordinando a produção dos assentados/as.

Uma estratégia de resposta dos assentamentos do MST à ofensiva do capital, na subordinação dos territórios camponeses para produção de commodities, tornando-os dependentes dos mercados capitalistas, tem sido a criação da ***cooperação e mercado*** de modo diferenciado, ou seja, a organização da produção e da comercialização em associações e cooperativas, a partir das lógicas construídas pelas experiências do MST. No transcorrer do tempo, algumas dessas formas de organização se destacaram na produção e comercialização, principalmente, na organização dos seus associados/as, obedecendo aos princípios das discussões coletivas do MST. O estudo de Martins, 2017, mostra que:

> estas práticas sociais dos movimentos camponeses geram conhecimentos novos, com profundo conteúdo emancipatório, como visto nos processos de defesa das sementes crioulas e na contraposição às sementes geneticamente modificadas. Também é visto, na produção de alimentos saudáveis, na campanha contra o uso dos agrotóxicos e na luta pela soberania alimentar. (MARTINS, 2017, p. 23).

Esse processo gerou importantes ferramentas de resistência camponesa e de debate com a sociedade, devido aos números significativos da produção, que, por exemplo, tornaram o MST

o maior produtor de arroz orgânico da América Latina, segundo o Instituto Rio-grandense do Arroz – IRGA (BBC BRASIL, 2017).

Nesse âmbito, a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda. – COOTAP, analisada no capítulo 4, contribui na construção de novas organizações de produção e de comercialização institucional e/ou cooperativas, como os mercados institucionais e a rede de Armazéns do Campo, analisada no capítulo 5, para reestruturar e fortalecer as já existentes, de modo a se contrapor às cadeias do agronegócio. As experiências da COOTAP e do Armazém do Campo são referências da organização da produção e comercialização de alimentos que alguns assentamentos realizam, na luta contínua por políticas de reforma agrária no Brasil.

Entrevistamos pessoas responsáveis pela transformação nas instâncias da produção e comercialização, cooperação e mercado, uma vez que realizam as funções e têm informações e dados pertinentes a esse trabalho. Para temas gerais relacionados as cooperativas e outras instâncias optamos por entrevistar pessoas vinculadas às coordenações, por terem uma visão mais ampla do processo, além de coordenadores responsáveis pela qualificação técnica da produção de arroz orgânico. Também realizamos entrevistas com produtores de arroz, escolhidos pelo grau de implementação de tecnologia na produção de arroz e jovens para entender os fatores necessários para a sucessão camponesa. Como opção e homenagem, decidimos pelo anonimato dos entrevistados e trocamos seus nomes pelos nomes dos mártires da luta pela terra e da causa trabalhadora.

Os temas dessa dissertação, organizados em capítulos e subcapítulos, estão dispostos na seguinte ordem:

No capítulo 02, apresenta-se a trajetória de vida do autor, pois ela é o balizador da escolha do objeto deste trabalho, e porque esta trajetória representa a compreensão de que o processo histórico individual e coletivo vivenciado pelo autor em sua materialidade concreta da forma ao pensamento e elaboração expostos nesta dissertação. Pois parte-se da leitura teórica desde uma perspectiva dialética, onde na luta pela terra, na disputa territorial, o campesinato transforma realidades e ideias. Este capítulo foi formulado através da linha do autor e da sua família, e para sua construção o autor utilizou fotos do acervo pessoal e também de dados históricos coletados através de conversas informais com seus pais.

No capítulo 3, discute-se a renda da terra, produção de mercadorias, modos capitalista e não capitalista de produção, valor de troca e sua influência na qualidade de vida e consciência do campesinato organizado em cooperativa em comparação com o não organizado desta forma. No tema referente à renda da terra: essência da questão agrária, utilizamos a obra Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária e Novos Caminhos da Geografia, escritas por Ariovaldo Umbelino Oliveira.

Para fazer a análise de como o capitalismo, através da renda da terra se apropria ou não da renda camponesa - no caso dos camponeses rizicultores, a partir das entrevistas, fizemos uma análise dos custos de produção de três camponeses, levando em consideração seus gastos com investimentos, o cálculo de custo de seu trabalho e suas previsões de sobras com seu produto frente aos preços que o mercado se dispõe a pagar pelos mesmos. Com essa análise, temos uma referência do quanto o capital se apropria da renda camponesa.

Nesse capitulo nos utilizamos de entrevistas realizadas com dirigentes da COOPTAP, a fim de coletar informações e dados a partir dos sujeitos desta experiência, qual é o papel da cooperativa frente à renda da terra capitalista e a camponesa. Também levantamos dados de produção através de entrevistas realizadas com camponeses que produzem arroz orgânico associados à COOTAP, para estimar a renda média das famílias camponesas nessa produção. Para obtermos dados médios selecionamos camponeses em diferentes níveis de técnicos e produtivos de Arroz.

No capítulo 4, apresenta-se o histórico da Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB e da COPTAP. Inicialmente, analisamos o processo de construção e de organização produtiva da CONCRAB, uma confederação de abrangência nacional que representa o esforço de uma experiência pioneira para o aprendizado para a construção do cooperativismo no MST e servindo como exemplo para a criação de novas cooperativas a partir dos acúmulos por ela desenvolvidos. A partir desta experiência pode-se elencar os princípios do cooperativismo para o MST, a qual é uma ferramenta fundamental para a industrialização e comercialização da produção dos assentamentos da reforma agrária.

Analisa-se, também, a experiência da COOTAP, objeto central desta pesquisa, para isso utiliza-se de dados obtidos a parir de pesquisa de campo, através de atas de assembleias de fundação e de eleição de diretorias, entrevistas com sócios-fundadores, atas de reuniões, de cadernos formulados a partir dos dias de campo do Grupo Gestor do Arroz Ecológico e de dados

gerados a partir das contas correntes (gastos com sementes e insumos, financiamentos rotativos e pagamentos referentes à produção de arroz). Tais análises possibilitaram a obtenção dos dados, não só do Grupo Gestor do Arroz Ecológico, mas também do Grupo Gestor das Hortas e do leite. O conjunto dos dados citados permite que se realize uma análise da transformação da COOTAP, baseada em números e em acontecimentos históricos, que a levaram a evoluir do de tempo de sua existência.

Utilizamos como referência teórica para esse capítulo os cadernos de cooperação agrícola da CONCRAB, pois neles encontramos as bases nas quais se construíram as cooperativas do MST, pois essa leitura é necessária para entender os objetivos e valores depositados nestas experiências. Para compreender e delimitar o diferencial da estratégia de construção do cooperativismo para o MST em relação a outras experiências existentes realizou-se uma entrevista com um membro fundador da CONCRAB, e para o caso específico da COOTAP realizou-se entrevistas a dois membros do corpo diretivo desta cooperativa. Com estas entrevistas buscou-se evidenciar a prática dos processos de cooperação no MST.

Na recriação do campesinato, além da territorialização, a sucessão familiar é outro fator fundamental. Partindo dessa preocupação, de como manter os jovens no campo para assegurar o futuro das cooperativas e dos assentamentos, realizaram-se entrevistas com jovens que moram em assentamentos e trabalham em uma CPA, para compreender a partir destes sujeitos quais são os melhores caminhos para atingir uma exitosa sucessão camponesa, e se consideram que a CPA pode ser uma ferramenta para assegurar a sucessão camponesa.

Desta forma, foram realizadas entrevistas com duas jovens filhas de assentados cooperados da cooperativa COOPAN. Sendo elas: Dorothy[1] que é graduada em Gestão Financeira e é a atual presidente da cooperativa, representa a área comercial, cumpre tarefa de controle de documentação e das vendas da cooperativa, e logo depois das entrevistas foi eleita presidente da COOPAN. E Roseli[2] que tem formação técnica em agropecuária pelo Instituto

[1] Em 12 de fevereiro de 2005, a missionária Dorothy Mae Stang foi assassinada aos 73 anos de idade. Foram seis tiros à queima roupa, um deles na cabeça, ela tombou em Anapu, no oeste do Pará sem a mínima chance de defesa. (BARBOSA, 2020).

[2] Lutadora pela Reforma Agrária e defensora dos direitos das mulheres. Estas características integram o legado de Roseli Celeste Nunes da Silva, que teve a sua vida interrompida aos 33 anos de idade por lutar pelo direito de viver com dignidade no campo. Rose, como era popularmente conhecida, estava entre os mais de 7 mil trabalhadores que ocuparam, na madrugada de 29 de outubro de 1985, a então Fazenda Annoni, um latifúndio improdutivo de mais de 9 mil hectares localizado no município de Pontão, na região Norte do Rio Grande do Sul. (MST, 2018).

Educar, e graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Laranjeira do Sul, é pós-graduanda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - URFGS. A mesma exerce função de controle de horários dos trabalhadores, prestação de contas, planejamento, levantamento dos dados técnicos executados de cada setor e faz parte do grupo de acompanhamento de gestão de cooperativas do MST RS. Também foi entrevistado Ulisses[3], jovem que voltou para o lote depois de tentar a vida de empregado assalariado.

Para conhecer o funcionamento e organização da COOTAP e dos Grupos Gestores, utilizamos também como referência a tese de doutorado de Adalberto Floriano Greco Martins, A Produção Ecológica de Arroz nos Assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre de Porto Alegre: territórios de resistência ativa e emancipação, defendida em 2017 no Programa de Pós- Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFRGS (MARTINS, 2017).

No capítulo 5, são analisadas a construção de experiências de comercialização, acesso e criação de redes de mercado para os produtos das cooperativas do MST, particularmente da cooperativa de prestação de serviços e comercialização de âmbito regional (referente aos assentamentos e cooperativas da Região Metropolitana de Porto Alegre) COOTAP.

Para entender esse novo processo de cooperação e mercados, gestado nas lutas do MST, é necessário estar atento para a luta contra o mercado capitalista, que subordina a comercialização da produção das cooperativas e demais produtos de origem da agricultura camponesa através da hegemonia das grandes corporações do agronegócio. Como uma estratégia contra hegemônica, apresenta-se e analisa-se a experiência do mercado institucional, o qual contribui com a emancipação e atende à necessidade de mercado para produtos da reforma agrária. Apresenta-se as estratégias e procedimentos que a COOTAP adota junto com o MST em escala nacional, para avançar nesse mercado, evidenciados por meio de dados numéricos e temáticos os avanços já alcançados.

Ainda neste capítulo, aborda-se também o tema do marketing, que no contexto de uma sociabilidade regida pelos princípios capitalistas de produção e comercialização, constitui um

[3] Ulisses Manaças, da Direção do (MST) e coordenador do movimento no Pará, morreu devido um câncer, Por causa da sua luta por direitos sociais e pelo direito de morar, Ulisses era uma das lideranças ameaçadas de morte no Pará. Em nota, o MST o classificou como grande guerreiro, militante histórico do movimento. (G1, 2018)

elemento fundamental para criar padrões de consumo para a sociedade. O marketing cumpre o papel de supervalorizar e estimar o consumo de mercadorias produzidas pelos grandes conglomerados industriais de alcance global. Frente a este desafio, busca-se elencar as estratégias que as cooperativas do MST constroem para romper estes padrões hegemônicos de consumo e como constituir uma estratégia de marketing próprio para divulgar e valorizar a qualidade e a função social dos produtos saudáveis oriundos da agricultura camponesa. Para este capítulo, nos referenciamos materiais elaborados pelo Escritório Nacional de Comercialização do MST e também tabelas, gráficos e mapas obtidos a partir de bancos de dados do IBGE e dados levantados pelo autor.

Para realização desse capítulo voltamos a utilizar os cadernos de cooperação agrícola da CONCRAB, para buscar as primeiras definições de mercado para as cooperativas do MST e as entrevistas aos dirigentes da COOTAP e do MST, que permitem entender o posicionamento das cooperativas frente ao desafio do acesso ao mercado.

Na intenção de demonstrar a importância do mercado institucional através programas de políticas públicas emancipadoras como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE para o MST, coletamos dados e informações de sites institucionais. Para embasar as novas ações das cooperativas do Movimento frente ao mercado institucional, se utilizou dos dados coletados e sistematizados pelo Escritório Nacional de Comercialização, os quais unificam dados e informações históricas, além de projeções de diversas cooperativas e produtos produzidos e comercializados principalmente no PNAE.

Para a ampliação e criação de novas redes de comercialização dos produtos das cooperativas, constitui-se a experiência das lojas Armazém do Campo, que tem demonstrado ser uma iniciativa muito positiva e significativa. Para analisar esta iniciativa, realizou-se entrevista aos coordenadores nacional da rede de Armazém do Campo, foram coletados dados referentes aos produtos, circulação de pessoas e de atividades culturais realizadas nas lojas do Armazém do Campo. E para analisar essas experiências, entrevistou-se coordenadores nacionais da rede de Armazém do Campo, os quais nos disponibilizaram os dados quanto a produtos, circulação de pessoas e de atividades culturais, nas lojas do Armazém do Campo, nos seus quatro anos de existência e resistência.

Esse trabalho é um esforço para analisar elementos da questão agrária a partir da Renda da Terra, tendo como centralidade a cooperação e os mercados criados que contribuem para a renda da terra camponesa. As análises levantadas nesse trabalho estão, em grande parte, interligadas à vivência do autor como demonstra o próximo capítulo.

2 QUESTÃO AGRÁRIA NA PELE

Este capítulo refere-se a minha trajetória de formação camponesa inserida na luta no MST. Defini como marco temporal o início dos anos 1980 e como ponto de localização geográfica o noroeste gaúcho, especificamente o município de Jabuticaba, antes pertencente ao município de Palmeiras das Missões. Naquele período, a região era habitada majoritariamente por camponeses com pequenas propriedades rurais, com tamanho médio de 15 ha., onde tentavam produzir o necessário para a sobrevivência de suas numerosas famílias. Para pagar os custos dos produtos e insumos de produção externos às propriedades, os camponeses vendiam o excedente para atravessadores locais.

Naquele momento e contexto, minha mãe e meu pai, filha e filho de camponeses, iniciavam a constituição da família. Logo após o casamento, já se depararam com problemas financeiros derivados do tratamento de saúde da minha mãe, o que os levou à necessidade de vender sua pequena propriedade, equivalente a 2 ha., que meu pai havia comprado com a economia de tudo que até então conseguira com seu trabalho.

Sem Terra, sem dinheiro e com a gravidez de oito meses da minha mãe, lutando contra os preconceitos dos familiares e da sociedade conservadora, em 29 de outubro de 1985, se uniram aos mais sete mil trabalhadores e trabalhadoras sem terras e ocuparam o então assentamento Annoni, no município de Sarandi - RS (figura 1). Em 2020, o assentamento completou 35 anos e é símbolo de resistência cotidiana, por ter sido o primeiro acampamento de famílias organizadas no MST.

Figura 1 - Autor em seu berço com os pais no barraco de lona no acampamento - 1986

Fonte: Acervo do autor (1986).

Como tantas jovens mães lutando pela terra, minha mãe com 17 anos de idade estava na ocupação das famílias Sem Terra e no dia 26 de novembro de 1985, me dando à luz. Decorrente de um afogamento com a água do parto, tive diversos problemas de saúde, o que levou os médicos a me diagnosticarem com, no máximo, seis meses de vida restantes. De tal maneira, os mesmos médicos aconselharam minha mãe a tirar uma foto comigo para guardar de recordação e a não criar muitos vínculos afetivos para evitar sofrimento futuro - como se isso fosse possível para uma mãe.

Este fato aumentou ainda mais a responsabilidade de ambos. Meu pai foi julgado e discriminado pela própria família, que orientada por ideias conservadoras não entendia e não aceitava a decisão deles se somarem a luta pela terra no acampamento do MST. Porém, nem os problemas de saúde, nem a falta de recursos, tampouco a criminalização sofrida, os impediram de seguir a esperança de conquistar a terra e de garantir o futuro para seu filho recém-nascido. Esta esperança era reforçada nos espaços de socialização política, nos cursos de formação do MST, onde as famílias construíam novas perspectivas, em um futuro próximo, em que os filhos dos Sem Terra teriam direito ao estudo que fora negado às mães e aos pais.

Com um ano e cinco meses de dificuldades e de luta debaixo da lona preta, para a felicidade de minha mãe e dos demais familiares, fui superando os problemas de saúde. Até que, em fevereiro de 1987, a sonhada terra - que para muitos era só um delírio de meus pais - finalmente foi conquistada. Esta foi concedida na Região Metropolitana de Porto Alegre, hoje

município de Eldorado do Sul, onde a antiga Fazenda São Pedro tornou-se o Assentamento São Pedro[4] (figura 2)

Figura 2 - Autor e sua mãe na frente do barraco já no assentamento - 1987

Fonte: Acervo do autor (1987).

Porém, o sonho deles de produzirem, o que era de costume nas antigas terras do Alto Uruguai, como feijão, batata inglesa e amendoim, foi se dissolvendo. Vivendo em novos e diferentes territórios, nas terras de várzea, o solo arenoso não tinha as mesmas condições de fertilidade que as terras onde foram criados. Juntamente com os sonhos, também foram se desfazendo os escassos recursos oferecidos pelo Estado às famílias recém assentadas.

As tentativas desastrosas de reproduzir a cultura agrícola em outro terreno foram muitas, dentre as quais destacarei as três que exigiram maior investimento e tiveram os piores resultados, por ordem cronológica: a plantação de milho foi um desastre, uma vez que os

[4] A Fazenda São Pedro com área de 2.650,3181 há., (dois mil, seiscentos e cinquenta hectares, trinta e um ares e oitenta e um centiares), situada no então município de Guaíba, hoje município de Eldorado do Sul.

camponeses não tinham experiência das necessidades de fertilidade do solo do Assentamento São Pedro; o segundo grande investimento mal sucedido foi a produção de leite, pois faltou estudo técnico apropriado referente à raça de animais resistentes às condições do solo e do clima em que o assentamento se encontra, resultando na inviabilidade da produção de leite, devido à perda do rebanho por inúmeras doenças; e por último e mais importante em termos de investimentos de recurso e tempo, a plantação de arroz convencional, pois foi a que mais demandou tempo, recursos e, assim como as outras, se tornou inviável pela falta de conhecimento do terreno, de assistência técnica e de recursos financeiros. Essas tentativas levaram em torno de dez anos de trabalho e de vida de meus pais no assentamento. Até que no ano de 1996, meu pai e minha mãe se viram obrigados a vender o pouco que tínhamos no lote para pagar as dívidas contraídas com o banco, que foram feitas para projetos e investimentos para a produção agrícola. Tal fato condicionou nossa família a buscar fontes de renda fora do lote pelos 18 anos seguintes.

Se no campo da produção agrícola as coisas não saíram conforme previsto, na minha formação escolar inicial, ao ingressar na escola de ensino fundamental, que foi construída ainda no acampamento pelos acampados/as e reconhecida naquele momento pelo Estado do Rio Grande do Sul, as dificuldades enfrentadas também foram enormes. O Movimento estava nos primeiros momentos da construção da Educação do Campo, a partir de uma perspectiva territorial, ou seja, de conhecer e desenvolver o território desde a diferencialidade camponesa. Com o reconhecimento formal da escola foram designados funcionários e educadores/as, que em sua maioria eram de áreas urbanas, e, portanto, não estavam preparados para lecionar para estudantes do campo, com uma pedagogia adequada e principalmente que compreendessem a realidade das crianças e de suas famílias que vinham do processo de acampamento e da luta pela terra. Havia muito desconhecimento e preconceito destes trabalhadores/as em elação aos assentados/as e seus filhos/as.

Naquele momento, eu compreendi o que era sofrer preconceito, sem mesmo conhecer aquela palavra, ao escutar os professores descriminar e difamar de maneira direta todos os assentados, dos quais meus pais faziam parte. Com o tempo, a escola passou a receber também estudantes de localidades vizinhas do município, dessa forma, os episódios de descriminação aumentaram ainda mais, com a inferiorização dos filhos/as de assentados em comparação com as demais crianças.

Ao terminar o Ensino Fundamental foi necessário sair do assentamento para seguir com os estudos, então tinha que me deslocar a uma escola distante do assentamento no centro da cidade de Arroio dos Ratos. A situação de discriminação e preconceito se agravou ainda mais nesta nova fase de vida e de estudo. Em 2002, quando conclui o Ensino Médio, a única saída que vi para ter minha própria renda, foram as esteiras das indústrias de calçados, pois minha única atividade até o momento havia sido como servente de pedreiro, junto com meu pai, e que não tinha garantia de continuidade, pois haviam longos períodos sem ter trabalho. Nossa resistência territorial ainda não permitia viver da renda de nosso trabalho na nossa terra.

Fui obrigado a enfrentar essa realidade de me tornar um operário fabril-calçadista aos 16 anos de idade. Com o enfrentamento dessa realidade foi possível não se distanciar da militância e das minhas raízes com o movimento socioterritorial – em que me reconheço como sujeito. Era na militância e nas atividades nas instâncias do Movimento e no assentamento que construía, nos finais de semana, as perspectivas para seguir as lutas. Com o passar dos anos, a vontade de estudar estava cada vez mais reprimida pela falta de condições que a vida de trabalhador assalariado na fábrica. O sonho de minha mãe e meu pai de me verem formado se encontrava distante. Muitas foram as tentativas frustradas de pagar cursos com o pouco de dinheiro que eu conseguia economizar do miserável salário que recebia.

Em 2006, com vinte anos de idade, um ano de serviço militar e três anos sendo explorado nas fábricas de calçados, a possibilidade de estudar uma graduação surgiu pela minha militância ativa nas instâncias do Movimento. Fui indicado em uma reunião do assentamento para o processo seletivo da primeira turma de Engenharia em Agroecologia no Instituto Latino-americano de Agroecologia “Paulo Freire”. A criação dessa turma foi assinada pelo MST e outros movimentos da Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo - CLOC/La Via Campesina para América Latina e Caribe e Hugo Chávez Frias, então presidente da República Bolivariana da Venezuela em visita ao assentamento na época chamado Lagoa do Junco (atualmente Assentamento Hugo Chávez em homenagem ao presidente) durante o Fórum Social Mundial de 2005. O convênio de construção do Instituto contou com o apoio da Via Campesina Internacional (LVC) e da Universidade Bolivariana da Venezuela (UBV).

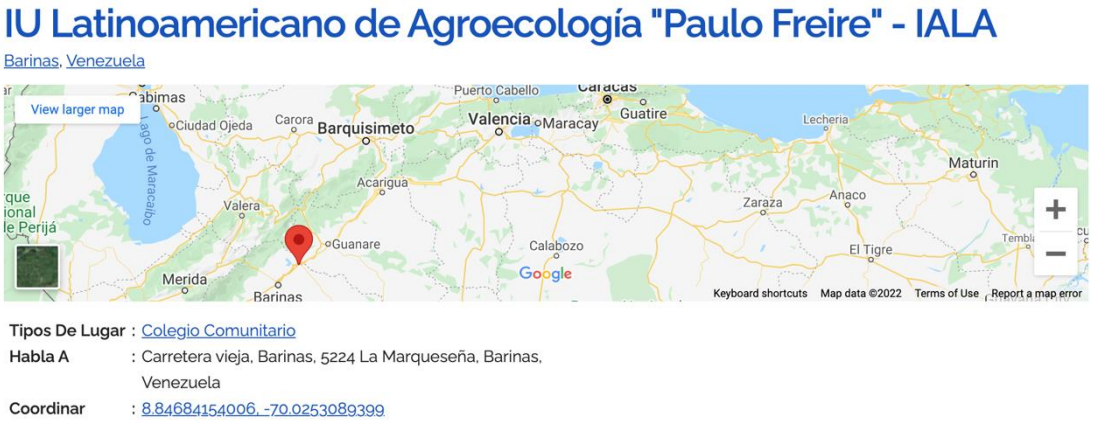
Foram essas condições, construídas nas lutas por novos territórios, que me levaram a me demitir do trabalho assalariado e voltar ao assentamento, mesmo sem ter certeza de que conseguiria ser um dos estudantes selecionados para o curso. Além de ainda não ter passado por nenhum processo seletivo que viria, a ocorrer, o Instituto Paulo Freire era apenas um sonho

em um papel de cooperação assinado pelo MST e pelo então presidente da Venezuela, como registrado em Castellano, 2010:

> El Instituto Latino Americano de Agroecología “Paulo Freire” forma parte de la concreción de un acuerdo, inédito en la historia, entre un gobierno y un movimiento social, nos referimos a los acuerdos subscritos entre la República Bolivariana de Venezuela y la Vía Campesina Internacional, a través de su organización miembro el Movimiento Sin Tierra (MST) de Brasil, Tapes (2005).(CASTELLANO, 2010 p.15).

Após alguns meses do processo de preparação e seleção, no dia 10 de outubro de 2006, eu e mais 41 brasileiros/as, de distintas partes do país, nos somamos a 180 jovens camponesas e camponeses de 14 países da América Latina para formar a primeira turma do Instituto Agroecológico Latino Americano “Paulo Freire” (IALA) no município de Barinas na Venezuela. Ver figura 3.

Figura 3 - Localização do IALA “Paulo Freire” - Venezuela



Fonte: VYMAPS (2022).

Enfrentamos muitas dificuldades no caminho de construção do Instituto e do Curso, como os diversos costumes e alimentação, falta de professores que compreendessem a proposta pedagógica - política do IALA sobre agroecologia, carência de recursos específicos para o Instituto, divergências políticas de funcionários do Estado que não compreendiam o acordo firmado com movimentos socioterritoriais, a metodologia e a finalidade da universidade camponesa em construção, crises políticas nacionais que eram contrárias ao governo de Hugo Chaves, além da distância de casa e a doença causada pela dengue. Por outro lado, a proposta político-pedagógica elaborada pela Via Campesina para esta experiência pioneira nos permitiu conviver e aprender com experiências e conhecimentos técnicos e científicos de professores/as de toda a América Latina e do mundo, reconhecidos/as por suas contribuições na definição e construção da agroecologia no meio acadêmico e vinculados a vários movimentos camponeses.

A Pedagogia de Alternância foi utilizada pelo IALA nos tempos formativos: tempo escola e tempo comunidade que ajudam a trabalhar na construção do conteúdo central do curso, seja:

> Diseñar participativamente um modelo agroecológico de abastecimento regional intercomunitario que incluye producción primaria, processamento y distribución, com el fin de contribuir com la soberania alimentaria. (CASTELLANO, 2010 p.174).

Nos dez semestres do curso, foram realizados trabalhos, não somente nas comunidades camponesas próximas do IALA, mas também em várias regiões do país, onde tinha-se a oportunidade de conhecer e aprender a realidade da organização da produção e política das comunidades camponesas venezuelanas.

Os períodos de trabalho e estudo nas comunidades tinham a duração média de trinta dias. Nesse tempo, os estudantes permaneciam acampados nas comunidades que eram definidas pelas organizações sociais venezuelanas. Eram realizados diagnósticos rápidos participativos com as famílias para levantar dados econômicos, sociais e culturais de modo a identificar o contexto em que estavam inseridos, as oportunidades e desafios que enfrentariam e em que aspecto poderiam colaborar para encontrar soluções com as comunidades. Os estudantes se inseriam nos trabalhos produtivos que eram realizados pelas famílias e desenvolviam os aprendizados técnicos na produção agroecológica que haviam estudado durante o tempo escola. Também se realizavam atividades de capacitação sobre práticas agroecológicas para crianças, jovens e adultos (através das hortas escolares).

O principal trabalho realizado nas comunidades pelo grupo acadêmico no qual estava inserido, foi o incremento do sistema “Cochina Comunitária” (baseado no estudo cubano “Suína Comunitária”) na comunidade “Poblado II”, pertencente ao município de Sabaneta, no estado de Barinas. Elaboramos um programa baseado em aumentar o consumo de proteínas e melhorar a qualidade de vida dos moradores daquela comunidade. A proposta baseava-se em oferecer o empréstimo de uma porca, a qual era inseminada, para as famílias cuidarem durante o período da gestação. Após o parto da porca, os agricultores a devolviam com um dos leitões e ficavam com o restante das crias, com o compromisso de reproduzir com outra família da comunidade a mesma experiência, criando assim, uma rede de criação de suínos.

Além do empréstimo da porca prenha, realizávamos capacitação técnica das famílias envolvidas e contribuíamos na implantação do sistema cubano de “Cama Profunda”, o qual se adequava melhor às condições dos agricultores.

> Las estadísticas de producción en galpones con cama profunda, como ganancia diaria, eficiencia de conversión alimenticia y salud de los cerdos, indican que el rendimiento es igual o mejor que la de los galpones convencionales, con menos costos de producción. (TORRES, 2020).

Também desenvolvíamos uma dieta nutricional equilibrada para engorda de suínos, composta por produtos obtidos nas propriedades dos criadores ou na comunidade. No IALA, realizei meu Trabalho de Conclusão de Curso (Estudio de la variación anual de la producción apícola en el IALA), através do qual estudei a variação anual da produção apícola no IALA e demonstrei a viabilidade da produção de pólen de abelha a partir da flor de uma planta, considerada invasora naquela região e conhecida popularmente por Jujure (WEDELIA, Caracasana). Esse trabalho contribuiu com a comunidade, visto que não havia estudos precedentes sobre os temas abordados, sendo, portanto, uma alternativa para os Apicultores da região dos Llanos Venezuelanos, local onde o IALA está localizado. Em outubro de 2012, depois de seis anos na Venezuela, regressei ao Brasil com um diploma de graduação que além de fundamental para minha formação é mais um espaço conquistado na luta camponesa.

Após um breve descanso, procurei os dirigentes do MST para me inserir nas atividades produtivas da minha região. Foi, então, que me envolvi diretamente nas atividades de comercialização da COOTAP. E como coordenador de campo contribuí para que a Cooperativa se tornasse a maior entidade gestora de Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Rio Grande do Sul (RS), envolvendo mais de 800 famílias assentadas que forneciam os produtos distribuídos às entidades cadastradas como receptoras, abastecendo a mesa de mais de 50 mil famílias beneficiadas com o programa no ano de 2013.

Na Cooperativa também trabalhei com a comercialização para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio do qual comercializamos as hortaliças para alimentação escolar da Região Metropolitana de Porto Alegre e o arroz orgânico da marca “Terra Livre” para alimentação escolar no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. Também tive a oportunidade de participar de feiras nacionais e internacionais, as quais permitem a comercialização do arroz nos mercados de consumo alternativo de todo o Brasil e garantem uma parcela importante para a exportação.

Dentre as famílias beneficiadas pelas políticas públicas e ações da cooperativa, estão meus pais, que são beneficiados com a assessoria do Grupo Gestor das hortas da COOTAP, bem como de minha assistência técnica e trabalho na propriedade. Meu pai e minha mãe voltaram a se dedicar à produção no lote e, atualmente, meu pai é produtor certificado de hortaliças orgânicas, que garante a sua principal fonte de renda. A organização produtiva dos assentados por meio da Cooperativa, o trabalho responsável de gestão de todas as etapas de execução do PAA e a assessoria técnica oferecida pela COOTAP permitiu para mais 800 famílias assentadas estarem aptas a fornecer sua produção ao PAA, garantindo a comercialização de sua produção e, principalmente, a garantia de renda para as mesmas. A figura 4 é um registro do momento da entrega de alimentos nas entidades.

Figura 4 - Entrega de alimentos do PAA em uma entidade beneficiária - 2013

Fonte: Acervo do autor (2013)

Com a qualificação técnica obtida no IALA Paulo Freire e com a experiência adquirida junto às comunidades venezuelanas, pude auxiliar de maneira técnica e organizativa a minha e as demais famílias na produção de alimentos saudáveis, através de oficinas e reuniões com o Grupo Gestor das Hortas.

Em julho de 2016, o Setor Nacional de Comercialização do MST e a COOTAP discutiram sobre a necessidade de reorganizar o setor comercial e potencializar a divulgação e as vendas dos produtos da reforma agrária. Nesse contexto, definiu-se pela minha incorporação a este grupo de trabalho, com a função de colaborar para o aumento da participação qualitativa e quantitativa das cooperativas no Programa de Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

De julho de 2016 a abril de 2017, passei por um processo de aprendizagem baseada na experiência dos parceiros da Cooperativa Mondragón do País Basco[5]. Além de receber formações e organizar as informações, intensificamos e expandimos a abrangência de comercialização para além do estado de São Paulo de forma a extrapolar as ações para toda a região Sudeste do país.

Em março de 2018, o Escritório Nacional de Comercialização do MST de São Paulo, baseado em dados coletados de editais de chamada pública e de visitas de relações comerciais realizadas em departamentos de compras e de nutrição de órgão públicos, quantificou sua atuação em 104 municípios espalhados pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Espírito Santo e Goiás.

A comercialização é o espaço onde se encerra o processo produtivo. Nos produtos comercializados estão contidos um novo paradigma, estratégias de resistência, de desenvolvimento sustentável. As relações de trabalho realizadas pelas/os assentados/as na produção agroecológica em suas cooperativas, desde a terra que lutaram para conquistar, resultam em produtos saudáveis cuja renda também faz parte desta luta. É o que analisamos no seguinte capítulo.

5 Mondragon é um Complexo Corporativo é constituído por 256 empresas e outras instituições em quatro áreas: finanças, indústria, distribuição e do conhecimento, incluindo plantas industriais de tipos muito diversos (elétrico, automotivo, siderúrgico, máquinas-ferramentas), empresas de serviços, empresas de distribuição (Eroski), instituições financeiras e até mesmo instituições de educação e formação. (Portal do Cooperativismo Financeiro, 2010)

3 RENDA DA TERRA: ESSÊNCIA DA QUESTÃO AGRÁRIA

A essência da questão agrária é a renda da terra. A apropriação da renda territorial capitalizada é um dos principais elementos da diferenciação do campesinato e de sua desterritorialização. Para se apropriar da maior fração possível da renda territorial, ou seja, impedir que esta seja capitalizada, é necessário controlar todos os espaços do processo produtivo, especialmente a comercialização. A criação de mercados institucionais e da rede de Armazéns do Campo representam um passo nessa direção.

Na relação capital-trabalho, a mais-valia é uma das maneiras através da qual o capital se apropria de parte da riqueza produzida pelo trabalho. Além do lucro, essas são formas de apropriação e acumulação capitalista. A renda da terra mereceu atenção especial nesta pesquisa por ser uma forma equivalente da mais-valia. Assim, este lucro extraordinário está dentro da parcela do trabalho e da produção do campesinato, como explica Oliveira (2007, p.43):

> A renda da terra é também denominada renda territorial ou renda fundiária. Como ela é um lucro extraordinário permanente, ela é, portanto, produto do trabalho excedente. Esclarecendo melhor, o trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência.

Oliveira complementa esta reflexão:

> [...] a renda da terra é sempre sobra acima do lucro (do lucro médio que todo capitalista retira de sua atividade econômica, aliás, sem esse lucro médio nenhum capitalista colocaria seu capital para produzir). Ela é, dessa forma, sobra acima da fração do valor das mercadorias, que nada mais é do que mais-valia, ou seja, trabalho excedente. (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

A renda da terra é produzida por diferentes relações sociais no uso do território e pode ser analisada a partir do sistema de produção capitalista, pré-capitalista e o sistema de produção alimentar camponês. Aqui como em demais trechos do trabalho utilizamos o termo “sistema” para conhecer como as relações sociais se organizam internamente e se diferenciam entre si no uso do território. De tal forma como fez Origuéla (2019), quando descreve um sistema alimentar camponês

> O sistema alimentar camponês pode ser caracterizado como os processos de produção, distribuição e consumo de alimentos controlados pelos camponeses em aliança com os consumidores. O sistema é gestado a partir de cooperativas, grupos gestores, coletivos, grupos de famílias, ou seja, diferentes formas de organização econômica e social do campesinato. (ORIGUÉLA, 2019, p.258).

Nestes sistemas, a maneira em que a renda da terra é auferida se diferencia, tanto pelas técnicas no processo de produção, quanto pela localização da propriedade, investimentos financeiros, quantidade de terra e relações sociais etc. Também encontramos na forma pré-capitalista, a qual Oliveira (2007) esclarece que a apropriação do produto excedente, na produção agrícola, é o que caracteriza a renda da terra pré-capitalista, enquanto na renda capitalista é auferida através da exploração de recursos naturais e da exploração do trabalho.

Todo o trabalho de organização política e produtiva do MST na recuperação e recriação de um sistema alimentar camponês, está baseada em uma estratégia de se libertar do sistema de exploração e de expropriação capitalista, apropriando-se da maior parte possível da renda produzida nos territórios camponeses.

3.1 Renda da terra pré-capitalista

Segundo Oliveira (2007), as formas de renda pré-capitalistas são três: renda em trabalho, renda em produto e renda em dinheiro. A renda em trabalho ocorre quando o camponês trabalha nas terras de propriedade de um terceiro, podendo destinar parte do seu tempo e trabalho para cultivar partes dessas terras para produção de autoconsumo da sua família. Este sistema foi muito comum no Brasil, no chamado sistema de “meias” ou de “terças”. Essa forma de renda pré-capitalista é completamente oposta a proposta de reforma agrária, de distribuição da terra para os camponeses, pois sua essência está na concentração da terra nas mãos de poucos proprietários, enquanto a maioria da população camponesa cabe a exploração de seu trabalho.

Já a renda pré-capitalista em produto, é a fração da produção entregue pelo parceiro ao proprietário da terra, como pagamento pela autorização que esse lhe é dada para cultivar a terra (OLIVEIRA, 2007, p. 58). Cabe ressaltar que, dessa forma, o produtor passa a fração da produção em produto antes mesmo de transformá-la em dinheiro, pois se transformar seu produto em mercadoria e em dinheiro, para só então pagar ao dono da terra, será a terceira forma de renda pré-capitalista: a renda em dinheiro, como nos demonstra o autor:

> [...] que se origina da conversão, da simples metamorfose da renda em produtos em renda em dinheiro. Assim, essas formas particulares de renda da terra aparecem no campo e na cidade, ou seja, aparecem onde a terra é propriedade privada de uma classe ou fração de classe, particularmente também onde impera o modo capitalista de produção. (OLIVEIRA,2007, p. 44).

A renda da terra pré-capitalista é uma prática comum no Brasil, principalmente pelos trabalhadores expropriados das suas terras, os quais necessitam arrendar outras terras para continuar se reproduzindo como camponeses. Nos assentamentos de reforma agrária, prática similar também aparece, mas com características próprias, segundo as quais o camponês assentado por não possuir grandes quantidades de terras, não submete os arrendatários a condições de exploração. Pois, mesmo que possam ceder suas terras em troca de parte da produção, não é para fins de acumulação de capital e sim por motivos de sobrevivência, devido à total escassez de recursos financeiros para cultivar a própria terra, ainda que seja uma pequena parcela. Tal realidade pode ser notada nos assentamentos localizados nas várzeas, onde a produção de arroz é o único cultivo viável. Porém, a alta demanda de investimentos em maquinários acaba levando os camponeses não cooperados a cederem suas terras para outros camponeses, que com seu próprio trabalho produzem e pagam o arrendamento baseado em uma porcentagem desta produção. Estes últimos, segundo Oliveira, são:

> um grande número de camponeses sem terras arrenda terras de outros proprietários (em geral grandes) para produzirem alimentos, através do trabalho de suas famílias. Diferem, portanto, dos arrendatários que são capitalistas que arrendam terras (Oliveira, 2007, p.62).

Quando a relação de arrendamento se utiliza da exploração do trabalho para produção, como nos casos em que as grandes empresas do campo e fazendeiros se apropriam da condição de precarização do proprietário da terra e utilizam trabalho assalariada para colocar a terra arrendada para produzir, podemos considerar que essa relação é capitalista, pois se utiliza da exploração do trabalho. Mas, quando a fonte de trabalho é baseada no trabalho familiar para a produção de alimentos, as relações que se dão nessa propriedade serão relações camponesas de produção, ainda que o valor seja o mesmo recebido nos dois casos, o que determinará o tipo de relação será a exploração e a apropriação do trabalho.

A renda da terra pré-capitalista, não deixou de existir com o aparecimento do capitalismo, a renda da terra pré-capitalista ainda atua no modo capitalista de produção sobre a forma da renda em dinheiro, em produto e em trabalho, todas em condições de exploração quando baseadas no arrendamento de terras camponesas por capitalistas. A renda pré-capitalista quando produzida diretamente do trabalho do produto excedente, pelas famílias, associações ou cooperativas camponesas, do mesmo modo são chamadas de renda não-capitalista ou camponesa, como explica Oliveira,

> A renda da terra pré-capitalista, também denominada de não-capitalista, camponesa, é diretamente produto excedente. Nasce, portanto, diretamente na produção, ao contrário da renda da terra capitalista, que nascendo na circulação é sempre sobra acima do lucro médio, ou seja, fração da mais-valia. (Oliveira, 2007, p. 58)

3.2 Renda da terra diferencial

A renda da terra diferencial é explicada por Oliveira (2007), a qual, segundo o autor, resulta da concorrência entre os produtores, ou seja, ela só existe a partir do momento em que a terra é colocada para produzir. Logo, em terras ociosas e improdutivas, a renda da terra diferencial não ocorre, a menos que o proprietário a coloque para produzir ou arrende suas terras para serem produzidas por outrem. As ocorrências mais comuns dessas mudanças são nas novas fronteiras agrícolas, como é o caso da soja.

Oliveira (2007) explica que as causas da renda da terra diferencial são três, sendo que as duas ocorrem na renda da terra diferencial I, pois independem do capital. São elas: a fertilidade natural dos solos e sua localização. A primeira é resultado de uma força natural que foi monopolizada.

> Assim, a desigualdade natural dos diferentes tipos de solos permite àqueles que detêm os solos mais férteis, a possibilidade de auferirem renda da terra diferencial I de forma permanente, evidentemente, desde que este solo esteja produzindo. (OLIVEIRA, 2007, p.43).

Já a segunda causa, pode variar os preços auferidos dos produtos de acordo com sua localização, pois quanto maior a distância do mercado, maior será a despesa com transporte. Oliveira (2007) chama a atenção para o fato de que o diferencial I provém da localização, afirmando que a diferença na localização deve sempre ser entendida através das despesas com frete e nunca como localização física absoluta no território.

A análise do diferencial I é importante para o estudo de viabilidade nos assentamentos onde a COOTAP tem sua atuação, pois a cooperativa atende a diferentes assentamentos, com diferentes condições de solo e de localização. Os solos mais férteis para a produção de arroz se encontram nas regiões mais distantes da capital e das indústrias de beneficiamento, como é o caso dos assentamentos dos municípios de São Gabriel e Manuel Viana, que têm a média de

produção de arroz orgânico mais elevado do que a produção da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

Por outro lado, estão os assentamentos da RMPA, onde os solos apresentam baixa fertilidade, mas se enquadram dentro da renda diferencial I: localização, por se localizar próximo das indústrias de beneficiamento, secagem e armazenamento do MST, como se pode elencar: a indústria no município de Nova Santa Rita, encarregada de fazer o processo de industrialização do arroz polido e integral agulhinha, e também a variedade Cateto, todos orgânicos, e com o uso da tecnologia de embalagem a vácuo; a indústria no município de Tapes, encarregada do processo do arroz polido orgânico e; os silos de secagem e armazenamento localizados no município de Eldorado do Sul. As indústrias terceirizadas também estão localizadas na RMPA, como por exemplo, a indústria que processa o arroz parbolizado tanto o com certificado orgânico como o não certificado está localizada no município de Capão do Leão, uma indústria para o arroz polido não certificado está instalada em Eldorado do Sul e uma no município de Viamão. Dessa forma, a renda da terra Diferencial I é fator determinante na produção, e principalmente, na comercialização da produção das cooperativas do MST, como nos explica Origuéla (2019):

> Os assentamentos rurais na RMPA gozam desse tipo de renda. Não porque as terras são as mais férteis, mas porque estão próximos aos cursos d'água e aos centros consumidores, como a capital do estado. Esse é um diferencial na produção de hortaliças e arroz agroecológico. (ORIGUÉLA, 2019, p. 141).

Assim, quando comparada à produção de arroz orgânico das regiões mais produtivas com a produção da RMPA, vemos que o diferencial I está em sentido oposto, no qual os solos menos férteis estão melhor localizados que os mais férteis, o que, segundo Oliveira (2007), pode contribuir para uma anulação de uma causa pela outra ou mesmo um rebaixamento geral do diferencial I.

Entendemos que os estudos sobre a renda referencial são realizados desde a perspectiva de que ela só existe quando a terra é utilizada para produzir, de modo que o entendimento de como ela se comporta pode ajudar na tomada de decisões operacionais das cooperativas, quanto a relação com os associados, construção de novas agroindústrias e investimento em tecnologias que ajudem a melhorar a produção dos camponeses.

3.3 Renda da terra diferencial II

Por sua vez, a terceira causa da renda da terra diferencial (Diferencial II) é abordada por Oliveira (2007) como uma forma eminentemente capitalista, pois se trata do efeito do investimento de capital, que se dá por meio dos investimentos de capital no solo para sua melhor produtividade.

Em partes discordamos do autor no ponto em que ele trata o diferencial II como uma forma eminentemente capitalista, pois a agricultura camponesa também faz investimentos de recursos na melhoria da qualidade do solo. Pois, partimos da análise de que na renda da terra diferencial II desde o ponto de vista da renda da terra camponesa, os investimentos em melhorias tecnológicas não são realizados para a exploração da terra e nem do ser humano como são feitos pelo modelo capitalista de exploração da terra, como apresentada na forma clássica pela renda da terra diferencial II.

No cultivo do arroz orgânico, por exemplo, os camponeses fazem a correção do solo através de calagem de calcário e melhorias de fertilidade com a introdução de fertilizantes orgânicos, como cama de aviário compostada e biofertilizantes.

Da mesma forma, as áreas produtivas e cultivos nos quais a COOTAP acompanha e assessora tecnicamente nos assentamentos, como o cultivo de arroz orgânico, hortaliças e até mesmo a produção de leite, o diferencial II tem expressão. As hortaliças, assim como o arroz, demandam a utilização de fertilizantes e de tecnologias como estufas. E na produção de leite, a melhoria dos pastos e investimentos em ordenhas automatizadas e resfriadores modernos são investimentos financeiros realizados pelos camponeses e inclusive, são exigências para acessar o mercado com este produto.

Cabe ressaltar que nas áreas de produção orgânicas e agroecológicas dos assentamentos onde há produção de arroz orgânico da COOTAP, o aumento de produtividade é uma consequência da formação e das práticas de manejo agroecológico do solo, o qual tem como objetivo utilizar o mínimo de recursos externos[6], priorizando o manejo dos recursos naturais

[6]La agricultura no puede ser sostenible mientras dependa de insumos externos. En primer lugar, los recursos naturales los cuales provienen los insumos, son no renovables y de cantidades finitas. En segundo lugar, la dependencia a insumos externos hace que el agricultor, las regiones y todo el país sean vulnerables a la oferta de insumos, a las fluctuaciones de mercado y al incremento de los precios. (GLIESSMAN, 2002, p.9)

através do respeito e conhecimento da biodiversidade do solo. Tais práticas são referenciadas por Martins:

> Quanto às práticas agroecológicas, foram as mais diversas, indo desde a mineralização dos solos, através de pó de rochas, adubação orgânica, adubação foliar (urina de vaca e biofertilizantes), uso de diversos tipos de repelentes, produtos biodinâmicos, passando pelo resgate de sementes, uso de quebra-ventos, manejo da água e sua correta condução, entre tantas outras práticas (MARTINS, 2017, p. 216).

Esses processos aumentam a gestão participativa dos assentados e das cooperativas, na luta pelas territorialidades nos mesmos. Quando necessária à aplicação de produtos externos da propriedade, é tomado o cuidado com a origem e certificação do produto. Esse processo é controlado pela equipe técnica de certificação da cooperativa, que é responsável pela contratação e indicação dos produtos para os camponeses.

No sistema capitalista de produção, a aplicação de insumos é calculada única e exclusivamente para suprir as metas de produção por área e as necessidades nutricionais da planta, sendo ignorados os danos futuros à biodiversidade do solo, pois o solo neste modelo produtivo é apenas um receptor inerte, que não precisa ser tomado em consideração assim como salienta Gliessman;

> Todas as práticas de manejo usadas na agricultura convencional tendem a favorecer a alta produtividade a curto prazo, comprometendo a produtividade dos cultivos no futuro (GLIESSMAN, 2002, p.6).

O uso prolongado e indiscriminado da adubação química/sistêmica junto à excessiva utilização de agrotóxicos para o combate a “pragas” e doenças, as quais, por sua vez, têm origem no desequilíbrio nutricional das plantas oriundas da primeira prática, causam um círculo vicioso e insustentável da aplicação de doses e quantidades cada vez maiores destes produtos externos e de origem sintética para garantir a produtividade das áreas. Este desequilíbrio é causado, segundo Machado (2010) porque:

> Os agrotóxicos e fertilizantes solúveis provocam uma iatrogenia (doença provocada pelo remédio), com a ruptura do equilíbrio planta/predador, estimulando a proteólise e inibindo a proteossíntese, portanto, são estimuladores da presença dos parasitas (MACHADO, 2010, p.169).

Retomando a discussão sobre a renda diferencial II, quanto ao tema de minimizar os efeitos da distância das áreas de produção das indústrias de beneficiamento e dos polos de comercialização, entende-se que isso pode se dar por meio da melhoria e da construção de vias

terrestres e portos, agilizando os processos de deslocamento da produção. No Brasil, essas construções são de responsabilidades do Estado, que por pressão do agronegócio, investe vultuosos recursos para garantia de condições de escoamento da produção dos produtos deste. Desse modo, cabe a agricultura camponesa também exercer sua influência através da organização e pressão popular. Mais uma vez, contradizendo a afirmação de Oliveira (2007), de que a renda da terra diferencial II tem sua origem na intensificação dos investimentos de capitais no processo de produção, lógica básica do próprio processo de produção capitalista na agricultura.

É importante destacar a aplicação prática desse tema nos assentamentos de reforma agrária, principalmente pelo fato organizativo da produção das cooperativas. Por exemplo, o caso da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR) de Andradina, que hoje conta com 455 famílias associadas, assentados e demais camponeses. Atualmente abrange os municípios de Castilho, Andradina, Ilha Solteira, Itapura, Guaraçaí, Pereira Barreto e Mirandópolis, esta tem como objetivo realizar o desenvolvimento da produção agropecuária, agroindustrial e a comercialização da produção, visando melhorar a qualidade de vida dos camponeses associados através de melhorias técnicas apropriadas que possibilitam a produção em escala. A COAPAR comercializa em média 12 mil litros de leite por dia, coletados dos associados.

Lourival Plácido de Paula, presidente da COAPAR, em entrevista, destacou que através do entendimento prático da determinação da localização da cooperativa, descrita na renda da terra camponesa diferencial I, pôde diferenciar os preços a pagar pelo litro de leite, utilizando como parâmetro a localização dos camponeses. Isso permitiu equilibrar o custo do frete do transporte do leite e manter seus associados, os quais eram assediados constantemente pelos melhores preços oferecidos pelas empresas concorrentes de leite da região.

Nesta pesquisa, compreendemos que o estudo sobre a renda da terra diferencial tem se feito apenas quando se quer analisar os processos que levam a apropriação do lucro sobre lucro na agricultura capitalista, tal sobre lucro que só é possível graças aos processos de exploração da natureza e do ser humano. Então as rendas da terra até então eram vistas apenas como o pagamento dessa exploração. Reafirmamos que a relação é diferente quando o capitalista coloca adubo na terra, e quando o camponês realiza a mesma atividade, além de que o capitalista explora o trabalhador e o camponês não explora ninguém.

Por isso acreditamos que a renda da terra diferencial quanto a investimentos em melhoria da produção extrapola a visão que os investimentos na renda diferencial são exclusivos do capitalismo e o conceito pode ser utilizado para explicar os investimentos do campesinato na melhoria da sua produção. Portanto, entendemos que se as relações sociais que a produzem são capitalistas a renda será capitalista, mas se são produzidas por relações não-capitalistas, no caso camponesa, acreditamos que o resultado é não-capitalista, ou seja, o resultado é auferido pelas relações sociais que o produz.

3.4 Renda da terra absoluta

A renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo e da oposição entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade. A acumulação de terras, mesmo que em muitos casos sejam improdutivas, se dá para cobrar tributos de toda a sociedade, uma vez que os grandes latifundiários colocam para produzir suas terras apenas quando os preços dos produtos agrícolas nas balanças comerciais globais lhes proporcionaram a geração de altos lucros. Dessa maneira, o lucro da sua produção estará garantido, beneficiando apenas uma classe ou fração de classe detentora destes monopólios. Portanto, para Oliveira (2007), a renda da terra absoluta é resultado do monopólio da terra, por uma classe ou por uma fração de classe, e assim, o proprietário do monopólio cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir.

> É dessa forma que o exercício do monopólio de uma classe ou fração de classe sobre a terra pode só colocá-la para produzir mediante a cobrança de um tributo, permitindo assim que mesmo o 'pior solo' (que não deveria pagar renda) possa também auferi-la, a renda da terra absoluta. (OLIVEIRA, 2007, p. 55).

Assim, a propriedade privada é o centro de toda essa forma de exploração da sociedade.

> Na base, portanto, a renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário da terra e o interesse da sociedade como um todo. (OLIVEIRA, 2007, p. 56).

O conceito da renda da terra absoluta nos esclarece a maneira como os grandes latifundiários auferem valor através do lucro extraordinário, utilizando suas grandes extensões de terras, mesmo quando não produzem, deixando claro que o monopólio das terras é uma estratégia fundamental para a acumulação capitalista no campo, e é partindo deste entendimento que historicamente o MST vem fazendo suas ações de luta no campo, forçando as desconcentrações desses monopólios e democratizando da terra através da reforma agrária.

3.4 Renda da terra de monopólio

O preço de monopólio das mercadorias também pode ser explicado através da renda da terra, neste caso, a renda da terra de monopólio. Apesar do conceito "monopólio" aqui estar ligado ao do enunciado da renda da terra, neste caso, o monopólio a ser estudado é o do produto e do preço auferido dele, como nos explica Oliveira (2007):

> Este preço de monopólio é, por sua vez, determinado apenas pelo desejo e pela capacidade de pagamento dos compradores, não dependendo, portanto, do valor dos produtos (quantidade de trabalho necessário para ser produzida) ou mesmo do preço geral de produção. (OLIVEIRA, 2007, p. 58).

A renda da terra de monopólio é um conceito fácil de exemplificar, pois isso ocorre na prática da imposição de preço pelo comprador ao produtor, o que é uma ação recorrente no momento da comercialização da produção da agricultura camponesa, na qual os compradores atuam como atravessadores, se utilizando da vulnerabilidade financeira dos camponeses, que na maioria dos casos não lhes permitem fazer os processos necessários de processamento e de escoamento de sua produção.

Na produção de arroz dos assentados, essa relação acontece na colheita, pois os assentados não têm estrutura de secagem e armazenamento, então são obrigados a vender sua safra pelo preço que o comprador estiver disposto a pagar naquele momento. Os compradores são proprietários de silos de secagem e armazenamento e proprietários de indústrias. No primeiro caso, obtêm valor no processo de secagem e armazenamento que lhes permite vender o arroz em casca na entressafra, e no caso dos proprietários da indústria, auferem valor com a estocagem, mas também agregando valor ao produto com o seu processamento.

Justamente para evitar essa relação de apropriação capitalista nos processos de produção dos assentamentos da reforma agrária, o MST investe na organização de seus assentados em cooperativas, para fortalecer a luta por políticas públicas de investimento em construção de unidades de armazenamento e de agroindústrias. Esta concepção levou a COOTAP, na gênese de sua constituição no ano de 1995, a fazer seu primeiro investimento em um caminhão para garantir o transporte do arroz e uma unidade de secagem e armazenamento, onde hoje funciona a unidade de beneficiamento de sementes.

Desde então a COOTAP, junto com o Grupo Gestor do Arroz Ecológico vem investindo esforços na construção de instalações de armazenagem de grãos. Segundo dados da COOTAP,

em 2020 a capacidade de armazenagem chegou a 16 milhões de quilos de arroz em instalações próprias, com projeção de ampliação das mesmas para abrigar mais 4,5 milhões de quilos para os próximos 2 anos. A gestão participativa dessas instalações é necessária na estratégia de resistir a dependência dos atravessadores para a venda da produção, tendo que se submeter aos baixos preços oferecidos por estes.

A importância dessa estratégia pôde ser observada na alta dos preços do arroz em agosto de 2020, o qual chegou a ter um aumento até de 100% nas prateleiras das redes de supermercados, onde o MST se posicionou por manter os preços justos, e não entregar o arroz em casca na mão do comprador das grandes agroindústrias. Isso foi fundamental para garantir essa autonomia em não ceder para pressão de alto dos preços do arroz pelo mercado como coloca um dos associados da COOTAP em entrevista pra a revista digital Reconta Aí (2020), sobre a possibilidade do aumento de preço do arroz, onde o entrevistado aponta:

> Que grandes produtores estejam especulando durante essa grave crise no Brasil. Ou seja, grandes indústrias do agronegócio podem estar ‘sentadas em cima do arroz’ para forçar o preço pra cima. (RECONTA AÍ, 2020).

O exemplo da alta dos preços do arroz em 2020 é clássico da acumulação e a exploração que propõe o sistema capitalista.

3.5 Renda da terra camponesa e cooperação

Para essa análise, utilizamos informações e dados obtidos através da entrevista de campo, na qual abordaremos o tema da comercialização do arroz, comparando a forma convencional de comercialização em que o produtor individual vende o arroz em casca para um comprador externo ao seu território, representante das grandes indústrias de beneficiamento de arroz da região e a experiência da cooperativa dos assentados/as.

Partindo-se da compreensão que as cooperativas organizadas pelos próprios camponeses, são vantajosas para os mesmos, pois ao realizar o processo de industrialização e comercializar da produção dos associados/as, agrega valor ao arroz e melhora a renda e gera autonomia dos camponeses frente aos atravessadores.

Para entender como as indústrias do agronegócio agem por meio de seus representantes comerciais para atrair os produtores de arroz da região e comercializar sua produção, nos

referenciamos no relato de Cícero[7], obtido em entrevista, em que se evidencia a estratégia das empresas, para assediar os produtores de arroz associados à COOTAP, segundo ele:

> Os camponeses são atraídos a vender o arroz por propagandas, como isenção de secagem e de frete da lavoura para a indústria, ou até um valor mais elevado na saca, mas na hora do pagamento estas empresas aplicam desconto de umidades e impureza e classificação chegando a 27% de desconto, enquanto a média praticada pela cooperativa é de 17%. No resultado final, a cooperativa acaba pagando de R$1,50 a R$2,00 por saca a mais que as empresas do agronegócio. (CÍCERO, 2020).

As indústrias do agronegócio vendem a ideia de que a relação com elas será mais vantajosa, mas na prática o que ocorre é uma relação de exploração aplicada através de afirmações falsas. Do outro lado, o processo de comercialização entre o produtor e a cooperativa é uma parte importante da relação, o agronegócio tenta afetar essas relações, como coloca o entrevistado.

> Na hora da compra da produção, o produtor, ilusionado por esses falsos benefícios das empresas do agronegócio, tende a se afastar da cooperativa por acreditar que a mesma o está lesando, mas quando o agricultor faz os cálculos na hora de receber pelo seu produto, percebe que recebeu menos da empresa capitalista do que receberia ao comercializar com a cooperativa, e quando a empresa nega recursos de financiamento para sua produção, o agricultor reconhece que está sendo lesado e volta a se relacionar com a cooperativa com laços ainda mais fortes. (CÍCERO, 2020).

Por mais que a cooperativa não tenha estudos sobre a quantidade de camponeses associados que já sofreram as relações com as agroindústrias capitalistas, estima-se que grande maioria dos sócios já relataram ter sofrido com tal assédio.

Um dos principais diferenciais entre o plano de comercialização da cooperativa e o cooperado em comparação à relação entre empresa e produtor, está nas relações, pois a cooperativa tem um plano estratégico que visa atender aos associados em todos os processos da

[7] Cícero Guedes era assentado desde 2002 no Sítio Brava Gente, no norte do Rio de Janeiro, no assentamento Zumbi dos Palmares, mas continuou a luta pela Reforma Agrária. Era uma referência na construção do conhecimento agroecológico tanto entre os companheiros de Movimento como também entre estudantes e professores da Universidade do Norte Fluminense.(CICERO...,2013)

produção, enquanto as indústrias realizam apenas uma ação momentânea vinculada estritamente à safra.

Um exemplo do quanto é mais vantajoso para o camponês a relação com a cooperativa do que com as empresas do agronegócio:

> Um camponês do município de Tapes que manteve em paralelo a comercialização com as empresas do agronegócio e com a cooperativa, teve um ganho porcentual de 400 sacas a mais comercializando com a cooperativa, comparado com o comercializado nas outras empresas. E agora este agricultor se fidelizou na cooperativa. (CÍCERO, 2020).

Outro ponto a ser levado em conta para aumentar a renda do produtor é a produtividade por área plantada. Considerando que a produção do arroz tem custos fixos por área de produção, como mão de obra e gastos com mecanização e irrigação, a manutenção e a elevação da produtividade são pontos de pauta permanentes dentro da COOTAP. Para Cícero (2020), "Um dos obstáculos para a produção de arroz está sendo a baixa produtividade do arroz orgânico nas propriedades dos cooperados assentados resultando em problemas financeiros para essas famílias". A discussão para o avanço sobre a superação desse entrave do aumento da produção aparecerá a seguir na discussão do itinerário técnico.

Quando perguntado sobre qual seria a alternativa para aumentar a escala da produção, o entrevistado ressalta que:

> A cooperativa tem que retomar a discussão do roteiro técnico da produção orgânica com seus associados, para que os investimentos nas lavouras tragam melhores resultados produtivos, já que os resultados de valores para os produtos quem define é o mercado. Essa necessidade se esclarece quando são analisados os números médios das safras anteriores que são alarmantes para as famílias que dependem apenas da produção do arroz nas suas propriedades, uma vez que, por mais que a família consiga uma margem de 25% de sobra do seu investimento da lavoura, o que seria uma margem aceitável para produção de arroz, significa em números financeiros uma sobra de mil reais por ha. (CÍCERO, 2020).

Levando em consideração que a média das lavouras dos assentados é de 10 ha, em um ano normal de produção, tem-se 10 mil reais de renda para a família. Dividido por 12, meses resulta em 833 reais mensais, valor inferior a um salário mínimo, reforçando a necessidade de se vencer o obstáculo da baixa produtividade.

Evidenciada a importância da cooperativa para a compra da matéria-prima do agricultor e o papel que ela tem e pode ter no aumento da produtividade, quando perguntado sobre quais outros fatores a cooperativa podem aportar para a renda camponesa, Cícero (2020) mencionou:

> O papel da cooperativa é buscar clientes, outros canais de venda, melhorar a qualidade dos produtos e ocupar espaço no mercado. Já a tarefa do agricultor é buscar alternativas de produção e de comercialização que perpassem a produção do arroz e a subsistência. E essas alternativas encontradas pelos agricultores voltam como demanda de organização da industrialização e da comercialização desses novos produtos no mercado para a cooperativa. (CÍCERO, 2020).

Para Keno[8] (2020), "a cooperativa é uma ferramenta do MST e a principal tarefa é garantir a sustentabilidade desse movimento", porque as grandes conquistas que fazem a diferença no assentamento são as lutas políticas do MST, como o programa da habitação, que é uma conquista da luta que trará dignidade para a família assentada.

Quando perguntado sobre o papel da cooperativa em melhorar a renda das famílias assentadas associadas, Keno (2020) destaca que a cooperativa é apenas um meio e o que realmente pode melhorar as condições de vida da família é o trabalho desta na sua propriedade, e conclui o entrevistado:

> O que realmente trará melhora de vida para as famílias é o trabalho que ela realiza no lote expressado na produção, a qual a cooperativa tem o dever de fomentar pela forma do costeio, do fomento, com apoio a comercialização, com apoio a pequenas infraestruturas, como irrigação, açudes e estufas para os camponeses produtores de leite. Todos destinados a melhorar a produção da família, pois essa é a única maneira dela melhorar suas condições de vida. Desta maneira, a cooperativa não é garantia para a melhora da qualidade de vida das famílias, e sim um meio. (KENO, 2020).

Partindo da linha de pensamento que o principal meio de produção dos associados da COOTAP - a terra - é resultado da pressão social exercida por um movimento socioterritorial, e, da mesma maneira, a organização e a estruturação das cooperativas. Para que sigam as conquistas pela reforma agrária, faz-se necessária a política de contribuição financeira das famílias e também das cooperativas, as quais, para Keno (2020), essas políticas de contribuição

[8] Keno tinha 34 anos quando foi morto. O crime aconteceu no Acampamento Terra Livre, em Santa Tereza do Oeste (PR), por uma milícia contratada pela empresa suíça Syngenta Seeds em conjunto com movimentos de produtores rurais ligados ao agronegócio. (CARIGANO, 2017).

financeiras realizadas pelas cooperativas para o MST não podem ser vistas como um custo, mas como uma forma de retribuir as conquistas a ela oferecidas pela organização.

Segundo o entrevistado, dentro da COOTAP:

> A política de contribuição financeira da COOTAP já é uma cultura, devido a que é uma prática que se dá há muitos anos dentro da cooperativa, a desvinculação da política de contribuição para o MST dentro da cooperativa é algo impensável nessa conjuntura. (KENO, 2020).

Segundo o entrevistado as contribuições para a organização são realizadas da seguinte forma:

> As contribuições para o MST dentro da cooperativa são realizadas por linhas produtivas, das quais as mais representativas são a do leite e do arroz, sendo que a linha produtiva do leite contribui com três centavos por litro recolhido e o arroz se divide em duas partes: a primeira é a contribuição da família que contribui com uma saca de arroz por ano; e a outra parte é a da cooperativa que contribui com três centavos de arroz por quilo beneficiado. E esse valor já faz parte do centro de custo do produto para sua composição de preço. (KENO, 2020).

No entanto, pondera Keno (2020), que o grande aporte da COOTAP para o MST é o exemplo de seu planejamento estratégico produtivo de médio e longo prazo. Ao ser perguntado de que forma o planejamento da cooperativa contribui para a organização, o entrevistado Keno responde:

> Isso tem contribuído para o MST, uma vez que é um movimento de massas que tem sua grande força de ação nos acampados, e as lutas se dão por pautas específicas, como água, alimentos, entre outras. A cooperativa, por outro lado, tem que planejar sua atuação produtiva para médio e longo prazo. (KENO, 2020).

Já para Cícero (2020), o principal aporte da COOTAP para o MST não se resume às políticas financeiras, mas em *"alimentar o sonho do bem comum".* Quando perguntado de que forma, ele respondeu:

> O principal aporte da COOTAP para o MST está no desenvolvimento das ações da reforma agrária popular com o projeto de inserção do novo assentado na produção e criando espaço para os jovens e para as mulheres, para que essas pessoas criem sua identidade quanto camponeses e que vejam e se sintam dignos a partir de seu trabalho, e que vejam na cooperação a força da união e tudo que representa a cooperação, como pilar da agroecologia. Além das ações de solidariedade, como auxílio às famílias em dificuldade financeira, doação de produtos para as escolas de formação do MST e de outros movimentos,

> além das trocas de experiências. Sendo, para ele, os valores éticos muito mais importantes que os repasses financeiros para o MST (CÍCERO, 2020).

A partir das entrevistas, podemos observar que a cooperativa cumpre muitas funções para garantir a renda da terra camponesa para seus associados. Eis que a cooperativa não é só a ponta de comercialização dos produtos dos seus associados, sendo o meio de relação política dos assentados com o MST, além de ser incentivadora e estimuladora da produção de alimentação saudável e da diversidade da produção. Com a finalidade de poder viabilizar as famílias nos seus lotes, a cooperativa também é fundamental para a política financeira da manutenção econômica para o MST.

3.5.1 Renda camponesa com base no arroz orgânico

Para elucidar a discussão que planteamos nesta pesquisa sobre a renda da terra com base na experiência de produção e comercialização do arroz orgânico de forma cooperada dos assentados da reforma agrária, apresenta-se um estudo de caso da produção de três camponeses produtores de arroz orgânicos associados à COOTAP. Os mesmos apresentam condições e características distintas no cultivo de arroz em relação a área plantada, a qualidade do solo, acesso água e acesso a recursos financeiros.

No primeiro caso analisado, tem-se o agricultor número 01, o qual apresenta características de baixa aplicação das técnicas produtivas, como sistematização[9] da terra e aplicação de fertilizantes nos tempos indicados pelo itinerário técnico para o cultivo do arroz orgânico, e como dificuldade principal, o acesso limitado a água para irrigação do cultivo. Tais fatores resultaram em uma produtividade que não alcançou os valores de custo de produção, como pode-se verificar na tabela abaixo. (os preços pagos por saco de arroz nessa pesquisa referente ao final da safra de 2020 entre os meses de março e abril do ano decorrente).

[9] A sistematização de solos de várzeas é feita quando se pretende empregar irrigação por inundação e, ou, por superfície, como por sulcos ou corrugação. Para isso, o terreno deve ser plano ou com pequeno desnível a fim de se obter uma lâmina de água uniforme em toda a lavoura. (BRASÍLIA, 2009).

Tabela 1 - Dados econômicos do Produtor

Produtor 1	Custos de produção por Há	
	Em sacas de arroz	Em dinheiro
Preço Arroz (R$/Saco) Março 2020	R$ 1,00	R$ 54,54
Adubo		
água	12	R$ 648,00
certificação	1	R$ 54,00
combustível	4,155555556	R$ 224,40
custo para semear	1,111111111	R$ 60,00
Descontos de (umidade, Impureza, secagem,...) 17,7%	8,5	R$ 459,00
Funrural mais cota Capital 2,50%	0,925925926	R$ 50,00
Horas de trabalho contratada	R$ 11,11	R$ 600,00
Horas máquinas contratadas	9,259259259	R$ 500,00
Licença ambiental do lote	0,925925926	R$ 50,00
Manutenção de Máquinas	0	
Mão de obra Familiar	0	
Seguro safra	2,407407407	R$ 130,00
Sementes	8	R$ 844,00
Transporte	0,925925926	R$ 50,00
total dos custos	56	R$ 3.669,40
Produtividade - sacos/ha	50	R$ 2.700,00
sobras	**-6**	**-R$ 969,40**

Fonte: Elaborado pelo autor com fonte nos dados das entrevistas de campo (2020).

O produtor de arroz orgânico número 01 foi atingido pela falta de água da safra 2019/2020, mas também segundo ele, já havia sofrido com o mesmo problema e com chuva de granizo nas duas safras anteriores. A soma destes resultados negativos tem obrigado o assentado a buscar outras fontes de renda para sua sobrevivência, como trabalhar para a própria cooperativa durante a safra e em outros trabalhos informais no restante do tempo.

O camponês número 02 não teve problemas com água, pois conta com o acesso a um reservatório do assentamento, que devido a localização da área de cultivo de arroz, a água chega até a mesma por gravidade, diminuindo os custos de energia, e de produção, com o bombeamento da água. O segundo agricultor toma os cuidados de sistematizar o solo e fazer as correções de solo conforme as indicações técnicas para o cultivo da rizicultura. Veja-se tabela abaixo sobre os dados econômicos de produção de arroz do camponês número 02.

Tabela 2 - Dados econômicos do produtor 2.

Produtor 2	Custos de produção por Há	
	Em sacas de arroz	Em dinheiro
Preço Arroz (R$/Saco) Março 2020	R$ 1,00	R$ 54,54
Adubo	R$ 10,31	R$ 556,50
água	R$ -	
Certificação	R$ 1,00	R$ 54,00
Colheita	R$ 7,41	R$ 400,00
combustível	R$ 4,89	R$ 264,00
custo para semear	R$ 1,00	R$ 54,00
Descontos de (umidade, Impureza, secagem,...) 1	R$ -	
Funrural mais cota Capital 2,50%	R$ 7,48	R$ 403,87
Horas de trabalho contratada	R$ -	
Horas máquinas contratadas	R$ 11,11	R$ 600,00
Licença ambiental do lote	R$ -	
Manutenção de Máquinas	R$ -	
Mão de obra Familiar	R$ -	
Seguro safra	R$ -	
sementes	R$ 31,26	R$ 1.688,00
Transporte	R$ 2,22	R$ 120,00
total dos custos	R$ 76,67	R$ 4.140,37
Produtividade - sacos/ha	R$ 94,00	R$ 5.076,00
sobras	**R$ 17,33**	**R$ 935,63**

Fonte: Elaborado pelo autor com fonte nos dados das entrevistas de campo (2020).

Neste caso, pode-se observar segundo os dados da tabela que os valores oriundos da venda da produção de arroz superam os custos de produção. Mas os valores obtidos na safra 2019/2020 cobrem apenas as despesas de subsistência da família durante o ano, não permitindo economizar recurso suficiente para investir na próxima safra.

Ao contrário dos primeiros dois casos o camponês número 03 trabalha em melhores condições de solo, pois segundo técnicos da COOTAP, a área de cultivo desse produtor tem melhores condições naturais do solo, devido que o plantio de arroz é realizado há menos tempo que nas áreas dos demais assentados. Outro fator que favorece melhores condições para a produtividade do arroz se refere ao efeito da continentalidade, que segundo o entrevistado, se trata de que quanto maior a distância do cultivo de arroz do mar, menor será a umidade relativa, o que resultará em melhores condições de sanidade, diminuindo assim, as doenças das plantas. Os resultados do camponês número 03 que obteve a maior eficiência na produtividade de arroz, podem ser observados na tabela abaixo:

Tabela 3 - Dados econômicos do produtor 3.

Produtor 3	Custos de produção por Há	
	Em sacas de arroz	Em dinheiro
Preço Arroz (R$/Saco) Março 2020	R$ 1,00	R$ 54,54
Adubo	R$ 3,24	R$ 175,00
água	R$ -	
certificação	R$ 1,02	R$ 55,00
combustível	R$ 4,44	R$ 240,00
custo para semear	R$ 0,93	R$ 50,00
Descontos de (umidade, Impureza, secagem,...) 17	17,7	R$ 885,00
Funrural mais cota Capital 2,50%	R$ 1,02	R$ 55,00
Horas de trabalho contratada	R$ 2,42	R$ 130,90
Horas máquinas contratadas	R$ 11,11	R$ 600,00
Licença ambiental	R$ -	
Manutenção de Máquinas	R$ 5,46	R$ 295,00
Mão de familiar	R$ 1,85	R$ 100,00
Seguro safra	R$ 2,41	R$ 130,40
Sementes	4	R$ 422,00
Transporte	R$ 6,11	R$ 330,00
Total de custos de produção	63,59	R$ 3.468,30
Produtividade - sacos/ha	110	R$ 5.940,00
sobras	**46,41**	**R$ 2.531,20**

Fonte: Elaborado pelo autor com fonte nos dados das entrevistas de campo (2020).

Os 110 sacos de arroz/ha do produtor número 03 é uma quantidade razoavelmente boa para a produção de arroz orgânico tendo em conta que os gastos com a produção por saco foram de R$ 31,52 (trinta e um reais e cinquenta e dois centavos) por saco de arroz e que nesse período ele recebeu R$ 54,54 (cinquenta reais e quatro reais cinquenta e quatro centavos) por saco de arroz, dando uma margem de sobra de 42,2%, ou seja, um ganho de R$ 23,02 (vinte e três reais e dois centavos) por saco de arroz.

Em quanto à produção de arroz com o sistema cultivo mínimo (convencional) teve o custo de produção de R$ 64, 70 (sessenta e quatro reais e setenta centavos), por saco de arroz sendo superior aos R$ 59,66 (cinquenta e nove reais e sessenta e seis centavos). Dando um prejuízo de R$ 5,04 (cinco reais e quatro centavos) por saco de arroz

Tabela 4 - Custo de produção arroz irrigado Rio Grande do Sul safra 2019/20:

ÍTENS DO CUSTO	R$/ha	US$/ha	Sacos/ha	Participação (%)
I - DESPESAS DE CUSTEIO DA LAVOURA				
1- Combustível				
1.1 - Operações lavoura	320,58	56,27	5,37	3,2%
1.2 - Irrigação	107,65	18,90	1,80	1,1%
2- Reformas e manutenções	717,62	125,97	12,03	7,1%
3- Energia elétrica irrigação	298,04	52,32	5,00	3,0%
4- Sementes	231,41	40,62	3,88	2,3%
5- Adubo (base e cobertura)	935,73	164,26	15,68	9,3%
6- Agroquímicos	1.380,61	242,35	23,14	13,7%
7- Aviação	318,58	55,92	5,34	3,2%
8- Transportes internos	18,85	3,31	0,32	0,2%
9- Aguador	92,92	16,31	1,56	0,9%
10- Administrador	46,09	8,09	0,77	0,5%
11- Taxa Licenciamento	12,07	2,12	0,20	0,1%
12- Água	894,90	157,09	15,00	8,9%
13- Salários	582,74	102,29	9,77	5,8%
TOTAL DAS DESPESAS DE CUSTEIO (A)	**5.957,80**	**1.045,82**	**99,86**	**59,1%**
II - OUTRAS DESPESAS				
15- Fretes	224,16	39,35	3,76	2,2%
16- Despesas administrativas (3%)	178,73	31,37	3,00	1,8%
17- Secagem	618,50	108,57	10,37	6,1%
18- Taxa CDO	104,36	18,32	1,75	1,0%
19- Taxa Funrural	139,39	24,47	2,34	1,4%
20- Seguro agrícola (de 3%)	178,73	31,37	3,00	1,8%
21- Assistência técnica (2%)	119,16	20,92	2,00	1,2%
TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS (B)	**1.563,03**	**274,37**	**26,20**	**15,5%**
III - DESPESAS FINANCEIRAS				
22- Juros s/CUSTEIO oficial	113,30	19,89	1,90	1,1%
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS (C)	113,30	19,89	1,90	1,1%
CUSTO VARIÁVEL (A+B+C=D)	**7.634,14**	**1.340,07**	**127,96**	**75,8%**
IV - DEPRECIAÇÃO				
23- Depreciação	579,49	101,72	9,71	5,8%
TOTAL DEPRECIAÇÃO (E)	579,49	101,72	9,71	5,8%
CUSTOS FIXOS (E+F=G)	579,49	101,72	9,71	5,8%
CUSTO OPERACIONAL (D+G=H)	**8.213,62**	**1.441,80**	**137,67**	**81,5%**
V - RENDA DOS FATORES				
24- Remuneração capital	490,76	86,15	8,23	4,9%
25- Terra própria	465,69	81,75	7,81	4,6%
26- Terra arrendada	907,93	159,38	15,22	9,0%
TOTAL DA RENDA DOS FATORES (I)	**1.864,38**	**327,27**	31,25	18,5%
CUSTO TOTAL (H+I=J)	**10.078,00**	**1.769,06**	**168,92**	**100,0%**
Custo por saco (R$)	**64,70**			
Custo por saco (US$)	11,36			
Produtividade - sacos/ha:	**155,77**	7.788,26 (média RS - 3 safras)		
Cotação dólar comercial (01 a 20 de maio de 2020)	5,6968			
Preço arroz (R$/saco) maio de 2020	59,66			

Fonte: IRGA (2019)

Pode-se afirmar que os fatores naturais favoráveis para a produção rizícola do camponês número 03 são um dos elementos que resulta nos melhores resultados produtivos para esta experiência, este não é o único motivo, o fato de que este camponês segue rigorosamente o itinerário tecnológico sugerido aos produtores pela cooperativa, corrobora imensamente para uma maior produtividade desta área.

O Itinerário Técnico da Lavoura refere-se ao percurso técnico desenvolvido pelos agricultores em cada momento da produção de arroz irrigado e, é elaborado pelo grupo gestor das hortas, conforme descreve o autor:

> Os conhecimentos gerados nestes processos se manifestam em diversas áreas. Do ponto de vista tecnológico na produção primária, muitos foram às técnicas desenvolvidas, desde o manejo da água como forma de controle de plantas espontâneas, insetos e doenças, passando pela produção de sementes próprias. Ajuste do calendário de plantio adaptando-se as cultivares mais adequadas à região. Outra inovação tecnológica foi a incorporação do manejo da resteva nos passos para condução das lavouras do arroz. Este conjunto de conhecimentos gerados nesta experiência expressou-se no Itinerário Técnico da Lavoura (MARTINS, 2017, p. 24).

Tendo em vista os custos de produção dos três camponeses estudados nesse trabalho e o sucesso do agricultor número 3 comparado com os demais, podemos concluir que a questão principal para que se possa assegurar a continuidade da produção de arroz orgânico nos assentamentos do MST é o aumento da produtividade. Uma vez que o sucesso econômico do produtor está diretamente ligado aos menores custos de produção e maiores produtividade por hectare. Por isso é importante o seguimento do itinerário técnico proposto pela cooperativa para os camponeses associados produtores de arroz orgânico. O itinerário técnico tem como objetivo a colheita de 120 sacos de arroz por ha.

o aumento na média de produção de arroz orgânico de 94 sacos para 120 sacos por ha. garante a viabilidade econômica da família camponesa, aumentando o volume total de arroz comercializado pela COOTAP.

A COOTAP se diferencia das agroindústrias capitalistas por suas ações organizativas e produtivas com seus associados, dentre as quais podemos destacar a assistência técnica, que é encarregada de acompanhar as lavouras de arroz e de garantir o cumprimento mínimo do itinerário técnico proposto pelo Grupo Gestor, além de fazer o acompanhamento intensivo nos campos de semente. A assistência técnica também acompanha, promove e organiza a certificação orgânica nas áreas de produção dos camponeses produtores de arroz certificados.

Também são feitos empréstimos em forma de financiamento rotativo, onde o agricultor tem a possibilidade de pagar o empréstimo com a produção, e desta forma, pode acessar novamente o financiamento na safra seguinte. Segundo Cícero (2020), o financiamento do fundo rotativo pode ser utilizado para: Recuperação de solo com adubos orgânicos, calcário para calagem, sementes que garantam o padrão de qualidade, horas máquinas para limpar os

canis de irrigação, óleo diesel, 50% do transporte da lavoura até o silo de secagem e também um financiamento em dinheiro equivalente a 300 reais por hectare para garantir custos de manutenção da lavoura.

Esse conjunto de ações tem como objetivo garantir a viabilidade produtiva dos sócios da cooperativa, e também de tornar a relação com a mesma mais atrativa para os assentados produtores de arroz.

Esse conjunto de ações é fundamental na estratégia de resistência ao assédio das empresas do agronegócio sofrido pelos associados da cooperativa no momento da safra. E o fortalecimento dessa estratégia pode garantir o futuro da produção de arroz orgânico e da cooperativa. Essa estratégia também é uma política de cooperação e Intercooperação entre a cooperativa e os camponeses associados, que tem como resultado esperado a produção em escala e em qualidade do arroz orgânico Terra Livre.

A renda da terra é a essência da questão agrária, e nesse capítulo a utilizamos para explicar as tentativas de subordinação às relações de exploração pelo capital e em contraponto às relações de cooperação e intercooperação nos assentamentos onde a COOTAP atua. A renda da terra camponesa neste estudo tem a participação da cooperativa e, concluímos através das entrevistas, que a renda da terra camponesa é mais representativa, quando associada à diversidade da produção camponesa. A cooperativa tem como uma de suas funções, incentivar a diversidade da produção camponesa o que resulta no incentivo da renda da terra camponesa. No próximo capítulo, analisamos a importância das cooperativas no MST.

4 A COOPERAÇÃO NO MST

4.1 A importância da cooperação, por meio da gestão participativa, para a sustentação dos territórios de reforma agrária

O MST luta permanentemente pela sustentação de seus territórios, uma vez que o capital produz distintas formas para subordinar ou se apropriar dos assentamentos. A disputa territorial é a essência da luta pela terra e pela reforma agrária. O território é espaço apropriado e produzido por relações de poder. As leituras de sua multidimensionalidade e multiescalaridade (Fernandes, 2009) possibilitam compreender que cada assentamento é uma unidade de resistência, por isso reconhecemos que o conjunto dos assentamentos forma os territórios dessas lutas. A resistência territorial não acontece somente na sua superfície, na terra, esta é uma das dimensões, e para a resistência efetiva é preciso lutar em todas as dimensões e escalas.

A cooperação, por meio da gestão participativa, é outra dimensão do território na luta contra a subordinação/exploração e ou expropriação do campesinato assentado pela renda capitalizada da terra. A proposição da cooperação está presente desde a fundação do MST. Em certa medida, o primeiro processo de cooperação no MST começa na ocupação da terra, mas são nos assentamentos constituídos, forjados na luta pela terra e pela reforma agrária, onde se materializam os debates e práticas sobre formas organizativas de produção, pois são nestes territórios que o campesinato recém-assentado pode optar pela cooperação e ou pelo trabalho familiar nos processos de produção agropecuária. Esta opção pela cooperação não se dá por decreto e nem de forma voluntarista, segundo a CONCRAB:

> os assentamentos precisam fazer uma opção voluntária pelo MST e pela cooperação. Mas, não podemos cair no voluntarismo. Se faz necessário um sério trabalho de base que conduza para esta opção; um trabalho de convencimento. (CONCRAB, 1997, p.15)

A cooperação fortalece a luta para a sustentação do território. Há diferentes formas de cooperação, dois exemplos são as cooperativas camponesa e as cooperativas capitalistas. Estas últimas buscam a profissionalização dos agricultores, com o foco apenas na geração de renda através dos seus processos de produção, industrialização e comercialização, de modo a subordiná-los à produção de commodities. Uma descrição de sua lógica é apresentada a seguir:

> a cooperação implantada pelo capital não surge no sentido de promover a emancipação humana, e sim como elemento de alienação, de exploração. O fruto do trabalho não pertence ao trabalhador, e este não conhece e não

> governa o processo do trabalho. Por isso, a discussão da cooperação, numa perspectiva emancipatória, deve sempre estar aliada com a discussão da gestão participativa, com autogoverno dos próprios trabalhadores. (Christoffoli e Azerêdo, 2016, p.65).

Um exemplo de cooperativas capitalista são laticínios, as quais têm como cooperados pequenos, médios e grandes produtores de leite. A única participação do produtor é entregar seu produto, o leite *in natura*, para a industrialização. Resulta, assim, apenas numa transação comercial simples, na qual o produto é o leite e o pagamento é financeiro. Os membros dessas cooperativas são apenas fornecedores, diferenciados tão-somente pelas quantidades de matéria-prima que entregam e pela distância do laticínio: quanto maior a quantidade e menor a distância do laticínio, maior será o preço pago pelo litro de leite, obedecendo às causas da renda da terra diferencial I, quanto à localização.

Há muitas famílias assentadas em diversos estados que estão vinculadas a esse tipo de cooperativa, denominada cooperativa tradicional, que atende unicamente à lógica do capital, de maneira que tende a manter o produtor no campo, mas sob uma lógica de exploração e subordinação. Na maioria dos casos, os cooperados nem se quer conhecem as marcas comerciais e os produtos finais derivados da matéria prima que fornecem, impossibilitando assim, que o produtor possa reconhecer seu trabalho naquele produto. Não tem voz de participação nas decisões sobre a definição do preço do produto pago a eles, sobre a destinação dos lucros obtidos com a comercialização, a organização da produção e da comercialização e nem sobre a definição dos objetivos das cooperativas.

As cooperativas do MST seguem outra concepção de cooperativismo, que não se detém apenas à dimensão econômica da produção. Como movimento socioterritorial de resistência ao capitalismo, as cooperativas cumprem um papel fundamental como mais uma dimensão na luta de classes. Pelos registros da CONCRAB, observa-se que a concepção de cooperação do MST, começa com a seguinte orientação:

> os assentamentos devem buscar uma cooperação que traga desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que visa à mudança na sociedade. Para isso, deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e de resistência ao capitalismo. (CONCRAB, 1997, p.22)

A cooperação é compreendida como um processo na organização para da produção desde o plantio ao mercado. “Ao iniciar uma experiência de cooperação, os assentados devem

ter clareza de que na medida em que acontecem determinadas condições objetivas a cooperação precisa mudar de forma, precisa avançar" (CONCRAB, 1997, p.22). Em seus vários períodos, a cooperação no MST foi mudando pelas próprias experiências, desde uma perspectiva sistemática para uma perspectiva processual. A produção e a comercialização, organizadas sob a lógica da cooperação, por meio da gestão participativa, precisa atuar em todas as dimensões e escalas para trazer melhorias às famílias cooperadas.

4.2 Contribuição da CONCRAB

A CONCRAB nasceu em 1992 com uma estrutura para atender diversas escalas e dimensões em que o MST atua. Desde a escala local até a nacional e atuando conjuntamente com a Educação e Saúde, a proposta de uma confederação de cooperativas tornou-se um grande desafio. O Caderno de Cooperação Agrícola da CONCRAB número 1 apresenta a compreensão das diferenças de desenvolvimento rural do capitalismo e do campesinato e toma uma posição frente aos dois modelos:

> É mais fácil dizer como nós não queremos o desenvolvimento rural. É mais fácil negar, do que propor. Propor é se expor, é colocar a cabeça para fora, e quem se expõe corre risco; pelo menos o risco de ser criticado. Hoje ou corremos riscos e tentamos ir rascunhando um projeto de desenvolvimento rural ou ficamos na defensiva, na crítica e na espera de que um governo 'bom' resolva os nossos problemas. Mas podemos assumir as rédeas de nossa história. (CONCRAB, 1994 p. 7).

A concepção de desenvolvimento rural que estava sendo gestada continha os seguintes princípios: processo de transformação global; melhoria de qualidade de vida; participação organizada, consciente e capaz e transformação da sociedade (CONCRAB, 1994, p. 18-20). Esses princípios exigiam um processo de formação em escala nacional, afinal propor um novo modelo, também implicava em construí-lo. Em 1995, a CONCRAB inaugurou o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa na Reforma Agrária – ITERRA, no Rio Grande do Sul. Em 1996, criou no ITERRA, cursos de ensino supletivo e magistério para a formação e atuação de jovens nas cooperativas e escolas de assentamentos.

A CONCRAB se estruturava em um sistema cooperativista dos assentamentos de reforma agrária. Foram construídas diversas experiências com núcleos de produção, grupos semicoletivos, coletivos, associações, cooperativas de produção agropecuárias, cooperativas de Prestação de serviços, cooperativas de prestação de serviços regionais, cooperativas de produção e prestação de serviços e cooperativas de crédito. Estas estavam vinculadas às

cooperativas centrais de reforma agrária, em escala estadual, que por sua vez estavam vinculadas à CONCRAB (FERNANDES, 2000, p. 223-243).

Outro desafio das cooperativas foi construir as condições para a produção entre monoculturas e diversidade de culturas, produção in natura e industrialização. A conquista de um assentamento significava começar um plano de desenvolvimento que considerasse essas perspectivas, cujos caminhos precisavam ser construídos e poderiam levar à emancipação ou à subordinação. Foram criados laboratórios de campo com o objetivo de acelerar os processos de formação das cooperativas, experiência que foi mais tarde abandonada, pois a formação de uma cooperativa necessitava de seu tempo e a aceleração poderia atropelar as condições necessárias para a qualificação das experiências em construção.

Durante a construção da experiência cooperativa do MST, diversas políticas públicas foram criadas, por exemplo, o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), em 1985, que contribuiu para a formação de diversas cooperativas e abriu caminho para a criação de uma política de financiamento agrícola destinada ao campesinato, ou à agricultura familiar na concepção do capitalismo agrário, criada em 1996, denominada de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Sem dúvidas, a CONCRAB iniciou um processo de criação de um modelo de desenvolvimento rural para o campesinato a partir da reforma agrária. Nesse processo outras experiências foram acontecendo, especialmente com a criação da Via Campesina na década de 1990. Uma diferença estrutural dos modelos de desenvolvimento do capitalismo e do campesinato é o uso intensivo de agrotóxicos. Enquanto alguns assentamentos usavam agrotóxicos, em outros aconteciam experiências agroecológicas associadas à luta pela soberania alimentar defendida pela Via Campesina. Em 2000, no Quarto Congresso Nacional do MST, definiu-se a agroecologia como projeto político (Zanotto, 2017, p. 45).

Experiências agroecológicas com arroz na RMPA pelas famílias assentadas foram registradas em 1999 em uma área de sete hectares. (LINDNER; MEDEIROS, 2015, p. 81). Em pesquisa recente realizada no Rio Grande do Sul, a área plantada de arroz orgânico chegou ao entorno de 5 mil hectares nas safras de 2016/2017 (ÓRIGUELA, 2019, p. 198). O arroz orgânico se consolidou pela organização cooperativa por meio da gestão participativa desde o processo de produção até a comercialização.

Todavia, a consolidação do arroz orgânico também aconteceu em um processo de disputa territorial, como por exemplo no assentamento Santa Rida de Cassia II no município de Nova Santa Rita criado em dezembro de 2005. No começo algumas famílias tiveram que aceitar uma "parceria" com os "Catarinas", que são produtores capitalistas vindos do Estado de Santa Catarina que arrendam terras para o cultivo do arroz. A subordinação ao modelo produtivo dos "Catarinas" teve que ser enfrentada durante anos com as tentativas para promover a transição agroecológica (ALMEIDA, 2011). Também no assentamento Filhos de Sepé, em Viamão, que implicou inclusive na reintegração de posse de lotes que estavam sendo arrendados. A contribuição do Grupo Gestor de Arroz Ecológico foi fundamental para promover a transição agroecológica (FAGUNDES, 2011). A disputa territorial é também uma disputa por modelo de desenvolvimento. A CONCRAB cumpriu papel importante neste sentido, deu um passo decisivo em direção ao enfrentamento do modelo capitalista, à emancipação e à sustentação dos assentamentos. Conseguiu superar desafios na produção do arroz orgânico e continua enfrentando o modelo capitalista na produção de soja e leite, por exemplo (OLIVEIRA, 2016).

4.3 As ações da COOTAP na criação de territórios de cooperação por meio da produção do arroz orgânico

O processo de sustentação dos assentamentos de reforma agrária é constantemente atacado pelo capital, sempre procurando ou criando fragilidades, sendo as dimensões econômica, política e cultural, por exemplo, as mais atacadas, quer seja para a produção subordinada ao capital, que seja por valores políticos e culturais desde a lógica capitalista introduzidos nos assentamentos a partir de relações sociais determinadas pelo capital.

A experiência da COOTAP é uma boa referência para o estudo da sustentação dos assentamentos. As ações criadas para o controle da produção do arroz orgânico a partir da organização das famílias camponesas em grupos gestores, a cooperação foi mais além do aprendizado e domínio de uma técnica produtiva e organizativa, se tornou basilar na sustentação dos assentamentos onde a Cooperativa atua.

4.3.1 Breve histórico da cooperativa

Fundada em novembro de 1995, a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda. (COOTAP) iniciou suas atividades com 280 sócios fundadores, sendo todos membros de assentamentos da reforma agrária nos municípios localizados na Região

Metropolitana de Porto Alegre. A sede da COOTAP está localizada na Estrada da Arrozeira, número 2500, no Assentamento Integração Gaúcha, em Eldorado do Sul, no Rio Grande do Sul.

O primeiro objetivo da cooperativa foi contribuir na superação das dificuldades produtivas dos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre, principalmente localizados em áreas de várzea úmida que

> compreendem vários ecossistemas, dos quais os banhados são locais estratégicos de conservação, devido à sua alta diversidade biológica e produtividade, que resultam das relações estabelecidas entre a água, solo, vegetação e fauna. (CARVALHO e OZORIO, 2007, p. 84).

Os banhados são caracterizados por serem

> áreas constantemente ou provisoriamente alagadas, de solo saturado e rico em matéria orgânica de origem vegetal, que resulta num ambiente físico-químico particular, colonizado por uma biota também particular, adaptada morfologicamente e fisiologicamente ao hidroperíodo do sistema. (CARVALHO; OZORIO, 2007, p. 85).

Esses solos úmidos começaram a ser utilizados na produção de arroz no começo do século XX (MARTINS, 2017, p. 41). Durante todo o século, a territorialização do arroz aconteceu em meio a crises e avanços, definidas pela modernização da agricultura capitalista. Essas condições podem ser vistas na concentração da produção de arroz no Rio Grande do Sul de 2006 a 2020, responsável por 70% da produção nacional. Essa colocação pode ser observada ao analisar os dados do IBGE apresentados na Tabela 5:

Tabela 4 - Distribuição da produção de arroz no Brasil de 2006 a 2020

Variável - Produção (Toneladas)				
Produto das lavouras - 1.4 Arroz				
Brasil e Unidade da Federação	Mês			
	setembro 2006	setembro 2010	setembro 2014	setembro 2020
Rondônia	145.723	167.814	134.798	113.783
Acre	32.490	21.031	9.019	4.531
Amazonas	20.226	10.300	6.745	14.220
Roraima	91.450	84.584	61.200	54.684
Pará	402.081	290.686	191.680	105.322
Amapá	3.646	4.450	2.310	986
Tocantins	265.360	447.320	511.002	665.642
Maranhão	700.109	548.862	587.954	157.016
Piauí	192.751	114.181	144.788	102.902
Ceará	100.238	63.297	61.670	16.660
Rio Grande do Norte	3.598	5.247	4.030	3.155
Paraíba	10.226	378	1.153	2.459
Pernambuco	19.711	40.806	3.163	3.022
Alagoas	13.120	17.940	15.605	17.048
Sergipe	39.024	48.601	37.621	31.084
Bahia	19.605	33.463	10.207	-
Minas Gerais	176.337	115.090	38.654	8.109
Espírito Santo	9.594	3.156	1.381	341
Rio de Janeiro	9.461	7.941	2.978	119
São Paulo	82.800	63.500	43.623	50.539
Paraná	183.644	169.009	153.981	150.600
Santa Catarina	1.071.559	1.041.587	1.082.450	1.216.132
Rio Grande do Sul	6.776.389	6.920.200	8.240.847	7.765.965
Mato Grosso do Sul	187.768	142.650	94.020	63.000
Mato Grosso	720.909	687.137	583.449	379.782
Goiás	229.755	231.271	142.471	79.417
Distrito Federal	38	-	-	-
Total Brasil	**11.507.612**	**11.280.501**	**12.166.799**	**11.006.518**

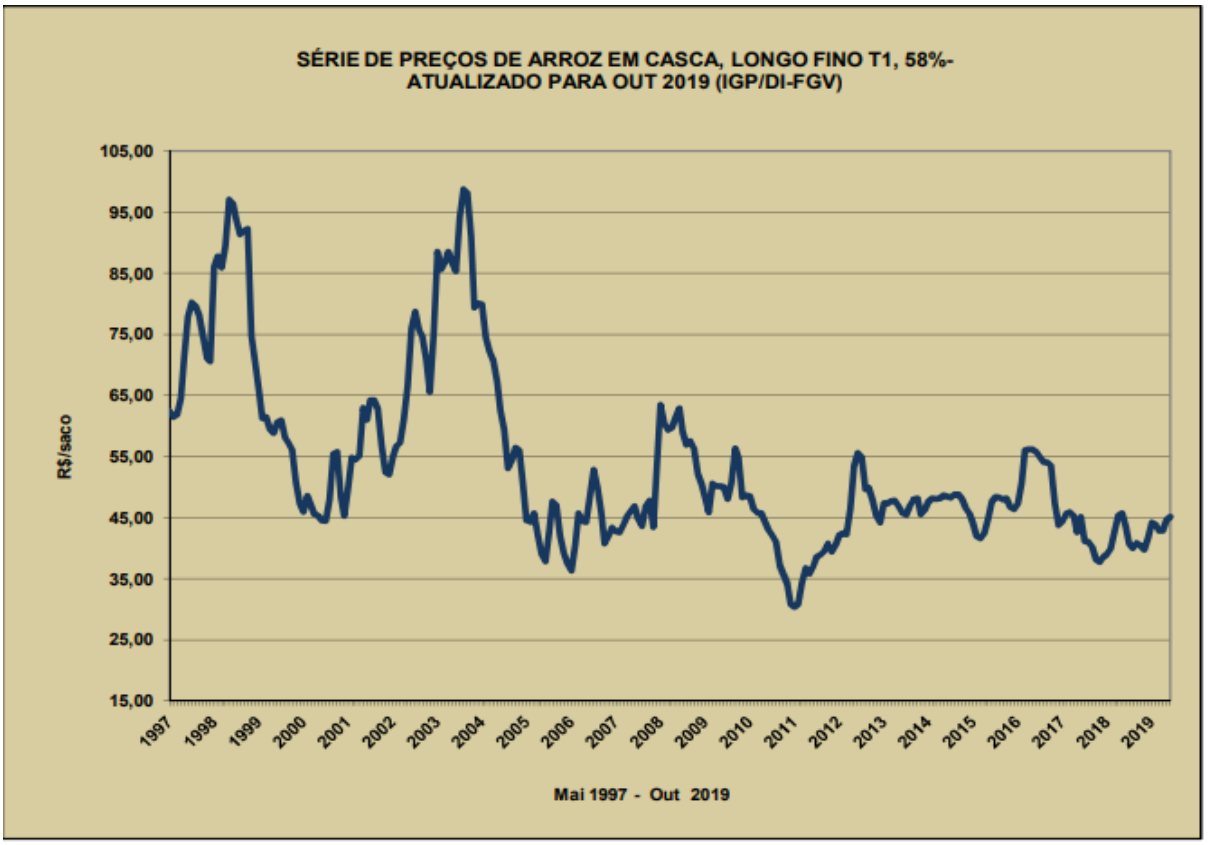
Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2021)

Com a territorialização do MST nessa região, foi necessário considerar a introdução do arroz no momento de planejar a produção dos lotes dos assentamentos, ainda que exija um alto investimento em infraestrutura (maquinários, silos e secadores) e uma alta cota de ajustes que pode servir como capital de giro. A constituição da Cooperativa teve como objetivo fornecer a prestação de serviços e insumos aos assentados, facilitando a produção de arroz.

A COOTAP deu início a suas atividades com a prestação de serviços aos associados, viabilizando a produção com horas-máquina, compra de adubos químicos, fertilizantes, agrotóxicos e sementes, buscando conseguir menores preços e, por consequência, diminuindo os custos da produção. Porém, com apenas alguns anos de prestação de serviços a seus sócios,

a Cooperativa foi assolada pelos baixos preços entre 1998 e 2001, como pode-se observar na próxima figura.

Figura 5 - Série histórica de preços de arroz em casca



Fonte: Instituto Rio Grandense do Arroz (2019).

O que decorreu em uma crise de preços baixos para o arroz, levou a COOTAP à falência, deixando-a com muitas dívidas.

A partir do ano 2001, com a elevação dos preços como demonstrado na figura 5 e aliada a uma nova gestão a COOTAP, começou a se reerguer. Nesta nova fase da cooperativa e da produção de arroz, a COOTAP não prestou mais os serviços para auxiliar na produção de arroz, mas dedicou seus esforços para a organização da produção agroecológica de arroz junto às famílias, organizando um grupo de produção chamado Grupo Gestor do Arroz Ecológico.

Desde o início desta experiência, a produção de arroz cresceu tanto na quantidade de grão produzido por hectare, quanto na inclusão de novas famílias e áreas para o plantio deste cultivo de forma orgânica. Com a consolidação da produção orgânica nos assentamentos, em 2003, deu-se início o processo de certificação das lavouras, visando expandir as vendas.

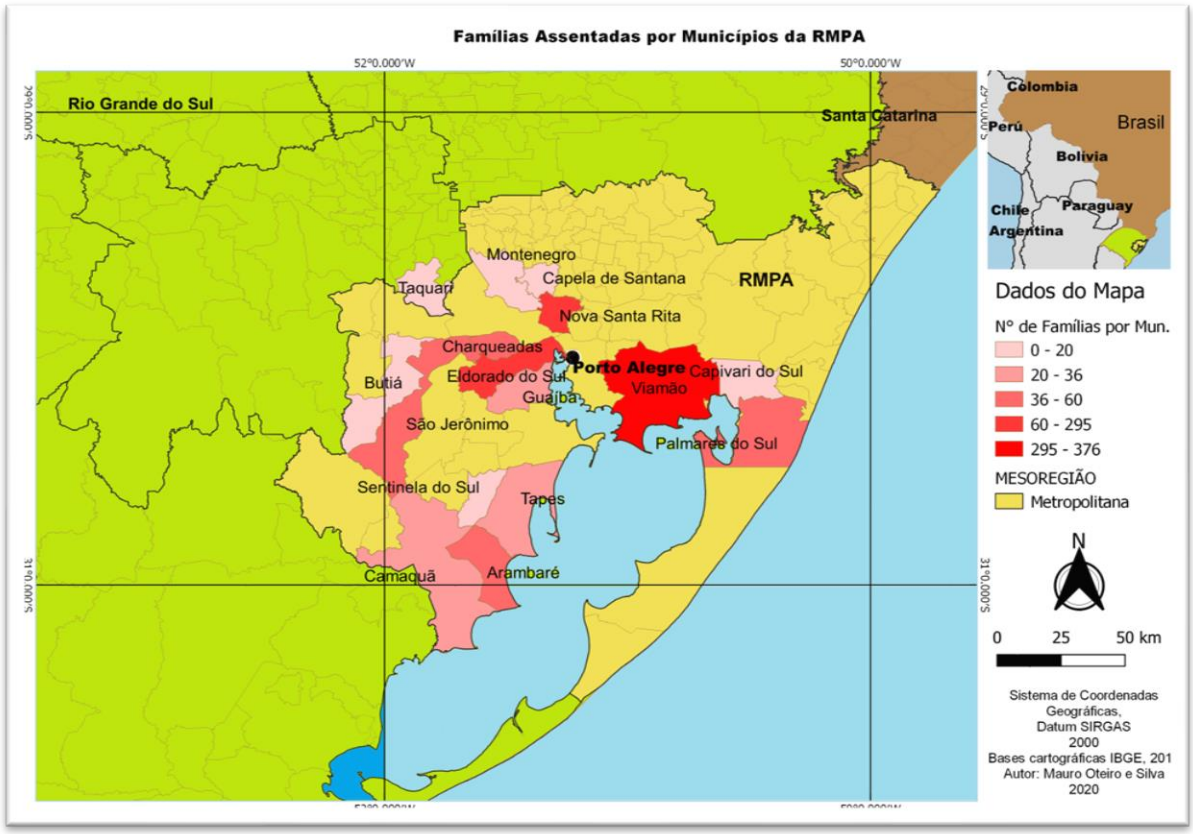
Para a consolidação da COOTAP e seu crescimento, foi fundamental a retomada dos princípios e aprendizados acumulados pelo MST ao longo de décadas de discussão e tentativas de construção de cooperativas nos assentamentos, principalmente o princípio da autonomia associada à qualidade de vida dos associados. O objetivo da COOTAP e seu comprometimento com o bem-estar de seus associados são ressaltados no projeto do Plano de Investimento de Empreendimento Solidário (PIES).

> O objetivo principal da COOTAP é proporcionar a melhoria das condições de vida dos seus associados, através do desenvolvimento da produção agropecuária, dos serviços e da agroindústria. Os objetivos sociais da cooperativa são congregar as Cooperativas de Produção Agropecuária, Associações e outras iniciativas de cooperação nas áreas de assentamentos de Reforma Agrária para facilitar e incentivar a cooperação entre os assentados e os assentamentos. Inicialmente, a integração dos assentados com a COOTAP foi sócia produtiva, com a organização das comunidades dos assentamentos e construção de matrizes produtivas e tecnológicas. Posteriormente, houve uma aproximação destes assentamentos com as entidades locais, como prefeituras, universidades, bancos, IRGA, EMATER e CONAB. (COOTAP, 2015, p,10).

4.3.2 Territórios de atuação da COOTAP

A maior parte das ações da COOTAP está associada à configuração territorial dos Assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), que pode ser observada na figura 6, uma vez que a COOTAP está localizada no assentamento Integração Gaúcha, a cerca de dois quilômetros do centro de Eldorado do Sul e a 14 quilômetros de Porto Alegre.

Figura 6 - Municípios que têm assentamentos do MST na RMPA



Fonte: Elaborado pelo Autor como os dados do IBGE (2020).

Associando a figura 6 com a tabela 7, pode-se observar quase três décadas de territorialização do MST na Região Metropolitana de Porto Alegre pelo número de assentamentos, ano de criação, número de famílias e área.

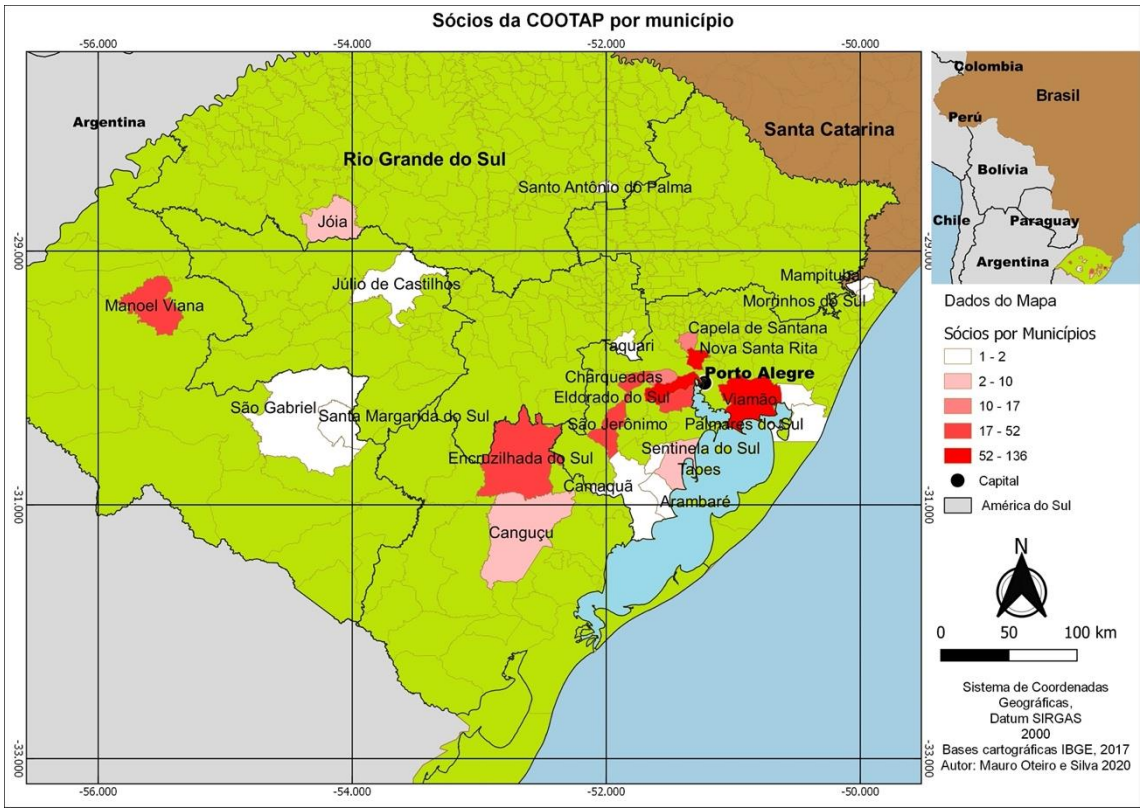
Tabela 5- Assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre

Município	Assentamento	Ano de Criação	Nº Fam.	Área Total (ha)
Nova Santa Rita	Capela	mai/94	100	2169
	Itapui/Meridional	set/88	80	1177
	Santa Rita de Cassia	dez/05	102	1667
	Sino	mai/94	13	361
Charqueadas	Trinta de Maio	ago/91	46	850
	Nova Esperança	dez/13	14	182
Eldorado do Sul	Apolônio de Carvalho	dez/07	72	943
	Intergração Gaúcha	jun/98	69	1256
	Fazenda São Pedro	out/86	100	2256
	Padre Josimo	jan/87	22	515
	Colônia Nonoaeiense	jan/92	13	148
	Lanceros Negros	jan/14	7	112
Guaiba	Dezenove de Setembro	jan/92	36	441
São Jerônimo	Jânio Guedes	2005	59	935
Tapes	Lagoa do Junco	out/95	35	801
Viamão	Filhos de Sepé	jan/88	376	6935
Capela de Santana	São Jose II	jun/98	13	190
Capivari do Sul	Renascer II	out/05	7	107
Montenegro	Vinte e Dois de Novembro	jun/92	20	247
Palmares do Sul	Zumbi dos Palmares	abr/00	57	1199
Arambaré	Capão do Leão	abr/96	15	278
	Caturrita	mai/96	25	561
	Fazenda Santa Maria	out/95	15	357
Butiá	Santa Tereza	jan/89	8	432
Camaquã	Boa Vista	abr/96	32	637
Sentinela do Sul	Recanto da Natureza	jan/99	9	298
Taquari	Tupi	2013	7	130
	Tempo Novo	ago/87	13	314
Total				
16 Municípios	28 Assentamentos	1365 Famílias		25498 (ha)

Fonte: (MARTINS, 2017. p. 55).

Dos 16 municípios elencados na tabela acima, apenas sete tinham assentamentos da reforma agrária constituídos no ano da criação da COOTAP, e em apenas seis municípios existiam assentamentos com mais de dois anos, dentre os quais se destacam Eldorado do Sul - sede da COOTAP -, Charqueadas, Guaíba e Nova Santa Rita, todos com terras propícias para a rizicultura. Cabe ressaltar que fatores como o incentivo da produção de arroz e de produção de outros alimentos certificados para a comercialização em políticas públicas levaram a cooperativa a expandir seu quadro de sócios e assim seu território de atuação pelos demais municípios do estado do Rio Grande do Sul, assim como demonstra a figura 7.

Figura 7 - Municípios de Atuação da COOTAP



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados do extrato de DAP COOTAP, (2019).

A organização cooperativada da produção camponesa resultou em um acréscimo de associados, dessa forma a cooperativa aumentou sua atuação de 15 municípios para 26 municípios. Ainda, com o aprimoramento de técnicas organizativas, a produção do arroz orgânico da COOTAP atingiu 12 municípios na safra 2017/2018, os quais abrangem um total de 17 assentamentos, incluídas diretamente 397 famílias assentadas da reforma agrária que possuem certificação (Tabela 8).

Tabela 6 - Relação das famílias certificadas na safra 2017/18 por município e por assentamento

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTOS	FAMILIAS
ARAMBARÉ	CATURRITA	1
ELDORADO DO SUL	APOLÔNIO DE CARVALHO	50
CHARQUEADAS	30 DE MAIO	9
CAMAQUÃ	BOA VISTA	1
TAPES	LAGOA DO JUNCO (HUGO CHAVES)	2
CANGUÇU	RENASCER	13
SÃO GABRIEL	SANTA MARIA DO IBICUI	30
	NOVO HORIZONTE	10
	CONQUISTA DO CAIBOATE	6
	CRISTO REI	2
	MADRE TERRA	19
NOVA SANTA RITA	CAPELA	14
	SANTA RITA DE CASSIA II	69
TAQUARI	TUPY	2
VIAMÃO	FILHOS DE SEPE	164
CAPIVARI	RENASCER II	1
GUAÍBA	DEZENOVE DE SETEMBRO	4
12	17	397

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da COOTAP (2019).

A experiência cooperativista promoveu avanços organizativos na produção do arroz orgânico, que tem possibilitado à COOTAP aumentar o número de sócios em diversos municípios e assentamentos do Rio Grande do Sul. O principal fator para esse avanço na área de atuação da COOTAP, foi a ampliação do assessoramento a outras atividades agrícolas pela cooperativa, diversificando a produção possibilitando geração de renda para os agricultores não envolvidos com a produção de arroz, esta ampliação nas atividades agrícolas levou à necessidade da criação dos grupos gestores.

4.4 Grupos gestores: instrumentos de organização produtiva e política

Os grupos gestores foram criados para o debate produtivo, organizativo e político sobre determinada produção. Envolvem camponeses e camponesas, produtores associados e não associados, técnicos das cooperativas e consultores técnicos externos, além de instituições de ensino e governamentais que contribuem com o debate propositivo. Os grupos gestores são o arroz orgânico e o das hortas e frutas.

4.4.1 Grupo Gestor do Arroz Ecológico

O Grupo Gestor do Arroz Ecológico constituiu-se no ano de 2004, derivado do processo organizativo das famílias assentadas na Região Metropolitana de Porto Alegre. Martins (2017), a partir de seu estudo, nos explica que:

> O Grupo Gestor do Arroz Ecológico tornou-se o espaço de articulação dos assentamentos, organizados em grupos de produção, associações e em cooperativas de base, destacando-se a COOPAN, COPAC, COOPAT, e a COPERAV. (MARTINS, 2017, p. 59).

Todos os camponeses produtores de arroz orgânico estão inseridos na organização dos Grupos Gestores. Para Keno (2020), o grupo gestor, em sua essência, foi uma estratégia participativa, criado para discutir a produção, manejo, assistência técnica e para ser uma troca de experiência entre os agricultores para melhorar sua produção.

A participação dos agricultores no Grupo Gestor, perpassa os debates de caráter econômico, como relata o entrevistado:

> O agricultor se identifica no seu GG, por mais que se incorporou a pauta da comercialização e de mercado, os GGs ainda são um espaço de encontro e de troca de experiência onde se garante o debate político, e essa é a grande força dos GGs. (KENO, 2020).

O Grupo Gestor permite a organização em espaços de socialização na ponta do processo produtivo. Além de servir para o planejamento do calendário de execução das atividades vinculadas a produção de arroz orgânico, também permite que temas políticos sejam discutidos pelos produtores e também os temas organizativos do assentamento e da luta política do MST. Dentre os propósitos do Grupo Gestor do Arroz Ecológico, a qualificação técnica e a sistematização sempre estiveram em pauta, como nos mostra Martins (2017):

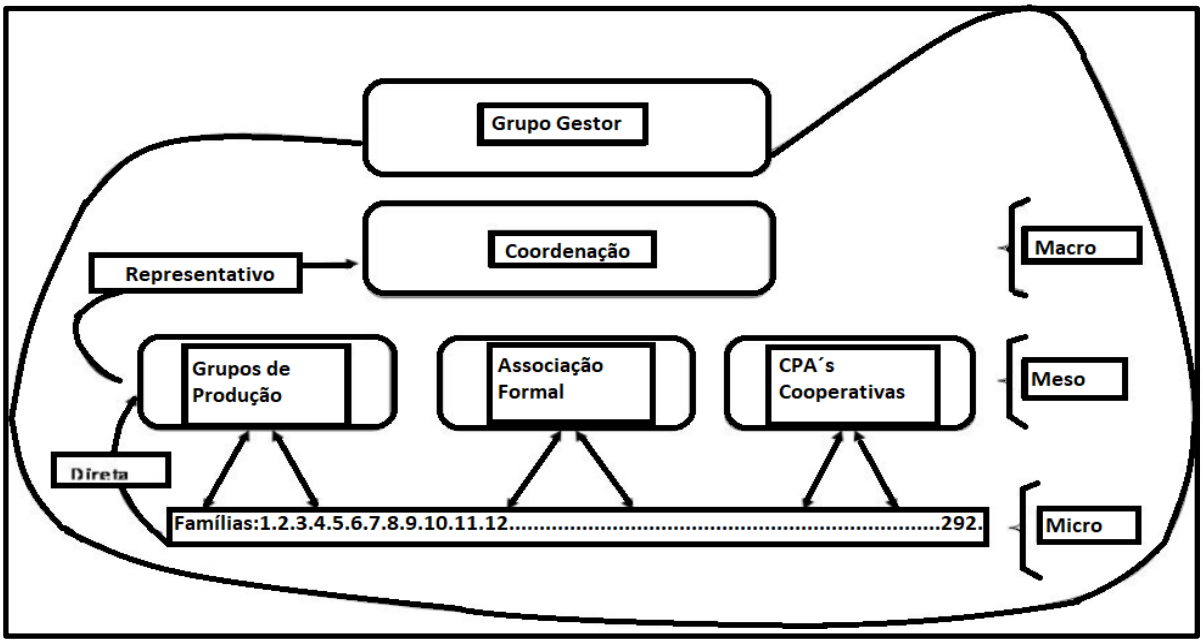
> O Grupo Gestor, a partir da troca de experiência entre os próprios produtores assentados, dias de campo, visitas a outros agricultores, foi constituído um acervo técnico-científico na condução das lavouras de arroz ecológico ao longo deste processo organizativo. (MARTINS, 2017, p. 62).

As discussões no Grupo Gestor vão além do debate específico de técnicas de cultivo para a produção no campo. Na elaboração dos novos itinerários técnicos sobre o cultivo do arroz orgânico, os camponeses produtores debatem assuntos como armazenagem, industrialização e comercialização. Em síntese, o Grupo Gestor tem a função de debater todo o planejamento da produção do arroz, garantindo o envolvimento de todo o coletivo produtivo na região e nos assentamentos onde se produz arroz orgânico no Rio Grande do Sul. Para entender a composição do GG, nos referimos a Martins (2017), que nos explica que:

> Atualmente, o Grupo Gestor é composto pelos representantes dos grupos de produtores existentes nos assentamentos e por representantes das cooperativas de base presentes nesse complexo cooperativo. Participam também os coordenadores da COOTAP e técnicos representantes dos Núcleos Operacionais da COPTEC e o responsável pelo departamento técnico da Cooperativa Regional e pela Equipe de Certificação, totalizando aproximadamente 60 pessoas. Este grupo se reúne em média quatro vezes ao longo do ciclo agrícola. (MARTINS, 2017, p. 116).

Pode-se observar a partir dos dados acima o quão complexa é a conformação da estrutura organizativa do GG do arroz ecológico, mas para entender ainda melhor esta estrutura, apresentamos um organograma no qual pode-se visualizar as diferentes dimensões e elementos que conformam o GG. Vejamos na figura número 8:

Figura 8 - Organograma do Grupo Gestor (Dimensões Macro, Meso, Micro).



Fonte: Martins (2017) Grupo Gestor do Arroz Ecológico (2016).

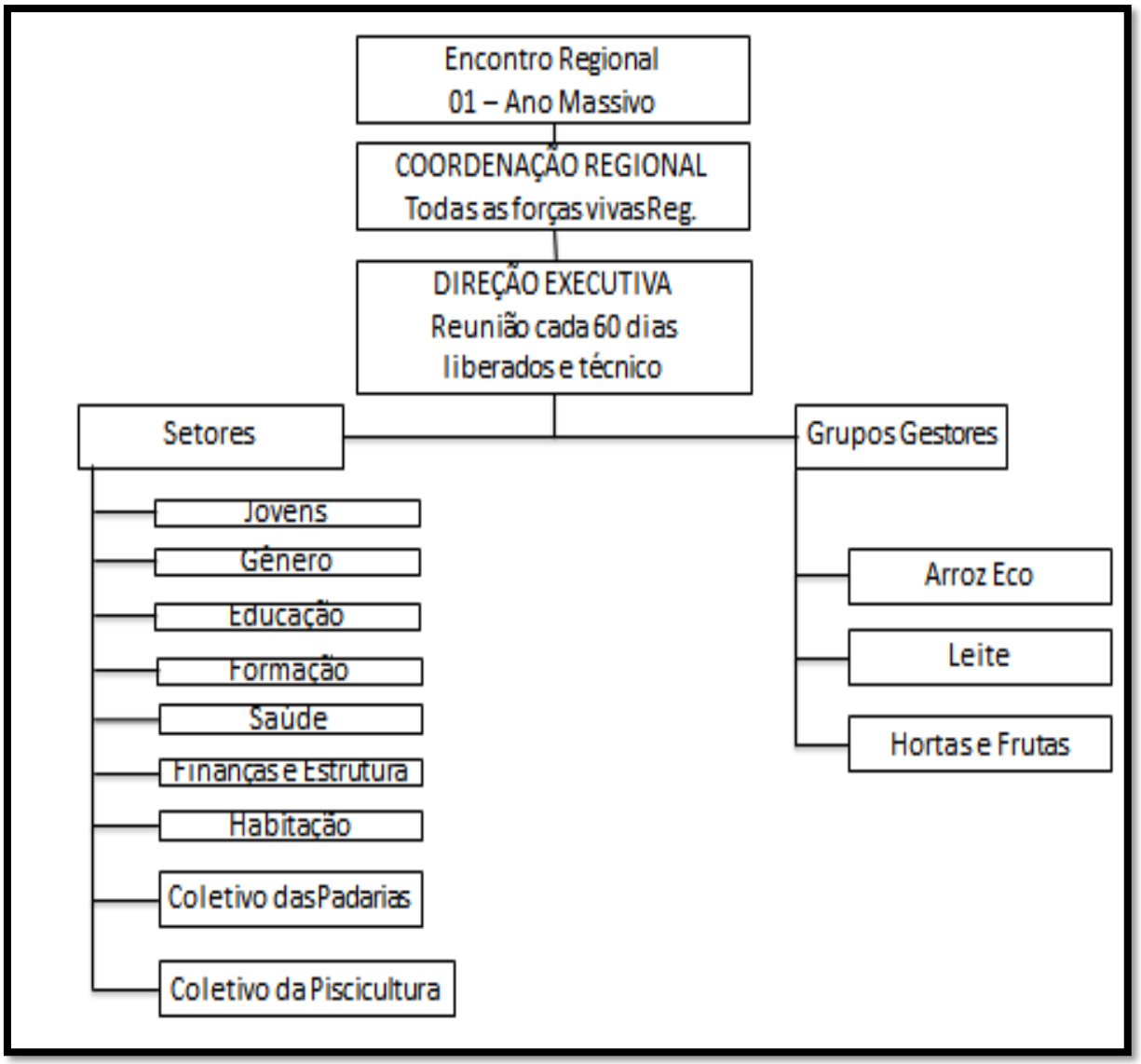
O Grupo Gestor mostra-se como a síntese da gestão da produção e da comercialização do arroz orgânico no modelo de cooperação proposto para as cooperativas e famílias associadas à COOTAP. A experiência do Grupo Gestor do Arroz Ecológico estendeu-se para a organização de outras áreas produtivas na região, como explica o autor.

> Esta mesma metodologia, se reproduz para os outros dois Grupos Gestores na RMPA: o Grupo Gestor das Hortas Ecológicas e Frutas e o Grupo Gestor do Leite. De fato, estes Grupos Gestores estão vinculados à estrutura organizativa do MST na Região Metropolitana. (Martins, 2017, p. 138).

Os assentados produtores de arroz orgânico organizados no MST/RS entendem o Grupo Gestor do Arroz Ecológico como um espaço de socialização política dentro do movimento, devido ao seu papel de pensar e construir experiência concreta de produção agroecológica. Demonstrando a viabilidade deste modelo produtivo para a produção de alimentos saudáveis para toda a sociedade, e a importância da reforma agrária na produção de alimentos para o povo brasileiro.

Para compreender a preocupação que o MST tem em organizar, orientar e acompanhar os instrumentos políticos e produtivos de suas instâncias organizativas, analisaremos a composição da direção executiva do MST na Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA, figura 9.

Figura 9 - Organograma do MST – RMPA



Fonte: Martins, 2017, p. 141

Assim como demonstrado na figura 9 os GG, são entendidos pelo MST da RMPA como parte da sua organização. E o mesmo evoluiu numericamente desde sua criação, o que pode ser observado no levantamento do PIES.

> O GGAA foi constituído na safra 2003/2004 com um número de 90 famílias produtoras e uma área de 468 ha. Na safra 2010/2011, atingiu 428 famílias produtoras em uma área de 3.881 ha. Nos sete anos iniciais, apresentou um crescimento de 338 famílias de produtores, e de 3.413 ha, o que corresponde a um aumento de 4,75 vezes o número de famílias inicial ou um aumento médio de 68% ao ano e de 8,3 vezes da área cultivada, correspondendo a um aumento de 118% ao ano. Da safra 2010/2011 até a safra 2013/2014, ou seja, nos últimos três anos, o aumento no número de famílias foi da ordem de 73 famílias (17%), correspondendo a um aumento médio de 24 famílias por ano (5,66%). Em relação à área, neste último período, o aumento foi de 517 ha (13,34%) ou um aumento médio anual de 172 ha (4,44%). (PIES, 2015, p20).

Esse aumento numérico notável se deve principalmente aos esforços e a experiência organizativa do MST da RMPA, e os esforços para continuar aumentando o número de camponeses produtores e área de cultivo é permanente pois faz parte da estratégia para que a produção de arroz orgânico possa aumentar sua escala.

Para Cícero (2020), a COOTAP desenvolve um papel fundamental, pois tem a maior parte das áreas plantadas e o maior número de famílias associadas e ainda é a responsável pela certificação. Grupos Gestores são maiores que a COOTAP. No caso do GG do Arroz orgânico, são várias as cooperativas que o compõe, além de outras entidades envolvidas que ajudam a pensar e a planejar o futuro desse GG. Mas ambos os entrevistados convergem ao acreditar que tanto a cooperativa quanto o GG são instrumentos que se complementam. O principal papel da COOPTAP dentro dos GGs é incentivar, animar e motivar, através de programas e políticas de trabalho, os camponeses desses grupos, independentemente se a atividade das famílias envolvidas passarem pela cooperativa.

4.4.2 Grupo Gestor das Hortas: Estratégia de gestão para os ciclos curtos de comercialização

A produção das hortaliças na Região Metropolitana de Porto Alegre tem um papel histórico na discussão da necessidade de transformar a matriz tecnológica convencional para um paradigma produtivo sustentável, visto que esses camponeses foram os primeiros a aderir à produção orgânica. Logo, essa experiência motivou a expansão das lavouras de arroz, uma vez que os associados produtores de hortaliças também produziam arroz, porque a maioria das suas terras se encontra em áreas de várzea.

É importante destacar, que o Grupo Gestor das Hortas, através da produção e comercialização de hortaliças, tem o potencial de debater com a sociedade civil sobre a importância de alimentos saudáveis, agroecológicos para a saúde humana e preservação da natureza, porque permite uma relação direta, de encontro entre os assentados produtores de hortaliças agroecológicas e os consumidores. Um exemplo disso, são os grupos de consumo responsável, os quais, para Soares *et al.* (2018), vêm surgindo na perspectiva de aproximar consumidores e produtores.

Os grupos de consumos responsáveis, segundo Soares *et al*. (2018), também se preocupam com a padronização e a pouca informação dos produtos consumidos nas gôndolas dos supermercados, assim o autor nos explica que:

> Em contraponto, muitas pessoas vêm se questionando sobre o caminho do alimento até chegarem as suas mesas. Assim, os GCRs buscam encurtar as cadeias e atingir preços mais justos, em uma relação de confiança com os produtores e apoio mútuo (SOARES *et al*., 2018, p.251).

O debate em torno do ato político da escolha por uma alimentação saudável vem em confluência com o proposto pelos GCRs. Soares *et al*. (2018) lembra que na reflexão sobre a escolha de compra, considerando a história por trás do produto, nota-se o transbordamento da esfera política para as ações cotidianas, revelando o exercício da cidadania também no ato do consumo.

Dos Grupos Gestores, o das hortas é o que tem a maior participação de mulheres nos debates produtivos e nas assembleias da cooperativa. No caso da COOTAP, essa participação é decorrente da relação agroecologia e feminismo, da valorização do trabalho das mulheres na produção de hortaliças para o consumo familiar. Igualmente do reconhecimento do conjunto de atividades que elas desenvolvem na produção e comercialização desses produtos, de onde obtém uma fonte de renda direta que administram alcançando autonomia financeira, elemento fundamental para a libertação das mulheres assentadas de relações de dominação e exploração. Isso pode ser verificado nos dados do PAA que estão no próximo capítulo.

Mas talvez a maior contribuição que o GG das hortas deixa nos territórios da cooperativa é o enfrentamento a relações patriarcais hierárquicas que se reproduzem no interior das famílias, dos assentamentos e de todas as estruturas organizativas produtivas e de relações sociais, como nos mostra Wanderley (2014, p.142), "É perceptível a valorização de hierarquia familiar, em que geralmente o pai, ou o membro mais velho marca sua autoridade na direção do processo coletivo". Na falta da figura do pai, a mãe assume a direção do processo de organização da família, mas mesmo assim em grande parte das vezes a direção do processo produtivo é repassada para o filho homem mais velho. Essa tendência é mais relevante nas produções de monocultivo como o arroz, mas também é presente na produção de arroz orgânico, onde ainda os homens dominam a grande maioria da produção.

Mesmo que o debate aqui esteja focado no tema da renda e organização da produção e não alcance a totalidade da discussão do feminismo, parte-se da compreensão que:

> É preciso estabelecer formas de organização coletiva do núcleo familiar para novas formas de vivência e convivência, de maneira a superar as relações da família patriarcal [...]. É necessário construir e estabelecer o compromisso coletivo de homens e mulheres no que se refere as responsabilidades com o

> cuidado das filhas e filhos, idosas e idosos, saúde, educação e embelezamento na produção e reprodução da vida cotidiana. (CONTE; MARTINS; DARON, 2009. p. 128).

Estas mudanças somente serão possíveis a partir de iniciativas concretas na vida cotidiana das relações sociais de produção e de trabalho, e neste sentido, o exemplo de apoio a práticas produtivas que fortaleçam a luta pela igualdade de gênero dentro do território, do lote, da casa das famílias e na cooperativa são o início destas transformações, principalmente, no que se refere a que esta seja um tema em pauta no planejamento e organização da cooperativa.

As atividades dos agricultores que produzem hortas estão essencialmente baseadas na discussão da regulamentação das feiras, principalmente as de Porto Alegre, e na articulação com as prefeituras na criação dos PAAs municipais - em alguns casos, no fomento da produção como adubo e transporte.

E destaca Cícero (2020) que o GG das hortas tem a indústria de beneficiamento de vegetal como um potencial para essa produção, pois permite que os produtos possam ser comercializados em outros mercados, como no PNAE.

O processo da agroindustrialização também é relevado por Mosimann (2014), que nos explica que:

> [...] a agroindustrialização pode ser importante para o atendimento do mercado institucional, visto que aumenta o leque de produtos com maior prazo de validade, permitindo que sejam adquiridos em grandes quantidades pelos processos licitatórios e chamadas públicas dos diferentes municípios, mesmo dos mais distantes.

Vê-se aqui a importância dos processos de cooperação para a industrialização da produção dos assentados, que permite também a disponibilidade de um maior número de produtos para comercialização. Esses produtos, mesmo industrializados mantêm padrões de qualidade e do selo orgânico para opção aos consumidores, principalmente os que são destinados para as escolas e hospitais que são atendidos pelos programas de compra pública. Assim como no Grupo Gestor do Arroz Orgânico, no GG das hortas, os assentados produtores de hortaliças desenvolvem um sentimento de pertencimento à organicidade dos GG, tal como pode-se observar na afirmação de Keno (2020):

> No caso do GG das hortas, que é conformado em grande parte por feirantes que nem sempre dependem economicamente da cooperativa para efetivar sua produção e comercialização, mas por se enxergarem como parte do GG, eles

> acabam participando e ajudando a pensar o futuro do Grupo Gestor das Hortas. (KENO, 2020).

A contribuição do GG das hortas para a organização e consolidação da COOTAP e também dos demais GG é ímpar, porque esse GG deu o exemplo, de que a produção orgânica e a agroecológica são viáveis, e também da viabilidade da diversificação da produção e de renda para as camponesas e camponeses.

Fica evidente que os GGs têm uma amplitude de abrangência e de funções que extrapolam planejamentos técnicos de produção e comercialização. São ferramentas organizativas que reafirmam a importância da organização coletiva para a melhora da vida dos assentados e dos assentamentos e demonstram também que é possível produzir e comercializar com novas relações de trabalho de cooperação e solidariedade, sem hierarquias e exploração do trabalho alheio.

4.4.3 Grupo Gestor do Leite

A produção de leite é imprescindível para a sobrevivência de muitas famílias associadas da COOTAP, principalmente nas regiões de mais difícil acesso. Embora o rendimento econômico da produção de leite seja pequeno quando comparado aos produtores de médio e grande porte, se torna importante para a diversificação e complemento da renda das famílias. Em muitos casos, a produção de leite é a principal fonte de renda e a assistência da cooperativa garante a territorialidade do MST a esses cooperados através da organização e comercialização do leite.

Além da relação financeira, o GG do leite também cumpre o papel de garantir a autonomia financeira das mulheres, pois assim como nas hortas, a produção de leite é conduzida, majoritariamente, por mulheres. Todavia, a experiência dos grupos gestores do leite não avançou como no arroz e na horta. Este continua um desafio para o MST.

4.5 A sucessão camponesa dentro das Cooperativas de Produção Agrícola (CPAs).

Para aprofundar o conhecimento sobre a categoria campesinato, busca-se a Carvalho (2014), o qual tem seu estudo embasado nas obras de Chayanov, que tem uma contribuição impar na compreensão da racionalidade do comportamento da unidade camponesa, ainda que seu objeto de estudo tenha sido especificamente o campesinato russo, Chayanov se destaca por

acreditar que a o campesinato é a fonte de riqueza de um país, como ressalta a diferença de pensamento de Lenin e Chayanov sobre o campesinato:

> Se para Lenin, a pequena propriedade mercantil era viveiro de capitalismo, para Chayanov era fonte permanente de riqueza para o país, e nada era menos óbvio que sua tendência inelutável aos dois extremos da diferenciação social - burguesia e o proletariado. (ABRAMOVAY, 2014, p.186).

De fato, a unidade territorial é fonte de riqueza, a qual pode ser potencializada quando os camponeses que nessas propriedades trabalham se organizarem em cooperativas e se apropriem da renda territorial.

Os princípios que regem o campesinato são diferentes dos princípios das que regem as unidades capitalistas, como é o caso da produção do agronegócio as quais se utilizam do trabalho alheio para gerar lucro. Assim como expõe WANDERLEY (2014) sobre a diferença de princípios:

> Estes princípios derivam do fato de que, ao contrário da empresa capitalista propriamente dita, a empresa familiar não se organiza sobre a base da extração e da apropriação de trabalho alheio, mais-valia. A fonte de trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção. (WANDERLEI, 2014, p.142).

Mesmo quando nesse trabalho quando nos referimos a produtor familiar partimos do entendimento de Chayanov. Para ele, o produtor familiar é fundamentalmente um proprietário que trabalha. Na verdade, quem trabalha é o agricultor e sua família, e é propriedade do estabelecimento. (WANDERLEY, 2014, p.143).

Entre as distintas cooperativas que o MST se propôs a criar, como as centrais de cooperativas de comercialização, crédito rural e assistência técnica, uma das formas cooperativadas que mais se destaca por fazer a relação direta com os assentados são as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs).

As CPAs também são as formas complexas e, segundo CONCRAB (1997), elas se constituem como empresas de produção coletiva, gestão coletiva e de trabalho coletivo. Mas, o que mais chama atenção são as condições definidas pelo MST para a conformação de uma CPA, que são: estar em uma área coletiva; garantir que a terra esteja no controle coletivo; ter um plano estratégico de desenvolvimento e deve liberar quadros. A partir da análise que realizamos

é estes fatores são essenciais para a continuidade da luta pela terra e da territorialização do MST, pois permite através das CPAs discutir a sucessão camponesa.

A preocupação com a sucessão camponesa no contexto da reprodução do campesinato e da garantia da produção de alimentos tem sido pauta constate no MST, pois depende dos jovens o futuro da organização e dos assentamentos. E, por consequência, esta também é um tema presente constantemente nas práticas das cooperativas do MST. De forma que a vanguarda das Cooperativas de Produção Agrícola (CPA), definida pela CONCRAB (1994) como uma experiência de cooperação no MST a partir de 1989, desponta como uma forma superior de organização da produção, a qual também tem a permanente missão de garantir a participação dos jovens para fazer parte das cooperativas.

Um exemplo disso, encontramos no encontro das CPAs da região Sul do Brasil, que contou com representantes de diversas cooperativas dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, nos dias 6 e 7 de setembro de 2019, na sede da COOPAN no município de Nova Santa Rita/RS. O primeiro tema a ser abordado neste encontro foi a "sucessão familiar", assessorado por uma representante da EMATER/RS. E logo após um intenso debate com os participantes sobre este tema dentro das cooperativas, chegou-se às seguintes conclusões:

- As cooperativas devem ser economicamente atrativas para os jovens, de maneira que os mesmos não necessitem buscar empregos fora dos assentamentos, como forma de aquisição de renda;
- A luta pela moradia para os filhos dos assentados também se destacou como ponto estratégico para permanência e para a reprodução do jovem camponês;
- A busca pela melhoria das tecnologias deve ser constante, para diminuir o esforço físico no trabalho, a fim de tornar o trabalho atraente para o jovem;
- Devem criar espaços para que a inclusão do jovem perpasse as tarefas operacionais, que representam a manutenção do presente, mas que eles também ocupem as tarefas intelectuais atribuídas à direção das cooperativas;
- Também é papel das cooperativas desenvolver espaços de cultura camponesa para assegurar que os jovens não necessitem procurar na cidade por esses espaços, para não serem corrompidos pela cultura do capital.

Observa-se como as cooperativas estabelecem estratégias para que a juventude dos assentamentos se sinta motivada a participar do trabalho nas cooperativas, para que tenham acesso a renda, melhores condições de trabalho na produção e no trabalho de industrialização dentro das cooperativas. Outro elemento levantado no encontro para a qualificação da juventude e permanência no campo é o acesso à educação formal nos diferentes níveis, uma educação pensada a partir da realidade e necessidade dos jovens do campo, a educação do campo, que segundo Caldart (2012) é entendida como:

> [...] um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. (CALDART, 2012, p.259).

É indiscutível a importância da educação do campo e o comprometimento do MST, desde a sua fundação, com a formação, estudo e capacitação dos assentados/as política e tecnicamente. Um dos aspectos mais relevantes ao longo dos processos de educação construído pelo MST é que eles são pensados pelos próprios assentados e para os assentados, adequados à realidade do campo e para capacitar tecnicamente para o trabalho de produção de alimentos sobre bases agroecológicas. A educação formal, com base no capitalismo agrário, nega aos jovens a possibilidade de desenvolver e de viver no campo, e por isso é uma ameaça à cultura e identidade da classe camponesa e da sucessão camponesa.

A cultura é também um tema importante para pensar a sucessão camponesa, não entendida apenas como um conceito, mas como a expressão da organização social, produtiva e cultural do modo de vida do campesinato. A cultura também está ligada aos processos de interação e transformação, como nos afirma Tardim (2012):

> [...] é toda criação humana resultante das relações entre os seres humanos e deles com a natureza, que leva ao estabelecimento de modos de vida. Trata-se da criação e da recriação que emergem daquelas relações em que os humanos, ao transformarem o mundo, simultaneamente transformam a si próprios. (TARDIM, 2012, p. 180).

A cultura camponesa tem resistido ao longo do tempo aos ataques de menosprezo e desconstrução imposta pela ideologia de uma cultura modernizante do capitalismo no campo. A cultura camponesa está fortemente influenciada pela produção local, pelo clima, pelas relações de trabalho e social que se desenvolvem historicamente no território. Desta forma, é preciso entender a existência de uma diversidade cultural no campo, como nos explica Caldart (2012), para ela:

> [...] o campesinato confirma e exige tomar o tratamento da cultura em sua pluralidade; trata-se, portanto, de culturas do modo de ser de cada sociedade, nas quais se supera a pretensão de que haja ‘a cultura’ e, fora dela, a ‘não cultura’, como, na particularidade no campo (CALDART, 2012, p.181).

A partir do resultado do encontro das CPAs e das contribuições teóricas dos autores sobre os desafios e importância de que as cooperativas tenham estratégias para garantia da sucessão camponesa, pode-se concluir que a mesma somente será exitosa quando garantir para os jovens assentados/as a viabilidade econômica, condições de moradia, constante

aperfeiçoamento das tecnologias que possibilitem mitigar o desgaste físico nos trabalhos mais pesados, inclusão nos espaços de coordenação e de gestão, acesso à educação formal voltada para o campo e a potencialização de uma cultura emancipadora.

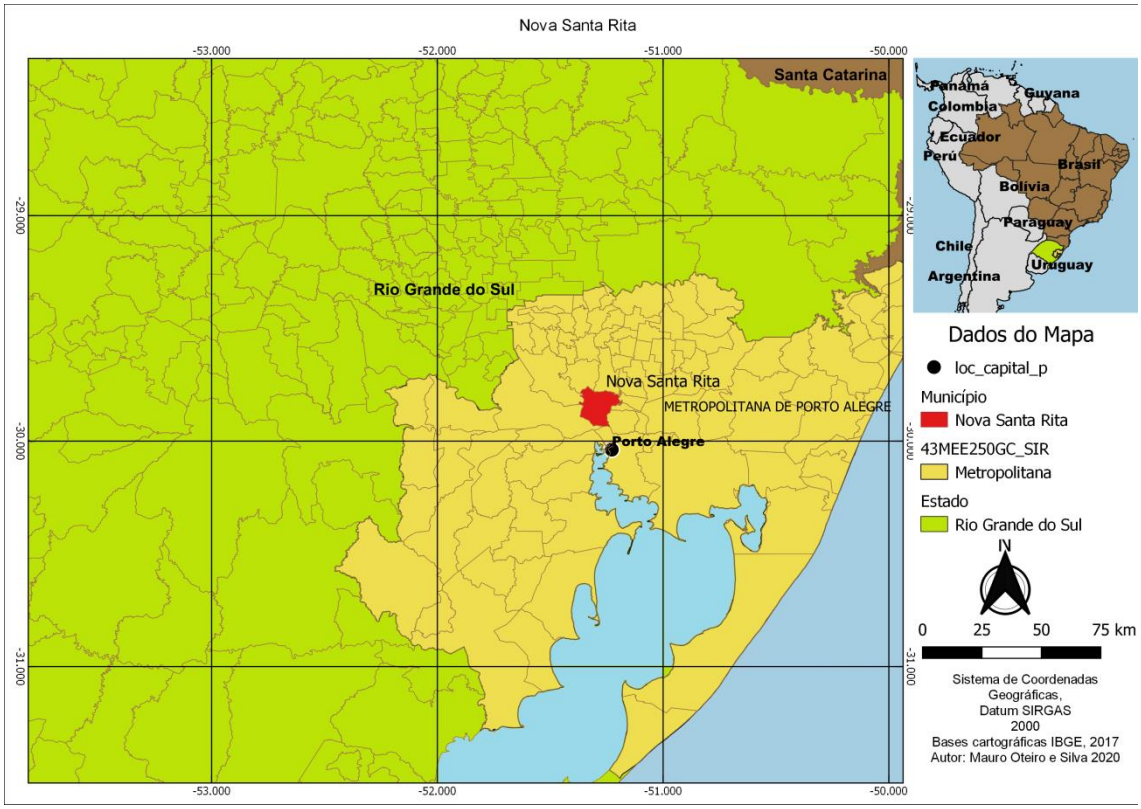
A análise e estudo da discussão e fatores inerentes à sucessão camponesa abordados anteriormente, nos levam a realizar um estudo de caso de como esse tema é trabalhado na COOPAN a partir do olhar dos jovens que nela trabalham, pois acreditarmos que essa cooperativa é um exemplo de como conduzir a juventude para o caminho da sucessão camponesa.

Antes da análise dos depoimentos das entrevistadas, é importante tomar em consideração a localização geográfica da cooperativa e do assentamento onde residem e se localizam as mesmas. O assentamento Capela onde está localizada a cooperativa COOPAN e onde moram as jovens entrevistadas, encontrasse próximo a centros urbanos, conforme nos afirma Roseli (2016):

> Pertence a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre e à Microrregião de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Faz limite com os municípios de Canoas, Porto Alegre, Esteio, Portão, Capela de Santana, Montenegro, Triunfo e Sapucaia do Sul. É banhada pelos rios Caí, Sinos e Jacuí, sendo que o município conta com as águas do Rio dos Sinos. Sua principal via de acesso é a BR-386. (ROSELI, 2016, p.44).

A localização do município de Santa Rita pode ser observada na próxima figura 10.

Figura 10 - Localização de Nova Santa Rita



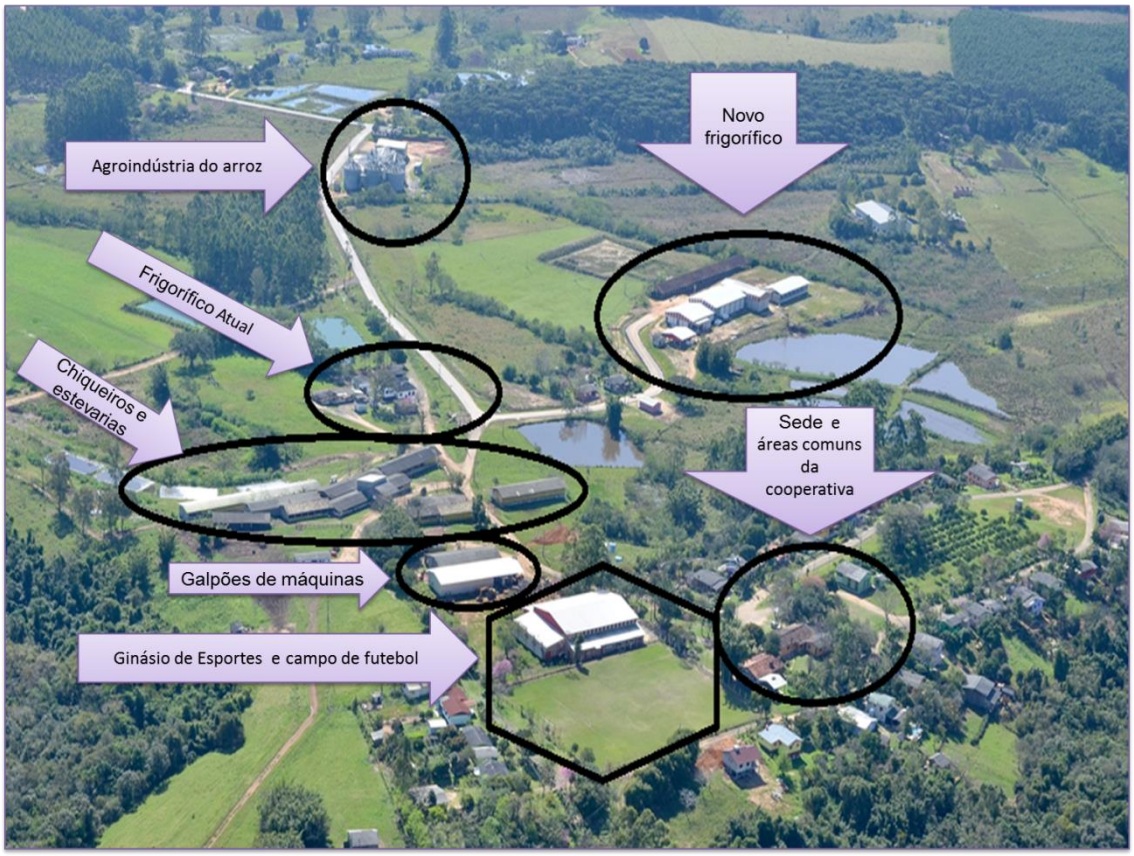
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2020).

Atualmente a COOPAN tem 108 sócios, E sua organização social e produtiva está organizadas da seguinte forma, como nos descreve Roseli (2016, p.50):

> A área em que se encontram a maioria das casas é organizada em agrovila, que fica próxima aos espaços destinados a administração, refeitório, ciranda e lazer dos associados. Na área de produção seca localizam-se as agroindústrias, a produção leiteira, suína e de subsistência, na área de banhado é realizada a produção da lavoura de arroz pré-germinado, de forma orgânica, sem utilização de produtos químicos e fertilizantes sintéticos.

As áreas produtivas, e sociais da COOPAN, podem ser observadas na figura11

Figura 11 - Vista aérea da COOPAN



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Acervo da COOPAN (2017).

No referente às estratégias práticas implantadas pela COOPAN para incentivar a participação e inclusão da juventude no trabalho da cooperativa, encontramos a partir das entrevistas realizadas com jovens assentadas e que trabalham na cooperativa que elas foram incentivadas ao estudo. Devido ao fato que a cooperativa tem uma política de incentivo econômico para os jovens associados e filhos de associados da cooperativa, remunerando seus o estudante durante o tempo estudo. A contribuição financeira segundo a entrevistada Roseli (2020), é 30% da ajuda de custo dos demais sócios e durante as férias e tempo comunidade se integra às atividades e volta a receber a ajuda de custo integral.

Quanto à distribuição do trabalho para os jovens na cooperativa, a entrevistada ressaltou que cada jovem é destinado a postos de trabalho vinculados com sua formação acadêmica ou técnica, como por exemplo, os agrônomos e técnicos agrícolas são orientados ao trabalho de campo com os cultivos e, os profissionais da administração e gestão são dirigidos para os trabalhos burocráticos de execução, gestão e organização da cooperativa. A inserção dos jovens pode ser observada na figura 12.

Figura 12 - Processo de inserção nos setores produtivos da COOPAN

Fonte: Acervo da COOPAN (2020).

Mas independente do seu campo de formação todos estão incluídos nas atividades de manutenção da cooperativa, as quais são organizadas na forma de plantões em setores de tarefas continuas como tratar os animais ou em qualquer outro setor da cooperativa que tenha demanda de trabalho, como é o caso do período da colheita do arroz.

Devido à proximidade a grandes centros urbanos e a ilusão que se constitui, especialmente para os jovens, o assédio e pressão ideológica para deixar o meio rural e ir morar e trabalhar na cidade é muito presente na vida dos jovens assentados que entrevistamos.

Dorothy (2020) nos relatou que já se sentiu atraída a morar na cidade, motivada pela curiosidade da idade. Mas devido ao incentivo para o estudo, com uma graduação que permitiria uma qualificação na área de atuação profissional que já tinha, se sentiu motivada a permanecer no assentamento e contribuir no trabalho na cooperativa.

Já Roseli (2020) nos relatou em seu depoimento que também teve curiosidade quando adolescente em ir morar e trabalhar na cidade, mas a oportunidade de realizar uma graduação que a possibilitaria trabalhar futuramente na cooperativa, a fez decidir continuar na cooperativa. Ainda, segundo ela, depois de graduada, mesmo sabendo que poderia receber maiores salários se buscasse um emprego fora do assentamento, outros fatores a fizeram permanecer no assentamento e cooperativa.

Para esta reflexão, buscamos depoimento de outro jovem que optou por sair do assentamento e buscar trabalho na cidade, para poder ter um exemplo de comparação em relação às entrevistadas anteriormente. Assim, entrevistamos a Ulisses, filho de assentados do assentamento 16 de março, onde estava localizada a antiga ocupação da fazenda Annoni. Ulisses (2020) nos relatou que deixou o assentamento para trabalhar em um frigorífico da região de Passo Fundo. Mas, após três anos, ao perceber que teria melhor qualidade de vida e também melhor ganho econômico se permanecesse e trabalhasse no assentamento, retornou ao assentamento, onde hoje trabalha como produtor de leite, conta com casa própria e uma renda satisfatória.

Ulisses nos comentou que saiu da casa dos pais no assentamento para buscar emprego, mas a exploração a que foi submetido, condições de trabalho precária que afetam a saúde, extenuante, relações de trabalho hierárquicas e baixos salários o levaram a repensar sua vida e voltar para o assentamento.

A partir do apresentado anteriormente pela entrevista de Roseli, buscamos entender se os elementos elencados por ela referentes ao incentivo da cooperativa à participação e inclusão dos jovens no trabalho e organização da cooperativa, resultam em incentivo a permanência no assentamento. E assim encontramos que para as duas entrevistadas existem motivações pessoais, sociais e econômicas para não sair do assentamento**.**

As motivações pessoais que levaram Roseli a permanecer no assentamento e trabalhar na cooperativa foram a proximidade da família, a vontade de seguir morando no campo e o sentimento de pertença com o seguimento da luta dos pais na cooperativa.

Dentre as motivações sociais apresentadas por elas, estão a existência de espaços de lazer como o ginásio de esportes, torneios de futebol entre os sócios e convidados, a existência de espaços de convivência coletiva e de cultura como comemorações de datas festivas, dia das mães, dos pais, aniversários de sócios, festas comemorativas do assentamento e viagens de feriais coletivas do social e familiar. Também é importante a existência de espaços de cuidado e educação para as crianças, como as cirandas e os refeitórios coletivos da existência de muitos jovens que convivem no assentamento.

Da parte econômica, as entrevistadas disseram que os incentivos que a cooperativa deu para a garantia do acesso as condições financeiras para o estudo e capacitação técnica, com o pagamento de um valor mensal, "ajuda de custo" e a política de moradia para os jovens do assentamento, já que quando estes completam três anos de sócio ganham um terreno para moradia. Estas ações, segundo as entrevistadas, são elementos determinantes para a permanência das mesmas no assentamento e na cooperativa. Apesar de ambas acreditarem que poderiam receber salários mais altos fora da cooperativa, a estabilidade do trabalho na cooperativa foi decisiva para a decisão de continuar trabalhando na COOPAN.

Um dos fatores que também levaram a ambas entrevistadas a permanecerem na cooperativa é a identificação com a vida no campo, pois elas foram influenciadas direta e indiretamente com saberes camponeses, isso acontece, por exemplo, quando os pré-adolescentes começam a acompanhar os pais e os demais membros da cooperativa nas atividades de cuidado dos animais. Essas atividades de inserção dos jovens iniciam muito cedo, como em todo o campo, mas é a partir dos 16 anos que os jovens são incluídos no quadro de sócios da cooperativa.

As jovens entrevistadas também demonstraram preocupação com o tema da sucessão familiar para as próximas gerações, buscando que a experiência da cooperativa e da organização social do assentamento não se perca por falta da inclusão dos jovens e que estes também se sintam motivados a prosseguir com este trabalho. Para Dorothy (2020) e Roseli (2020), os jovens que estudam em áreas que a cooperativa não atua profissionalmente ou vagas que já estão ocupadas, se veem obrigados a buscar trabalho fora do assentamento. Para elas este é um

desafio para a cooperativa. Embora, elas também percebem, que os jovens que buscam trabalho fora do assentamento, como os graduados em áreas de medicina, continuam morando e construindo vida pessoal no assentamento, o que tem um papel importante de incentivo aos jovens que buscam outras áreas de atuação profissional diferentes do trabalho da cooperativa.

Os depoimentos obtidos nas entrevistas com os filhos de assentados reafirmam a necessidade de pensar em estruturas e organização das cooperativas e do assentamento capazes de responder a questões vinculadas ao bem estar social-cultural e de lazer e atividades coletivas pensadas especialmente para envolver o público jovem e crianças. Isso porque todos os entrevistados colocaram que as amizades e a vida social ativa no assentamento foi elemento de extrema relevância na hora de tomar a decisão sobre ficar ou sair do assentamento.

O eixo econômico também representa tema fundamental para a tomada de decisão dos jovens em relação a seu futuro. No caso do entrevistado Ulisses que optou por sair do assentamento para trabalhar como empregado na cidade, o que ele acreditava ser a única forma dele conquistar sua autonomia financeira a qual ele só alcançou quando voltou a viver e trabalhar com seu pai no assentamento. O mesmo aconteceu com as 02 entrevistadas da COOPAN, que optaram pela estabilidade financeira oferecida pelo trabalho na cooperativa.

Mas o que mais chamou a atenção nas entrevistas foi a influência do acesso a uma qualificação profissional por meio de uma formação transformadora que apresentou um papel positivo na sucessão camponesa dos jovens assentados. Isso pode ser observado no relato da Roseli (2020), a qual disse ter encontrado seu pertencimento no trabalho cooperativo e no assentamento durante sua formação técnica no Instituto Educar[10], instituto que foi construído pelos camponeses do MST. A construção de cursos técnicos, de graduação e pôs graduação e a construção de institutos, escolas e universidades com uma proposta pedagógica, curricular e política emancipadora de acordo com as perspectivas do MST é um fator fundamental para promover a sucessão familiar nos assentamentos e cooperativas, visto que a maioria dos filhos/as dos assentados estudam nestes espaços.

[10] A escola técnica do Instituto Educar do MST é resultado da luta e suas conquistas. Há cinco anos vem trabalhando com a formação de jovens e adultos do campo, na Escola Técnica do MST, localizada no Assentamento Nossa Senhora Aparecida - da Área 09, Fazenda Annoni, município de Pontão, RS (SANTOS, 2011, p.20).

A partir do apresentado acima, podemos afirmar que as cooperativas são fator essencial para que se garanta a sucessão camponesa nos assentamentos de reforma agrária, uma vez que a estrutura de uma cooperativa bem organizada pode garantir a viabilidade financeira e o bem estar social que os jovens asseiam para ficar no campo e dar segmento no trabalho e no sonho dos seus pais.

5 MERCADO: TERRITÓRIO EM DISPUTA

Em seu processo de territorialização, o MST necessita transformar permanentemente a realidade para conquistar e garantir a sustentação de seus territórios. Isso implica também em disputa conceitual, que explicita os significados das ações políticas. Talvez um dos exemplos mais conhecidos é o conceito de Educação do Campo em oposição ao conceito de Educação Rural, analisado por Fernandes (2004, p. 61-70), onde a Educação Rural tem como perspectiva o modelo de desenvolvimento capitalista e o destino natural do campesinato seria migrar para a cidade. A Educação do Campo tem como perspectiva a territorialização e sustentabilidade camponesa como modelo de desenvolvimento. Todavia nas cooperativas, ainda se usa o conceito de cadeia produtiva, cunhado dentro do modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista.

Como demonstrado no trabalho de Origuéla (2019) sobre as disputas por territórios e territorialidades no Rio Grande do Sul, onde a autora estudou a subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais, a subordinação acontece exatamente quando famílias assentadas se submetem à produção da cadeia de commodities, como é o caso da soja transgênica estudado por Oliveira, 2016. As cadeias produtivas são regidas pela lógica capitalista.

> Seguindo essa lógica, os camponeses altamente subordinados podem ser, a qualquer momento, excluídos das cadeias de commodities, expulso de suas terras, ou seja, desterritorializado, seja por dívidas, seja por não conseguir mais produzir. (ORIGUÉLA, 2019, p. 227).

Ainda que o conceito “Cadeia Produtiva” está vinculada às cadeias de commodities do capitalismo, tal conceito aparecerá nesse trabalho, pois o MST ainda não tem um consenso sobre um novo conceito que esteja mais adequado à realidade camponesa em relações não capitalistas. Ainda que nos últimos quatro anos o MST tenha estudado outros conceitos que possam substituir o conceito de “Cadeia Produtiva”. No MST da Bahia, por exemplo, o termo que tem se utilizado é “redes produtivas”, “linhas de produção” no MST do Rio Grande do Sul, também outros nomes apareceram nesse debate como é o caso das “teias produtivas”.

Segundo Egídio[11] (2020) em entrevista, só depois que o MST traça a estratégia do conteúdo é que se tem a autonomia coletiva para tomar a decisão enquanto nome do conceito a ser utilizado.

O debate sobre o conceito que deve substituir "Cadeias Produtivas" deve aparecer nas próximas reuniões de tomada de decisão do MST nacional. Pois segundo o entrevistado Egídio (2020):

> O MST entende que 'Cadeia Produtiva', é um processo subsequente encadeado (insumo para colocar nas plantas as quais servirão de matéria prima para agroindústria, que terá uma logística que segue para comercialização e daí para mesa do trabalhador), ou seja, é um conjunto de coisas que se auto complementa durante todo processo produtivo. (EGÍDIO, 2020).

Mas o agronegócio também tem esse mesmo entendimento sobre a organização da produção e distribuição ao utilizar o termo Cadeias Produtivas. Então se perguntou para o entrevistado o que realmente difere o MST do agronegócio já que ambos trabalham sob a perspectiva de organizar suas "Cadeias Produtivas"?

> O que difere o MST do agronegócio é como se organiza as Cadeias Produtivas. Para o MST organizar suas Cadeias Produtivas, está ligado a inserir suas pautas e linhas políticas para a mudança da sociedade, dentro do processo de organização da produção. Ou seja, organizar a produção na perspectiva da cooperação e intercooperação, agroecologia, formação técnica e política ideológica, melhoria das condições de vida das famílias, na distribuição da renda ao longo dos demais elos da produção. (EGÍDIO, 2020).

Ademais a pratica do MST na produção do arroz ecológico vem demonstrando que é possível conduzir uma "cadeia produtiva" com outros valores:

> A experiência do arroz ecológico, demonstra que é possível a coordenação de uma cadeia produtiva, com base na participação direta daqueles que trabalham e produzem, sob uma coordenação e um planejamento com gestão democrática. (Martins, 2017, p.144).

O que demonstra que por mais que o MST, ainda utilize o conceito de "cadeias produtivas", a prática da organização das mesmas é conflitante com a do modo de produção

[11]O codinome dado ao coordenador das Cadeias Produtivas do MST foi Egídio em homenagem ao Lutador Egídio Brunetto, que contribui no processo de organização do MST em todo o país e com a luta pela transformação social. Egídio Brunetto faleceu em um acidente de trânsito em novembro de 2011.

capitalista, o qual organiza suas cadeias produtivas para gerar exploração e acumulação de renda.

Outros dois fatores são determinantes: a relação entre oferta e demanda. O que significa que quando as indústrias fabricam grandes estoques de produtos geram uma pressão de vendas no mercado a qual podemos chamar de “oferta”. Por outro lado, quando o mercado exige produção para abastecê-lo é conhecida como “demanda”.

Tendo em vista a necessidade de mercado para escoar a produção, para a realização de todo o processo produtivo, nos perguntamos como será a participação da renda camponesa nesse mercado? Devido a que esse mercado pode ser um espaço importante de escoamento da produção camponesa.

A participação da renda camponesa e seu comportamento no mercado é diretamente afetada pelas relações capitalistas de produção, que por sua vez são baseadas na produção de mercadoria. Desta maneira o mercado é apenas uma parte do elo que começa na agricultura capitalista destinada unicamente à produção de mercadorias, e até mesmo a força de trabalho do ser humano torna-se uma mercadoria. Origuéla (2019) nos explicita de que maneira isto ocorre, segundo ele:

> Enquanto na agricultura capitalista a mercadoria dos assalariados é a sua força de trabalho, na unidade camponesa a mercadoria não é a força de trabalho, mas sim a renda da terra, o produto do trabalho familiar. Desse modo, o camponês se insere no mercado pelo seu produto, pelo trabalho contido no seu produto. (ORIGUÉLA, 2019, p. 139).

Na relação da mercadoria com a produção capitalista, podemos encontrar alguns fatores para enriquecer o debate da produção camponesa frente à produção capitalista, principalmente sobre a influência que os processos de produção e comercialização têm sobre a forma que a mercadoria assume quando lançada ao mercado.

A maneira como os recursos naturais são explorados e transformados no processo de produção de mercadoria do modelo de produção da agricultura de commodities para a exportação é distinta do modo de produção camponesa. Segundo Ploeg (2008):

> A diferença básica entre o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura reside no grau de autonomia inerente à base de recursos. A autonomia também é manifesta nas relações em que essa base de recursos está

> enraizada, bem como na forma como ela é acionada, aumentada e desenvolvida. (PLOEG, 2008, p. 133).

Para Ploeg (2008), a agricultura camponesa tem a natureza viva como o centro do seu trabalho e de sua existência, de maneira que é admirada e seus tempos são respeitados. Por sua vez, na agricultura empresarial, a natureza é vista apenas como matéria-prima e seus tempos são obstáculos a serem vencidos, com a intensificação do uso de adubos químicos e maquinários. Estas e outras diferenciações podem ser observadas na tabela 9, na qual o autor faz uma síntese dos principais contrastes entre o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura.

Tabela 7 - Síntese das principais diferenças entre o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura

Modo camponês	**Modo empresarial**
Baseado na internalização da natureza; a coprodução e a co-evolução são centrais.	Desconectado da natureza; artificialização da agricultura.
Distanciamento de mercados de insumos; diferenciação nos produtos (grau de mercantilização reduzido).	Elevada dependência de mercados; grau de mercantilização elevado.
Centralidade da perícia artesanal e tecnologias baseadas em habilidades	Centralidade do empreendedorismo e das tecnologias mecânicas
Intensificação continuada baseada na quantidade e na qualidade do trabalho	Aumento em escala é a trajetória de desenvolvimento dominante; intensidade é adquirida e é uma função da tecnologia.
Multifuncional	Especializada
Continuidade entre passado, presente e futuro	Criação de rupturas entre passado, presente e futuro
Aumento da riqueza social	Contenção e redistribuição da riqueza social

Fonte: (PLOEG, 2008, p. 134).

Nas relações capitalistas de produção, o produto do trabalho é transformado em um objeto exterior, uma "coisa," com o objetivo de satisfazer as necessidades humanas, sendo estas de qualquer espécie: necessidades físicas reais, como a aquisição de alimentos, roupas quentes no inverno ou um abrigo, mas também satisfazer necessidades criadas, como a moda ou produtos que são desejados sem sequer terem sido experimentados. Para entender como a mercadoria se realiza na sociabilidade capitalista recorremos aos escritos de Marx, o qual dedicou sua vida ao estudo da estrutura e da organização da sociedade capitalista, e segundo ele a mercadoria:

> [...] E, antes de tudo, um objeto exterior, uma coisa que, pelas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. Que essas necessidades tenham a sua origem no estômago ou na fantasia, a sua natureza emanada a questão. Não se trata tão pouco aqui de saber como são satisfeitas essas necessidades: imediatamente, se o objeto é um meio de subsistência [objeto de consumo], indiretamente, se é um meio de produção. (Marx, 2011, p. 157).

Para Oliveira (2007), as relações capitalistas de produção são baseadas no:

> [...] processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho. (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

No capitalismo, os trabalhadores são meras mercadorias no modo de produção capitalista, que fraciona o processo produtivo, e o trabalhador não é capaz de compreender todo o processo de produção e nem se quer consegue se enxergar no fruto de seu trabalho, ele é alheio, alienado, ao produto de seu próprio trabalho.

Além de ser um objeto exterior para Marx (2011), para ser mercadoria, faz-se necessário que o produto seja transferido para outrem que o utilize como valor de uso, por meio de troca. Em síntese, essa é a explicação mais explícita da mercadoria, sobre a qual podemos desenvolver a linha de raciocínio que facilite o entendimento das relações que transformam um produto em mercadoria.

Para Bartra (2011), as mediações são o centro do debate das mercadorias, no conceito de produção mercantil camponesa e artesanal frente à produção capitalista desenvolvida, de maneira que:

> [...] as mercadorias pré-capitalistas cruzam-se com as do capitalismo desenvolvido através de um processo histórico cujas mediações e necessidades mostram as primeiras como ‘premissas’ e as segundas como ‘resultado’. (BARTRA, 2011, p.12).

Nos territórios camponeses, o debate da mercadoria também está relacionado à questão da própria sobrevivência, como afirma Oliveira (2007, p. 40):

> Sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio. No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria é comercializada.

Portanto, a mercadoria oriunda da produção camponesa tem finalidade distinta da mercadoria proveniente da produção capitalista, uma vez que na sociedade capitalista a produção de mercadoria tem como finalidade a acumulação de dinheiro. Já nas relações camponesas de produção, a mercadoria tem como finalidade a aquisição de outras mercadorias, que permitam ao trabalhador continuar produzindo e se reproduzindo como camponês, como nos explica o autor:

> Por isso, é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: D — M — D na sua versão simples, e D — M — D’ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula M — D — M, ou seja, a forma simples de circulação das

> mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É, pois, um movimento do vender para comprar. (OLIVEIRA, 2007, p. 40)

Percebe-se como há uma diferença profunda entre as relações de produção, mas também de relações de trabalho e de realização da mercadoria para o modo de produção camponês e o modo de produção do capitalismo agrário, é por esta razão, que se faz a afirmação, que ambos são modelos antagônicos e que não podem coexistir, pois seguem caminhos opostos. Para Ploeg (2008), o tema da mercadoria é visto sob a ótica da especificidade das relações estabelecidas entre a unidade de produção camponesa e os mercados, ele nos explica que:

> Todo e qualquer ciclo de produção é baseado em recursos produzidos e reproduzidos durante ciclos anteriores. Assim sendo, esses ciclos entram no processo de produção como valores de uso, como objetos e instrumentos de trabalhos que são usados para produzir mercadorias e para reproduzir a unidade de produção. (PLOEG, 2008, p. 61).

Em uma determinada situação, quando o camponês consegue melhorar suas condições estruturais e, por conseguinte, até mesmo fazer economias financeiras, não significa que a relação deste camponês com a produção de mercadoria será uma relação capitalista, pois como nos mostra Oliveira (2007):

> Quando o camponês já está em situação privilegiada no mercado, ele pode acumular dinheiro, como produto do trabalho familiar, e assim procurar garantir para os filhos a possibilidade de também reproduzirem-se como camponeses, e com isso assegurar o processo de reprodução ampliada do campesinato. (OLIVEIRA, 2007, p. 42)

Uma das finalidades do trabalho produtivo e da inserção no mercado para os camponeses é além de poder constituir sua própria prole, como fazem os trabalhadores assalariados, mas também dar condições para que estes adquiram seus próprios meios de produção, especialmente terra, infraestrutura e tecnologia produtiva. Para aprofundar esta discussão, nos valemos da contribuição de Martins (2017), que se referindo à centralidade da eficiência reprodutiva explica que:

> Este traço da unidade produtiva camponesa lhe difere essencialmente da unidade capitalista, que busca em seu esforço maximizar o lucro, tendo nele a sua centralidade, enquanto todo o esforço da família camponesa objetiva a eficiência de sua reprodução enquanto unidade familiar. (Martins, 2017, p. 93).

A preocupação com a necessidade de renda financeira para a reprodução dos filhos dos camponeses se justifica na realidade dos assentamentos, onde aqueles são seduzidos a deixar a produção agrícola e o assentamento, para ir trabalhar em atividade menos "penosas" nas fábricas ou na prestação de serviços nas cidades. Mesmo onde os camponeses já estão organizados em cooperativas, na maioria das vezes os jovens optam por trabalhos administrativos e por funções operacionais nas agroindústrias em vez dos trabalhos braçais do campo. E esta realidade gera uma demanda constante de investimento, por parte dos camponeses, em melhorias nas condições de trabalho na propriedade, na tentativa de que os filhos continuem o legado de seus pais, e, assim, mantenham o modo de reprodução camponesa,[12] o que fortalece a tese de Oliveira (2007) quanto à circulação simples de mercadoria nos sistemas de produção não capitalistas.

Entretanto, o produto do trabalho pode estar inserido em relações não capitalistas, por exemplo, as relações de produção e mercado mediadas pelas cooperativas camponesas, em que o produtor primário não transfere de forma direta seu produto para outrem para que este o utilize como valor de uso, por meio de troca. Em vez disso, o próprio produtor inserido nesse coletivo cooperado pode obter melhores retornos econômicos e sociais do seu trabalho pelos processos agroindustriais, tendo a possibilidade de decidir o mercado de destino do seu produto. Dependendo da capacidade organizativa e estrutural da cooperativa, esse processo pode se estender até a comercialização dessas mercadorias já com valor agregado, chegando diretamente ao consumidor.

Cabe destacar que a garantia da existência e da reprodução camponesa que traz esse trabalho é tratada como a melhoria das condições de vida dos camponeses, pois sem a transformação social e econômica no campo, a reprodução seria apenas uma replicação das condições anteriores. E se essa fosse a ideia central aqui, não necessitaríamos tratar da importância da organização cooperada como garantia da melhoria de vida. O que almejamos com isso é que o camponês, através da organização social e produtiva, consiga se libertar da

[12]Em geral, o processo de reprodução da produção camponesa é simples, o que significa dizer que o camponês repõe, a cada ciclo da atividade produtiva, os meios de produção e a força de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva. E esse processo de reposição pode se dar por meio da produção direta ou por meio da troca monetária. (OLIVEIRA, 2007, p. 42).

exploração do capital sobre seu trabalho e sua produção e, assim, consiga romper o ciclo de exploração ao qual vem sendo submetido.

No entanto, o sistema capitalista de produção, utiliza-se da mercadoria para gerar riquezas. Assim como explicita Marx (2011), a riqueza das sociedades em que domina o modo-de-produção capitalista, apresenta-se como uma imensa acumulação de mercadorias.

Enquanto no modo camponês a mercadoria tem uma circulação simples, segundo descrito por Chayanov (1974):

> La repetición o renovación del acto de vender para comprar tiene su pauta y su meta, como el propio proceso en un fin último exterior a él: en el consumo, en la satisfacción de las determinadas necesidades… La circulación simple de mercancías – el proceso de vender para comprar – sirve de medio para la consecución de un fin de último citado fuera de la circulación: la asimilación de valores de uso. (CHAYANOV, 1974, p124).

Enquanto a riqueza do capitalista gira em torno da expropriação, exploração para garantir a acumulação em forma de riqueza para apenas um indivíduo ou grupo minoritário, a classe dominante, por outro lado, a riqueza do campesinato cooperado está na distribuição de renda, a qual pode garantir a melhoria de vida para mais pessoas, sem a existência de relações de exploração do trabalho alheio.

O Trabalho para a unidade familiar campesina direta e unicamente ligado à necessidade e a disponibilidade familiar para produzir sua propriedade assim como descreve o autor:

> La fuerza de trabajo de la unidad de explotación doméstica está totalmente determinada por la disponibilidad de miembros capacitados de la familia. Por eso es que el límite más elevado posible para el volumen de la actividad depende del monto de trabajo que puede proporcionar esta fuerza de trabajo utilizada con la máxima intensidad. De la misma manera, el volumen más bajo está determinado por el total de beneficios materiales absolutamente esenciales para la mera existencia de la familia. (CHAYANOV, 1974, p. 47).

E o autor deixa claro quando cita os fenômenos econômicos e sociais nas relações que surgem da produção agrícola camponesa que para Chayanov são:

> 1) El ingreso bruto de explotación, 2) sumas extraídas de este ingreso para invertir en renovación, de capital, 3) el presupuesto personal de la familia, y 4) los ahorros no invertidos en la propia explotación. (CHAYANOV, 1974, p128).

O autor deixa claro quando cita os 4 fenômenos que surgem na produção agrícola camponesa, que essa produção e o trabalho utilizado para a mesma está baseada apenas em suprir necessidades da família e não para acumulação de capital.

A produção capitalista segue lógicas diferentes da produção camponesa em todas as etapas da produção, desde a relação e uso dos recursos naturais em qual o camponês se vê como parte destes recursos, como por exemplo no caso da terra, para o camponês a relação é muito mais complexa e de preservação, do que um simples meio inerte de exploração e especulação, como o modo de produção capitalista compreende a terra e os recursos naturais. Como descreve Gliessman (2002). "*De acuerdo con un estudio de las Naciones Unidas, en 1991 el 38% del suelo cultivado a partir de la 2ª Guerra Mundial havia sido dañado debido a prácticas agrícolas"*.

E os resultados destes danos são:

> La degradación del suelo involucra la salinización, la extracción excesiva de agua, la compactación, la contaminación por plaguicidas, reducción en la calidad de la estructura del suelo, pérdida de fertilidad y erosión. (GLIESSMAN, 2002, p.7).

Porém, o elemento central de diferenciação de ambos modos de produção, independentemente da etapa produtiva, dos meios de produção e tecnologias produtivas, é que para o modo de produção capitalista a exploração está presente e é fundamental para a existência do mesmo. Já no modo de produção camponês dos territórios do MST, a exploração é evitada através de um conjunto de relações como a cooperação, justiça, solidariedade e igualdade as quais podem ser observadas no processo de produção do arroz orgânico.

5.1 A estratégia do MST para o acesso ao mercado

Na organização e planejamento estratégico das cooperativas do MST, um dos temas prioritários em discussão, sempre foi o tema relacionado ao escoamento da produção, ou em outras palavras, o acesso aos mercados para comercialização dos produtos produzidos no campo pelos assentados e industrializados nas cooperativas.

Essa preocupação com o mercado aparece desde a primeira cartilha de formação dos cadernos de cooperação do MST, na qual já se alertavam sobre a importância de conhecer o mercado, os potenciais de comercialização dos produtos a ser industrializados a nível local e

regional, possibilitando, segundo a CONCRAB (1993), a criação de mecanismos de interferência neste mercado, determinando as linhas de produção prioritárias que possam dar retorno imediato.

Ainda segundo a CONCRAB (1993), ao refletir sobre os perigos de se sujeitar ao mercado, a mesma afirma que:

> Ou optamos em ser objetos do mercado ou passamos a interferir por termos um produto diferenciado ou por conseguirmos colocá-los por um preço baixo graças ao baixo custo conseguido. (CONCRAB, 1993, p.32).

Partindo desta constatação da necessidade de oferecer ao consumidor a possibilidade de compra no mercado de um produto diferenciado do que outras indústrias comumente produzem, a COOTAP comercializa seu arroz orgânico, embalado com a marca Terra Livre, elemento que imprime ao produto um fator diferencial de qualidade superior frente a outras marcas, mas a cooperativa também oferece arroz em outras formas de processamento, como por exemplo, o arroz em casca que, segundo Cícero (2020), tem os seguintes objetivos:

> A cooperativa faz vendas pontuais de arroz convencional em casca, com os objetivos de: fortalecer parcerias com outras empresas e indústrias, liquidação de estoque para limpar os armazéns e possibilitar a estocagem da próxima safra e também fazer capital de giro. A operação de venda de arroz em casca depende dos preços de mercado, o qual tem como apontamento padrão a entressafra como melhor época de realizar esse tipo de venda. Esse tipo de venda chega a ter uma margem de 15% bruta para a cooperativa, sem os custos de transporte e estocagem, em relação ao comercializado na safra com o agricultor. A venda do arroz em casca em 2019 chegou a 13 mil sacas das 70 mil sacas compradas dos agricultores ocupando aproximadamente 18% do total do estoque do arroz convencional da cooperativa na safra de 2019. Já para os estoques de arroz orgânico, a venda em casca fica abaixo de 3%, o que para o entrevistado quase insignificante. (CÍCERO, 2020).

Em alguns momentos a venda de arroz em casca pode ser estratégica para a cooperativa, principalmente para poder fazer fluxo de caixa. Outra forma de comercialização da produção é a industrialização do arroz Terra Livre para outras marcas, ao contrário da venda do arroz em casca, é bem mais significativa, chegando a 10%, como coloca Cícero (2020):

> Hoje, a industrialização para outras marcas é uma ação do Grupo Gestor do Arroz e se dá de duas formas, onde a primeira e a mais comum é a venda do arroz beneficiado e empacotado nas embalagens de outras marcas. Este negócio significa, hoje, aproximadamente 10% do total das vendas. E a outra é a venda do arroz beneficiado a granel em bags para ser empacotados em outras indústrias pelo comprador, representando aproximadamente 4%.

Como a venda do arroz em casca, essas duas formas de comercialização citadas acima são importantes para o fluxo de caixa das cooperativas. Segundo Cícero (2020), as margens de sobra desses produtos são oscilantes para cada negócio, sendo que 10% é a margem que tem se demonstrado mais viável para a cooperativa nesse tipo de transação.

A venda do arroz em seus diferentes tipos de processamento é uma realidade nas cooperativas que fazem parte do GG do arroz. Em entrevista com Cícero, ao questionar quais os desafios a serem vencidos para qualificar esses processos de vendas, ele nos afirma que:

> É um desafio para o próximo período refinar as informações dos custos de produção dos diferentes tipos de arroz, segundo sua estocagem e beneficiamento, os conhecimentos dessas variáveis podem implicar em negócios mais vantajosos para a cooperativa. (CÍCERO, 2020).

O detalhamento de cada gasto da cooperativa em cada processo é determinante para saber se o preço de comercialização está dando margem de sobra para a cooperativa ou está dando prejuízo.

5.1.1 O arroz Terra Livre nas grandes redes

A comercialização direta do arroz Terra Livre para o consumidor em feiras não é o suficiente pra chegar a todas as pessoas que querem comprar o arroz do MST, por isso se pensou na venda em grandes redes de supermercados, o que foi alcançado com a venda do arroz Terra Livre nas redes de supermercados Grupo Pão de Açúcar e Grupo Zaffari, e a construção de possibilidades com outras redes. Sobre esta experiência Cícero (2020) comenta que:

> As políticas de inserção de produtos utilizadas pelas redes capitalistas são uma barreira, como o caso do '*enxoval'* que obriga seus fornecedores a ceder produtos gratuitamente para a promoção de novas lojas ou para ações de marketing, e isso impossibilita avançar na inserção em muitas das redes que se começa o processo de diálogo de vendas. E quando se consegue inserir o produto, a cooperativa perde o controle e o poder sobre o produto, pois os preços e exposições ficam sobre o controle do mercado. Tais limitantes intimidaram o Grupo Gestor do Arroz Orgânico a fazer ações de vendas em este tipo de mercado no ano de 2019, levando a optar pela alternativa de vender o arroz Terra Livre para outros mercados. (CÍCERO, 2020).

As regras de comercialização de produtos para grandes redes de supermercado conformada por cooperações somente permitem que grandes indústrias tenham capacidade de competição para colocar seus produtos nestas redes, o que limita a chegada dos produtos de

cooperativas a estes mercados. Em relação a comercialização do arroz Terra Livre, segundo o entrevistado:

> As ações de vendas nas grandes redes atualmente não fazem parte da estratégia do GG do Arroz Orgânico, o que não significa que a cooperativa não esteja se desafiando a entrar no mercado. (CÍCERO, 2020).

Nos planejamentos sobre comercialização do GG do Arroz Orgânico aos mercados e potenciais mercados, as grandes redes de supermercado não estão nas linhas prioritárias de atuação da cooperativa, devido aos elementos e a experiência apresentada acima. Porém, isto não significa que a cooperativa não esteja se desafiando a entrar nestes mercados em um momento futuro. Uma perspectiva nova é o mercado institucional que discutimos no próximo capitulo.

5.2 A constituição dos mercados Institucionais

Nesse tópico, elencam-se as políticas públicas de comercialização que tiveram um papel importante na organização da produção e da comercialização das cooperativas do MST. Neste sentido, compreende-se que as políticas mais relevantes para este fim foram a Compra Doação Simultânea (CDS), que faz parte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Inicialmente far-se-á uma breve análise histórica de cada um dos programas, especialmente de sua constituição, e, a partir dela, analisar-se-á a contribuição deles para incentivo e consolidação dos processos de cooperação e comercialização dos sujeitos envolvidos nesses programas.

Podemos afirmar que as políticas públicas são um território em disputa. De um lado, encontra-se o Estado, o qual compreendemos como território, a partir da leitura de Fernandes (2013) que afirma que o Estado como espaço de governança é o primeiro território, que, por sua vez, sofre pressão do capital privado para ter suas necessidades econômicas e estruturais atendidas. Ou ainda, o Estado foi constituído como instrumento para garantir a realização dos interesses do capital, sendo necessária organização dos cidadãos para conquistar algum espaço e/ou transformar o Estado. Neste sentido, encontram-se os movimentos socioterritoriais do campo, os quais, para Fernandes (2013), fundam-se antes de tudo para defender seus territórios. Para esses movimentos, o território é a essência e o sentido da sua existência.

De tal forma, que os movimentos socioterritoriais se constituem na perspectiva de disputar e pressionar o Estado para dividir a fatia do bolo dos recursos econômicos de forma menos desigual, e uma destas formas, é a proposição e constituição de políticas públicas voltadas a apoiar e fortalecer o desenvolvimento rural a partir das necessidades e da produção dos camponeses. Isso fica explicito, segundo Soares *et al*. (2018), quando:

> [...] os coletivos e as organizações sociais da agricultura camponesa, que se colocam em disputa para que o Estado seja estimulador, financiador, regulador e operador de ações e políticas que garantam investimentos na produção, na organização administrativa, na infraestrutura, na logística e na comercialização, assim como o faz com o agronegócio agroexportador. (SOARES *et al*., 2018, p.191).

Por isso, compreende-se, a partir da experiência nacional, que as políticas públicas para agricultura camponesas, somente serão formuladas e constituídas após processos de organização e pressão popular, pois o Estado brasileiro coloca todo seu apoio para incentivar a produção do agronegócio. Esta tem sido a forma de criação de políticas de caráter emancipatório, que para Fernandes (2013), tem como objetivo construir autonomias relativas e formas de enfrentamento e existência na perspectiva de superação da subalternidade. Complementa o autor sobre as políticas emancipatórias:

> A construção de políticas emancipatórias promove o desenvolvimento e fortalece a compreensão da luta contra a hegemonia. É uma forma de resistência na luta anticapitalista e um território para avançar na constituição de uma sociedade democrática e menos desigual. (FERNANDES, 2013, p.23).

Dentre os programas que promoveram desenvolvimento e melhoria para o campo direcionados à produção e à comercialização de alimentos, dos que mais se aproximaram de ser políticas emancipatórias, foram os formulados e executados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), como o PAA e o PNAE, os quais conformam um mercado representativo para a comercialização do GG do arroz orgânico, o qual já chegou a alcançar 90% da venda de todo o arroz produzido pela COOTAP.

Entretanto, o crescimento da renda dos camponeses e das cooperativas e associações com a comercialização dos produtos nos mercados institucionais gerou descontentamento dos produtores do agronegócio e inclusive de outros países, que denunciavam que o Brasil estava subsidiando sua produção agrícola, o que é proibido segundo definições da OMC. A partir dali, iniciou-se um longo processo de criminalização dos programas de compra institucional e também dos camponeses e das cooperativas. De tal forma, que os programas perderam recursos,

foram paralisados por vários períodos e várias das formas de compra, como a compra para manutenção de estoque, foram extintas. Resultado disso são os altos preços dos produtos da cesta básica nos supermercados na atualidade.

Contudo, depois de um período de estagnação, as vendas para a CONAB foram retomadas e foram significativas em 2019, pois chegaram a quase 1300 toneladas naquele ano. Mas, os programas foram reformulados, e são diferentes dos anos de alto dos mercados institucionais de 2013 e 2014, onde os preços pagos aos produtos eram superiores e a forma de entrega também era mais funcional, em um ponto único na central de Porto Alegre, a qual se encarregava da distribuição nos demais pontos de abastecimento da CONAB no Brasil.

Para entender como a comercialização dos produtos neste novo formato dos programas institucionais de mercado interfere no planejamento de vendas da COOTAP, nos referendamos no depoimento de Cícero (2020), que afirma:

> A avaliação deste novo momento não é totalmente ruim para as vendas de arroz dentro do GG do arroz orgânico, pois, levaram as cooperativas a se profissionalizar, principalmente em operações administrativas e de logística via marítima, no caso das entregas no Nordeste, o que permitiu não perder esse mercado que mesmo com condicionantes adversas segue sendo importante para as vendas e para o projeto político do MST. (CÍCERO, 2020).

Outra fonte de comercialização da COOTAP e do GG do arroz são as compras institucionais realizadas por órgãos governamentais, universidades, hospitais, forças armadas, institutos federais entre outros. As quais são realizadas através de edital de chamada pública, tal processo de compra será explicado mais adiante.

Esses processos de compras se caracterizam por ser definir o vencedor do certame como aquele que oferece o produto pelo menor preço. E uma das vantagens para os produtos orgânicos, é que em caso de empate, estes são beneficiados. Para entender melhor como funciona a compra e venda neste modelo de mercado institucional, recorremos a Cícero (2020) que também nos apresenta o volume de vendas que este programa representa para a cooperativa, afirma o entrevistado:

> O PAA Compras Institucionais tem uma narrativa baseada na compra da agricultura familiar, mas sua prática é firmada na Lei 866, que é a lei que rege os contratos entre o poder público e a iniciativa privada. Por mais que a COOTAP tenha participado dos processos de chamadas públicas desse mercado, os impeditivos não geraram resultados significativos para a cooperativa que obteve uma venda estipulada em menos que 0,5% nessa

> modalidade em 2019. Nessa pequena parcela onde se realizou as vendas, houve processos burocráticos que dificultaram a tramitação do recebimento dos produtos comercializados, no caso dos contratos com as forças armadas. (CÍCERO, 2020).

Dentro das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a modalidade de compra com doação simultânea é uma das que teve maior contribuição social de todas as políticas e programas criados, pois beneficiou, segundo dados da CONAB, 50 mil famílias da agricultura familiar com a venda de seus produtos, sendo muitas delas assentadas da reforma agrária. (CONAB, 2019)

Importante ressaltar que o conceito de agricultura familiar surgiu no Brasil segundo Fernandes (2014), em uma conjuntura neoliberal nos anos 1990. Desde essa década, o conceito de agricultura familiar foi vinculado às políticas públicas para o campo, como o PRONAF, e desde então esse conceito continua sendo vinculado a políticas públicas.

Apesar da relevância discussão entre os conceitos de agricultura familiar e agricultura camponesa, na qual a agricultura familiar representa a submissão ao capitalismo agrário através da integração com as empresas do agronegócio e do outro lado a agricultura camponesa representando a luta dos movimentos socioterritoriais pela soberania alimentar.

No entanto nesse trabalho superamos esse debate assim como propõe Fernandes (2014).

> Superar la dicotomía entre agricultura campesina y agricultor familiar es fundamental para la comprensión de la lucha campesina contra el capital, al final, en toda su existencia, el campesino siempre fue agricultor familiar. El sentido de la dicotomía es el del debilitamiento político en la lucha de clases. (FERNANDES, 2014, p. 32).

Essa proposição vai no mesmo sentido que propomos nesse trabalho, pois para conseguir obter relações exitosas é necessário o debate com outros trabalhadores do campo que podem se auto intitular como agricultores familiares. E nesse âmbito a não superação e a insistência no debate dessa dicotomia poderia ser um fator de segregação da classe trabalhadora.

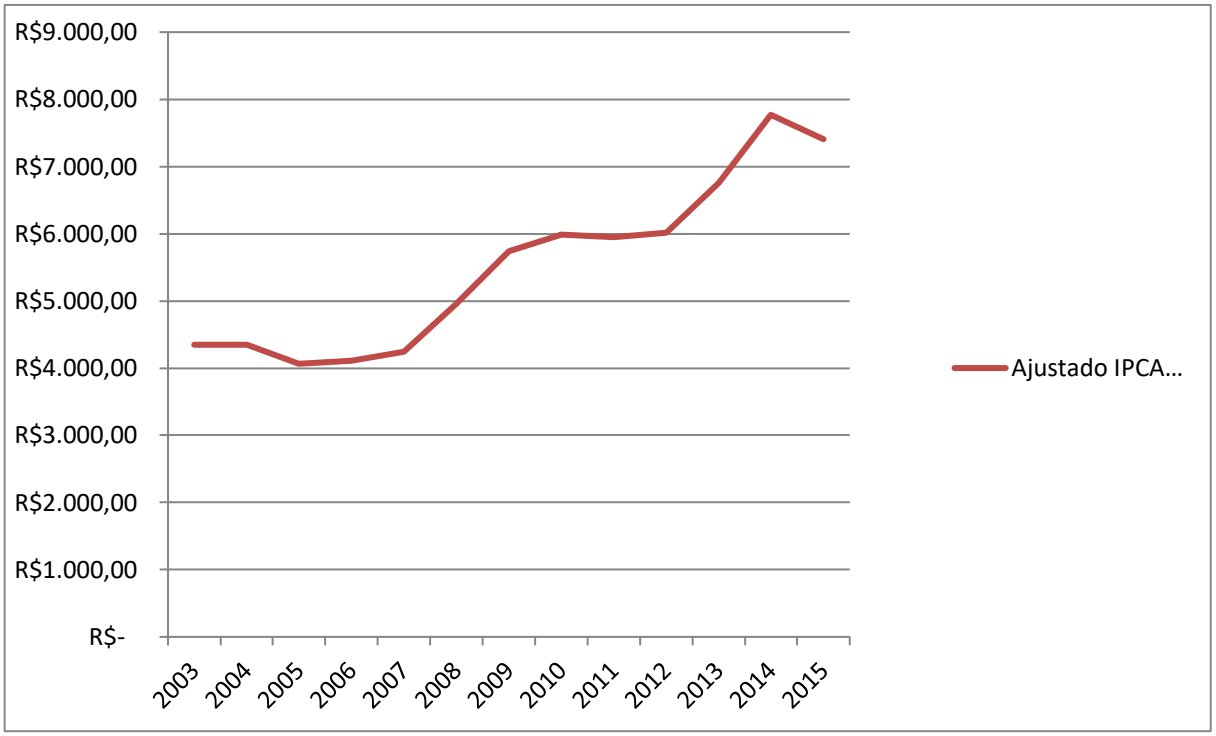
5.2.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

A Compra Doação Simultânea (CDS), via entrega direta a redes sócio assistenciais locais, é realizada pela modalidade do PAA e incentivou a produção para autoconsumo e a melhoria da economia familiar dos agricultores envolvidos no programa. Nesta modalidade, cada unidade familiar pode comercializar um valor, que segundo dados da CONAB (2016), de

6,5 mil reais para agricultores individuais e de oito mil reais para agricultores que participam por meio de organizações da agricultura familiar.

Ainda que o valor seja inferior à soma anual de um salário mínimo, a modalidade "compra com doação simultânea", em muitos casos, foi um complemento importante na renda de muitos agricultores e para outros tantos chegou a ser a única fonte de renda. Na figura 13, podemos observar a evolução da renda média das famílias durante os anos de 2003 a 2015.

Figura 13 - Renda média dos beneficiários fornecedores de 2003 a 2015 em reais (R$)



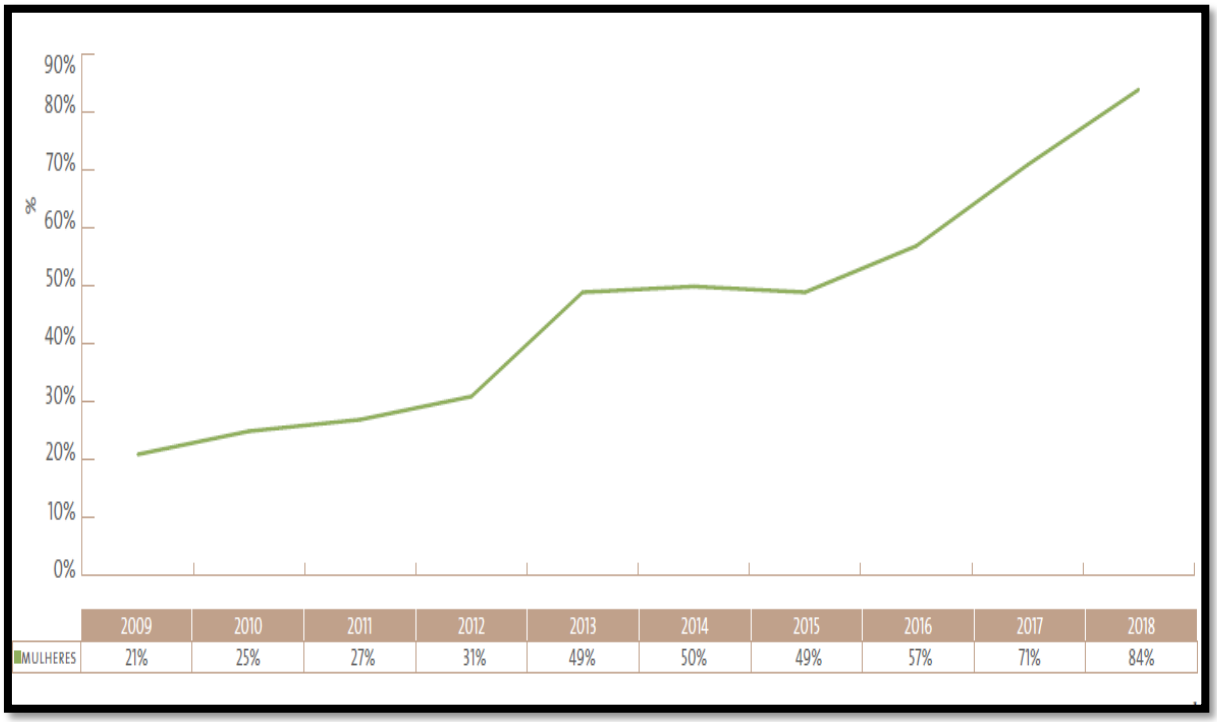
Fonte: CONAB (2016)

A participação das mulheres na modalidade de doação simultânea é outro ponto que realça a importância dessa política pública. Devido a pressão das organizações de mulheres rurais, o programa prevê a obrigatoriedade de uma participação mínima de 40% de mulheres nos projetos, o que obriga as organizações a cumprirem a meta para acessar o convênio e garante a presença das mulheres na comercialização da produção e não apenas na produção. Portanto, o PAA também se tornou garantia de autonomia econômica para as participantes do programa, principalmente nas famílias em que os homens se dedicam a outras atividades não relacionadas com o PAA, como lavouras de monocultura ou até mesmo como trabalhadores assalariados fora dos assentamentos.

Há casos em que a participação da mulher vem se destacando há mais tempo, como nas comunidades quilombolas (Brasil, 2013), a CONAB indica que nesse grupo as mulheres são mais ativas no Programa, com uma participação que chegou a 57% no ano de 2013.

Já em 2018, os dados de CONAB (2019), como pode-se observar na figura 14, demonstram que a participação feminina nas modalidades do PAA alcançou 84%, o que se considera um grande avanço, já que inclui todas as modalidades daquele ano.

Figura 14 - Participação das mulheres no PAA de 2009 a 2018



Fonte: BRASILIA (2019)

O PAA demonstra claramente a função das políticas públicas e do mercado institucional na inclusão econômica e social da agricultura familiar como um todo, principalmente na capacidade de influenciar em temas tão fundamentais, como a autonomia produtiva e econômica das mulheres do campo.

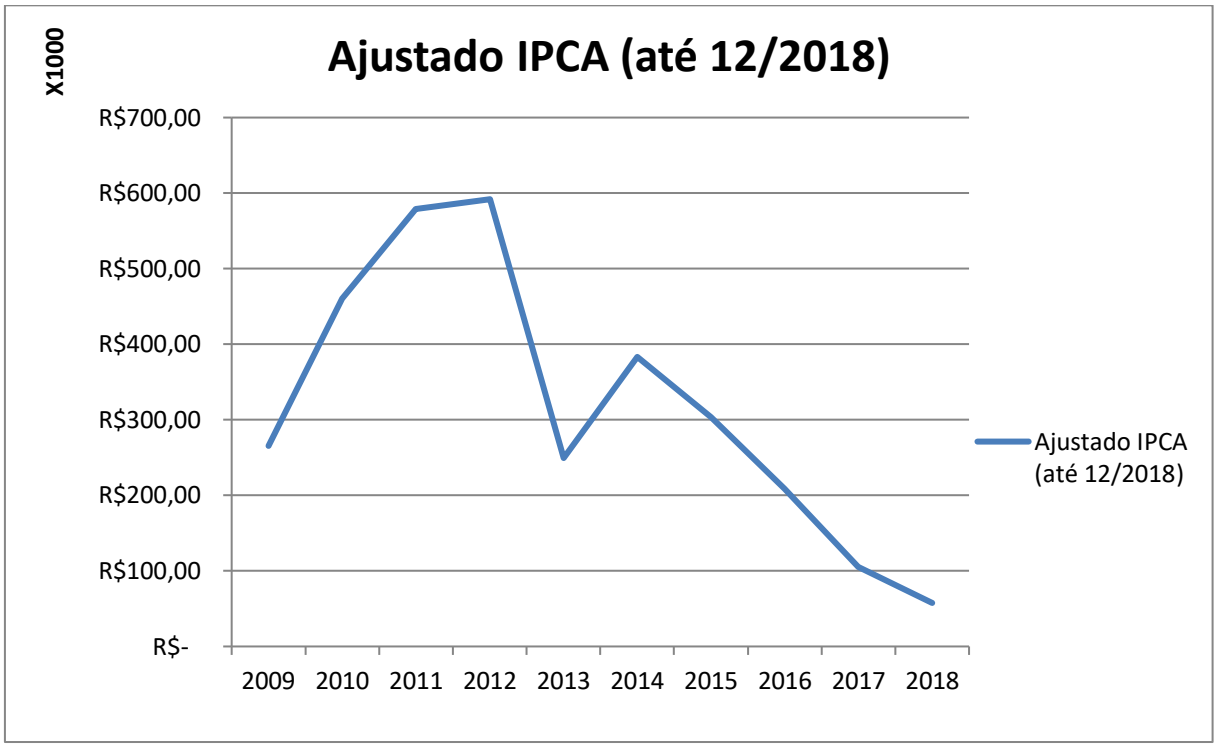
Infelizmente, o PAA modalidade Doação simultânea tem sofrido cortes significativos nos recursos de financiamento do programa, principalmente desde a prisão de três agricultores por decisão do então juiz federal de primeira instância, Sérgio Moro. Também foram presos 11 funcionários e 58 indiciados da Companhia Nacional de Abastecimento do Paraná. Tais atos de arbitrariedade são decorrentes da Operação Agro-Fantasma, da Polícia Federal, iniciada em 2011. Como reportou Schramm e Porto (2017) no Jornal Brasil de Fato.

> As prisões foram realizadas dentro da Operação Agro-Fantasma, da Policia Federal, iniciada em 2011. A ação investigava a denúncia de desvios no PAA, programa do governo federal para compra e venda de produtos da agricultura familiar, vinculado ao programa Fome Zero. (SCHRAMM ; PORTO, 2017).

Os resultados das investigações da operação Agro-Fantasma foram devastadores para o Programa, pois serviram para causar instabilidades políticas e desconfiança em relação ao programa Fome Zero, além de deixar graves sequelas econômicas e morais nos camponeses, organizações e demais envolvidos nas investigações, como relatou um dos camponeses envolvidos na situação, que está descrito Schramm e Porto (2017), onde o agricultor afirma que "Isso prejudicou muito nossas vidas, nossa autoestima e nossa moral". O descrédito, o medo e a insegurança tomaram conta dos camponeses e das entidades como associações e cooperativas, sendo que muitas delas decidiram não formalizar novos contratos com o programa.

O decréscimo de investimentos no PAA Compras com Doação Simultânea (CDS), no Paraná, pode ser observado na figura 15.

Figura 15 - Evolução das modalidades do PAA – PR de 2009 a 2018 (valor em milhões de reais)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de CONAB (2019).

Nota-se que o PAA CDS teve seu auge de investimentos financeiros antes das investigações de 2013. No ano de 2011, atingiu valor próximo aos 363 milhões de reais e no ano de 2012 atingiu a quantia de 395 milhões de reais. Já no ano das investigações, os investimentos não chegaram nem à metade dos dois últimos anos, e, por mais que em 2014 possa ter havido uma leve recuperação, nos demais anos os investimentos seguiram declinando.

A simplicidade de um programa que, resumidamente, compra a produção dos agricultores locais e entrega a entidades assistenciais, – melhorou sobremaneira a vida de muitas comunidades camponesas onde o programa foi operado, mesmo atingindo apenas 2% da agricultura familiar brasileira no ano de 2012, como aponta Soares *et al*. (2018). O PAA deixou o aprendizado de que por mais que possa ter sido uma política de caráter compensatória por parte do Estado, como sugere Soares *et al*. (2018), quando diz que o PAA é uma política isolada e descolada da política de extensão rural, do crédito agrícola, da política de agroindustrialização, da política de abastecimento de alimentos nas cidades, dentre outras. Para os movimentos organizados do campo o PAA CDS se tornou uma política transformadora, pois, com a venda dos produtos para o mercado institucional, gestaram a extensão rural, a agroindustrialização e a comercialização dos produtos, o que possibilitou a qualificação dos

produtores para outros mercados institucionais, como o PNAE e também mercados alternativos, como as feiras.

Levando em consideração esses elementos, acreditamos que o PAA deve ser reavivado e fazer parte da pauta de luta dos movimentos socioterritoriais, e que o mesmo possa ser fortalecido a ponto de passar de um programa de governo para uma política de Estado, o que lhe confere um status de durabilidade frente a mudanças de governo e com diretrizes e lineamentos concretos e realmente se tornar uma política emancipatória

5.2.2 O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE, atualmente, é o principal mercado da COOTAP e também para muitas outras cooperativas do MST. Para compreender a magnitude do programa, apresentaremos um breve recorrido histórico, o qual explicitará as razões e objetivos que tornaram este programa o principal instrumento de escoamento da produção da agricultura familiar no Brasil.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foi reconhecido mundialmente como uma experiência de sucesso do Programa de Alimentação Escolar Sustentável (FNDE, 2017). O caminho percorrido e construído até chegar nesse nível de reconhecimento, consolidação e sucesso, levou um longo período, como ilustra figura 16 com os dados do FNDE:

Figura 16 - Linha do tempo das políticas públicas para alimentação escolar no Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor com fonte nos dados de FNDE (2017).

Ainda no início da década de 1940, o então Instituto de Nutrição defendia a ideia de oferecer alimentação escolar. Na década de 1950, surgiu o primeiro Plano Nacional da Alimentação e Nutrição de responsabilidade pública, com prioridade à assistência ao grupo materno-infantil, e em seguida escolares e trabalhadores (ESPERANÇA, 2017). Contudo, desse plano, só permaneceu a alimentação escolar, conforme FNDE (2017):

> Desse plano original, apenas o Programa de Alimentação Escolar sobreviveu, contando com o financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), atualmente Unicef, que permitiu a distribuição do excedente de leite em pó destinado, inicialmente, à campanha de nutrição materno-infantil. (FNDE, 2017).

Logo após a criação do Instituto Nacional de alimentação e Nutrição, em 1972, segundo Esperança (2017), se propõe a constituição da primeira política nacional de suplementação escolar com a formulação dos Programas Nacionais de Alimentação e Nutrição PRONAM I e II. Segundo Brasília (2007), somente em 1979 passou a ser denominado Programa Nacional de

Alimentação Escolar. No entanto, a alimentação escolar só foi assegurada a partir da Constituição de 1988, como descreve FNDE (2017):

> Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais. (FNDE 2017).

Somente com a retomada e consolidação da democracia no país é que a merenda nas escolas foi compreendida como um direito à alimentação para os estudantes e, portanto, um dever do Estado brasileiro. Até o ano de 1993, a execução do programa se deu de forma centralizada, de maneira que o órgão governamental fazia todos os processos da compra da merenda, desde a escolha do cardápio até a fiscalização da qualidade e entrega nas escolas. Até que em 1994, houve a descentralização dos recursos do programa e, a partir daquele momento, o repasse se deu de forma direta via convênio entre entidades executoras e o governo federal. As entidades executoras são descritas por Esperança (2017) como instituições que integram a rede pública de ensino federal, estadual e municipal, as quais são responsáveis por receber os recursos diretamente do FNDE. Aqui cabe destacar a relevância do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), o qual, segundo o FNDE (2017), consolidou a descentralização do PNAE e desburocratizou o processo por meio de:

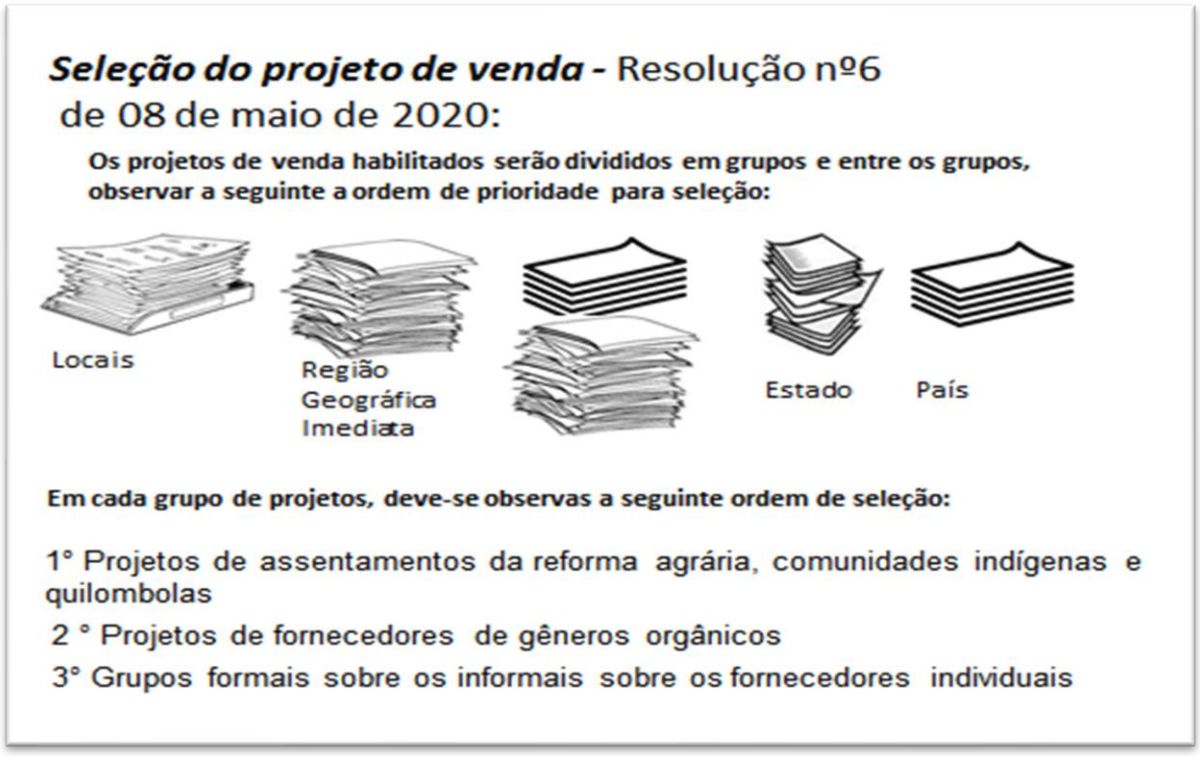
> [...] repasse direto a todos os municípios e Secretarias de Educação, a transferência passou a ser feita automaticamente, sem a necessidade de celebração de convênios ou quaisquer outros instrumentos similares, permitindo maior agilidade ao processo. (FNDE, 2017).

Outro grande avanço que fortaleceu o PNAE quanto política pública foi a obrigatoriedade da contratação de nutricionistas como responsáveis técnicos, o que permitiu uma melhoria significativa na qualidade do programa e a consolidação de seus objetivos (FNDE, 2017). A contratação de um quadro técnico de nutricionistas tem sido importante para as cooperativas da agricultura familiar, no sentido de contribuir para a sustentação e ampliação de uma perspectiva de segurança alimentar dentro dos objetivos e princípios do programa e, desta forma, promover a importância da inclusão dos alimentos saudáveis produzidos pelos camponeses e suas cooperativas. A alimentação saudável está atrelada à educação, ao bem-estar e ao desenvolvimento social. Para Accioly (2009), a escola como espaço de aquisição de conhecimentos e valores pode contribuir para a reversão da tendência de doenças não transmissíveis com origem na infância e repercussões na vida adulta. O autor conclui que a alimentação escolar:

> [...] pode contribuir decisivamente para a melhoria das condições nutricionais de crianças e jovens, diminuindo deficiências nutricionais e outros agravos relacionados ao consumo alimentar inadequado, protegendo e melhorando significativamente o desempenho escolar, favorecendo crescimento e desenvolvimento adequados, além de representar um importante fator de desenvolvimento econômico local. (ACCIOLY, 2009, p. 7).

A partir da compreensão analítica que fazemos, a inclusão da alimentação saudável nas escolas, é um dos elementos mais importantes, que permitiu ao PNAE tornar-se uma política pública que chegou e beneficiou os assentamentos e cooperativas do MST, especialmente, com a sanção da Lei nº 11.947, de 2009. Esta lei previu a extensão do programa para toda a rede pública e estabeleceu a obrigatoriedade de investimento, de no mínimo, 30% do repasse do FNDE na aquisição de alimentos da Agricultura Familiar. Cabe ressaltar que a resolução N°6, 08 de maio de 2020. As prioridades de classificação por projeto se resumem na seguinte figura:

Figura 17 - Seleção do projeto de venda da agricultura familiar



Fonte: Elaborado pelo autor com fonte nos dados de FNDE (2020).

Segundo a última atualização do FNDE em junho de 2018, com dados no exercício de 2017, dos valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da agricultura familiar para o PNAE, os valores totais transferidos pelo FNDE a entidades executoras foram mais de 3,9 bilhões de reais e o valor de aquisição da agricultura familiar chegou a quase 847 milhões de reais, alcançando uma média de 21% no geral das compras da Agricultura Familiar,

o que indica que ainda as compras do programa estão abaixo da meta mínima dos 30% exigidos na lei. O repasse para as entidades de ensino segue a seguinte fórmula da tabela abaixo:

Tabela 8 - Valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno

Etapas de Ensino	Idade	Por dia letivo
Creche	0-3 anos	R$ 1,07
Pré Escola	4-5 anos	R$ 0,53
Escolas Indígenas e quilombolas	0-18	R$ 0,64
Ensino Fundametal eMedio	6-18 anos	R$ 0,36
Educação de jovens e adultos	> 14 anos	R$ 0,32
ensino integral		R$ 1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral		R$ 2,00
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno		R$ 0,53

Fonte: Elaborado pelo autor com fonte nos dados de FNDE (2017).

Apesar do avanço do PNAE nos últimos anos, observa-se muitos pontos que podem ser melhorados como, por exemplo, o valor do repasse financeiro por estudante, pois esse valor cumpre com apenas o mínimo necessário para que se garanta a alimentação dos estudantes. Como um maior valor poderia garantir produtos de melhor qualidade nutricional como é o caso dos orgânicos.

5.2.3 A venda dos produtos da COOTAP no PNAE

Para entender melhor como as novas regras para compra de produtos para a merenda escolar impactaram nas entidades da Agricultura Familiar, especialmente, as cooperativas do MST em análise nesta pesquisa, buscamos informações sobre o acesso da COOTAP ao PNAE, e para isso recorremos a Cícero (2020), que comentou que:

> O PNAE foi o mercado mais significativo para a COOTAP no ano de 2019, resultando em 90% do total de vendas do arroz orgânico embalado na marca Terra Livre. O resultado da estratégia de trabalho que a cooperativa e o GG do arroz orgânico vêm realizando junto às prefeituras municipais desde 2009. Pois desde então tem logrado fazer relações de vendas com quase todos os municípios da Região Metropolitana e também municípios de maior expressão dentro do estado do Rio Grande do Sul. E nos demais estados estratégicos para as vendas no PNAE se destaca o escritório nacional de comercialização de

> São Paulo, o qual é responsável por 70% das vendas da cooperativa e do GG do arroz orgânico. (CÍCERO, 2020).

De acordo com os dados do entrevistado, podemos confirmar a grande relevância que o programa tem para a venda da produção do arroz orgânico da cooperativa. As vendas dos produtos da cooperativa diretamente para as secretarias municipais de educação, em grande parte, apresentam facilidades logísticas e administrativas por ser realizadas de forma centralizada. Já nas escolas estaduais, ainda que as compras em sua grande maioria são realizadas de forma descentralizada, elas também têm a obrigação de comprar 30% da agricultura familiar, por esse motivo, Cícero (2020) em entrevista sobre a importância das vendas nas escolas estaduais para a COOTAP, afirmou:

> A importância das escolas estaduais, ainda que nessas escolas se realizem compras de pequenos volumes, pois elas operam processos individuais de compras, diferentemente das compras das escolas municipais que o município realiza um só contrato de compra para todas as escolas da sua rede. Apesar dos volumes comprados pelas escolas estaduais não serem altos, a forma de pagamento do produto compensa, pois na rede de ensino estadual os produtos são pagos no ato da entrega, o que gera a circulação mais rápida do dinheiro para a cooperativa. Em 2019, a COOTAP atendeu a quase 270 escolas estaduais no Rio Grande do Sul. (CÍCERO, 2020).

Mesmo com um formato de compra diferenciado, as escolas estaduais representam importante mercado para os produtos da cooperativa. O PNAE, além de ser o maior mercado para o arroz Terra Livre, ele oferece outra vantagem em relação a outros canais de venda, que nos explica Cícero (2020):

> O PNAE também é importante para o planejamento da cooperativa, pois na grande maioria são contratos de execução de um ano, isso permite a cooperativa a planejar estocagem, logística e também as finanças, ainda que tem sido frequente no segundo semestre de 2019 algumas prefeituras não cumprirem o contrato baseado na alegação de falta de recursos orçamentários, o que debilita o planejamento financeiro da cooperativa. (CÍCERO, entrevista, 2020).

O PNAE é importante para a cooperativa por permitir a comercialização de grandes volumes de arroz orgânico e proporcionar continuidade e estabilidade para o planejamento desde a quantidade a ser plantada na lavoura e a quantidade a ser industrializada e reservada para a venda no programa. As porcentagens de lucro, segundo Cícero (2020), estão acima dos 10%, superando todas as outras margens de lucro dos demais mercados para o arroz do COOTAP.

5.3 A constituição do Escritório Nacional de Comercialização do MST

5.3.1 Mercado Institucional

Dada a importância do mercado institucional, como exposto anteriormente, é necessário falar dos esforços de comercialização e intercooperação do MST através do Escritório Nacional de Comercialização, sediado em São Paulo, e como demonstração da qualificação desse trabalho utilizaremos a evolução das vendas como demonstrativo da qualificação do Escritório. No próximo figura 18 pode se observar a quantidade total de vendas em dinheiro de cada ano desde que o Escritório começou a organizar e gerenciar as vendas das cooperativas.

Figura 18 - Histórico de vendas do escritório nacional de comercialização

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da COOPERAR (2020)

O aumento das vendas desde a criação do Escritório Nacional de Comercialização do MST, em 2016, se deve a muitos fatores, mas os mais relevantes são: a intensificação do trabalho de divulgação e marketing dos produtos junto aos clientes e também a adesão de mais cooperativas ao Escritório, oferecendo uma diversidade maior de produtos para comercialização. Em 2016, o Escritório começou somente com os produtos da COOTAP, os três tipos de arroz orgânico, já no final do ano de 2019, o escritório tem em seu catálogo de

ofertas trinta produtos para serem comercializados no mercado institucional, de onze cooperativas associadas. A lista das cooperativas e seus produtos podem ser observados na tabela 11.

Tabela 9 - Evolução da adesão das cooperativas e seus respectivos produtos

2016	
COOPERATIVA	**Produtos**
COOTAP	Arroz Polido
	Arroz Parboilizado
	Arroz Integral

2017	
COOPERATIVA	**Produtos**
CAMPONESA	Café Orgânico
COOPTERRA	Café Tradicional
COOTAP	Arroz Polido
	Arroz Parboilizado
	Arroz Integral
TERRA LIVRE	Leite em Pó
	Suco de Uva

2018	
COOPERATIVA	**Produtos**
CAMPONESA	Café Orgânico
COANA	Café Tradicional
COOPAN	Arroz orgânico
COOPTERRA	Café Tradicional
COOTAP	Arroz Polido
	Arroz Parboilizado
	Arroz Integral
TERRA LIVRE	Leite em Pó
	Suco de Uva

2019	
COOPERATIVA	**Produtos**
CAMPONESA	Café Orgânico
COANA	Arroz
COAPAR	Bebida Láctea
	Doce de Leite
	Leite em Pó
	Queijo
	Requeijão
	Yoirgut
COOPACON	Farinha de Mandioca
	Farinha de Milho
	Feijão Carioca
	Feijão Preto
COOPAN	Arroz Orgânico
COOPEROESTE	Bebida Láctea
	Doce de Leite
	Leite UHT
	Queijo
	Requeijão
	Yoirgut
COOPTERRA	Café
COOTAP	Arroz Polido
	Arroz Integral
	Arroz Parboilizado
	Geléia
	Molho de Tomate
COOPAL	Arroz orgânico
COPERCONTESTADO	Feijão Carioca
	Feijão Preto
TERRA LIVRE	Leite em Pó
	Suco de Uva

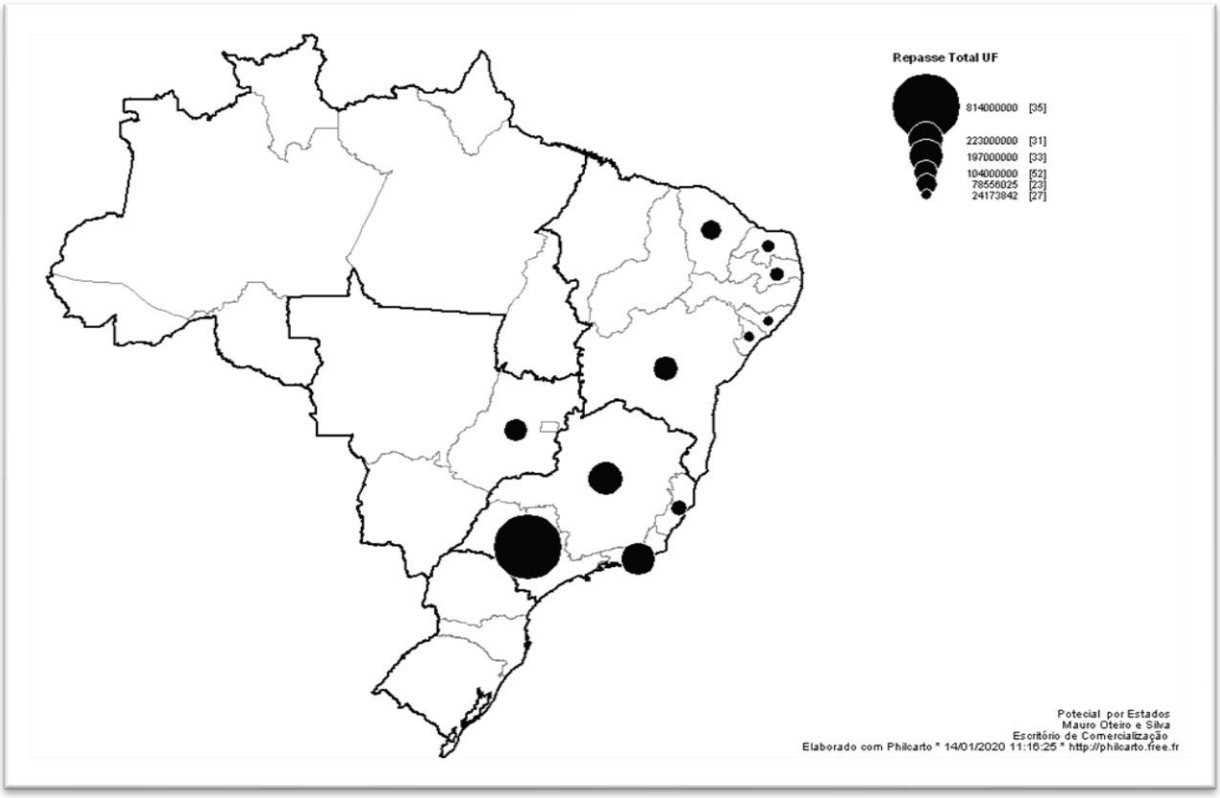
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da COOPERAR (2020).

Esta ampliação da oferta de produtos proporciona maior atratividade para os municípios, estados e outros mercados, visto a possibilidade de se estabelecer contratos de compra de vários produtos com um mesmo fornecedor, a partir de um representante comercial do Escritório Nacional de Comercialização do MST, que aglutina e gerencia os produtos de diferentes cooperativas de vários estados do Brasil. Este fator somado a uma estratégia de estudo da viabilidade das vendas, organização e administração baseada em números e dados, determinaram o crescimento exponencial do Escritório Nacional de Comercialização desde a sua criação.

Os primeiros estudos de viabilidade de vendas foram realizados na COOTAP em 2012, e a principal fonte de dados utilizados naquele estudo foram os dados populacionais, uma vez que esses dados estão relacionados ao consumo de alimentos. Naquele momento, o estudo desses dados foi fundamental para a tomada de decisão da cooperativa em intensificar o trabalho no estado de São Paulo, por ter a maior região metropolitana do Brasil, com a maior população que demanda grandes volumes de abastecimento de alimentos.

O escritório ampliou o trabalho de vendas em outros estados da região Sudeste e também para estados da região Nordeste, utilizando se também dessa mesma base de análise, ao optar por atuar em estados e regiões com maior concentração de habitantes, assim como mostra a figura 19 com base no número de habitantes nos estados que atua o escritório:

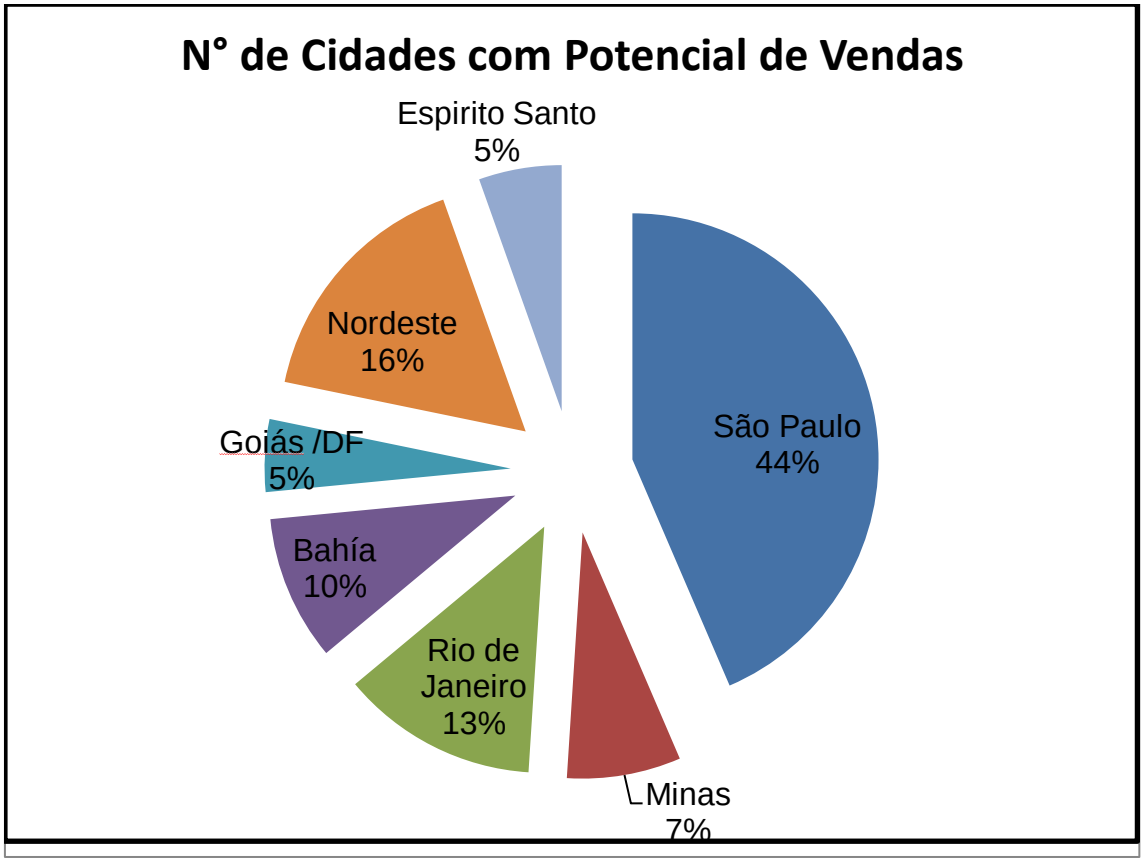
Figura 19 – Repasse do FNDE nos estados de atuação do Escritório Nacional



Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos dados do FNDE (2017).

Os mesmos dados foram usados na tomada de decisão sobre onde concentrar esforços de comercialização no PNAE, baseado na tabela de repasses financeiros por município e por estado do FNDE. Desta análise podemos tomar a decisão de atuação para os próximos periodos, como mostra a figura 20.

Figura 20 – Número de cidades com potencial de vendas



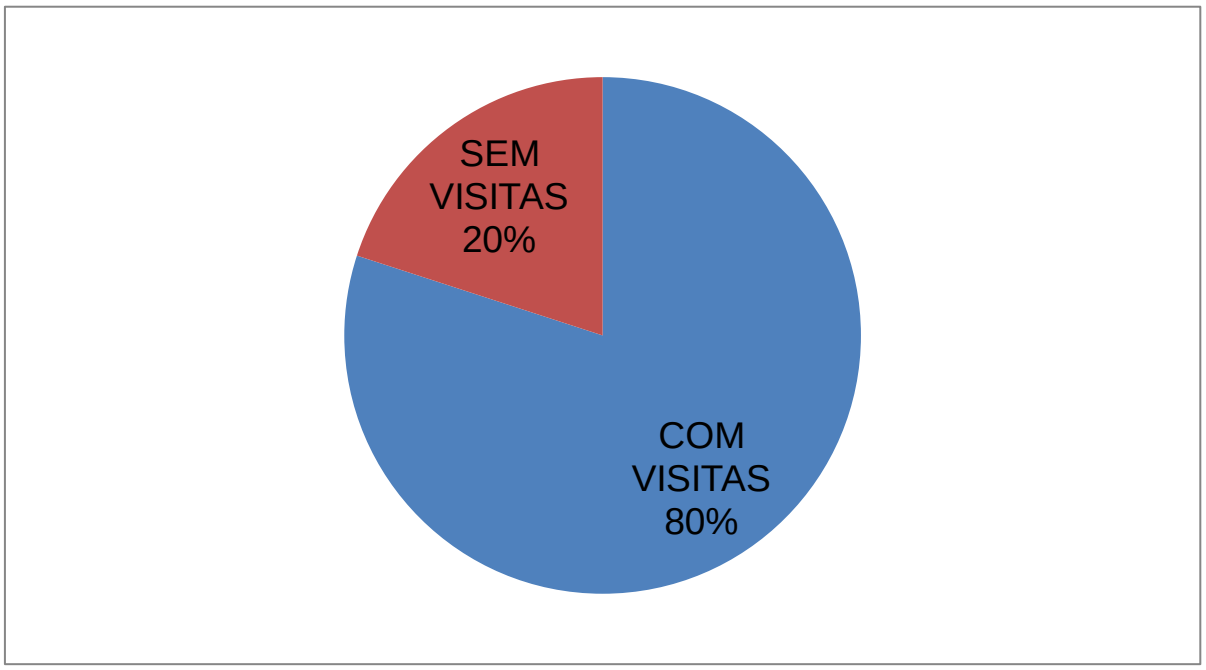
Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos dados do FNDE (2017).

Os dados demonstram que embora o Escritório Nacional concentre seus esforços de comercialização em estados de maiores valores de repasse de recursos da União para o programa de alimentação escolar, ainda há um conjunto de estados significativos para a espacialização do MST em mercados institucionais de outras regiões.

5.3.1 Estratégias de marketing e fidelização de clientes

Um fator determinante para o crescimento da comercialização dos produtos ofertados pelo Escritório Nacional, segundo avaliação das cooperativas, no primeiro semestre de 2020, foram as ações de incidência junto às instituições que realizam compras institucionais, visitas dos representantes comerciais para apresentação dos produtos e das marcas oferecidas pelo escritório. Pois, segundo os dados do escritório, dos 40 processos de compras públicas efetivados, em 32 deles, os representantes comerciais do escritório realizaram vistas prévias ao processo de compra pública. Assim como mostra a figura 21

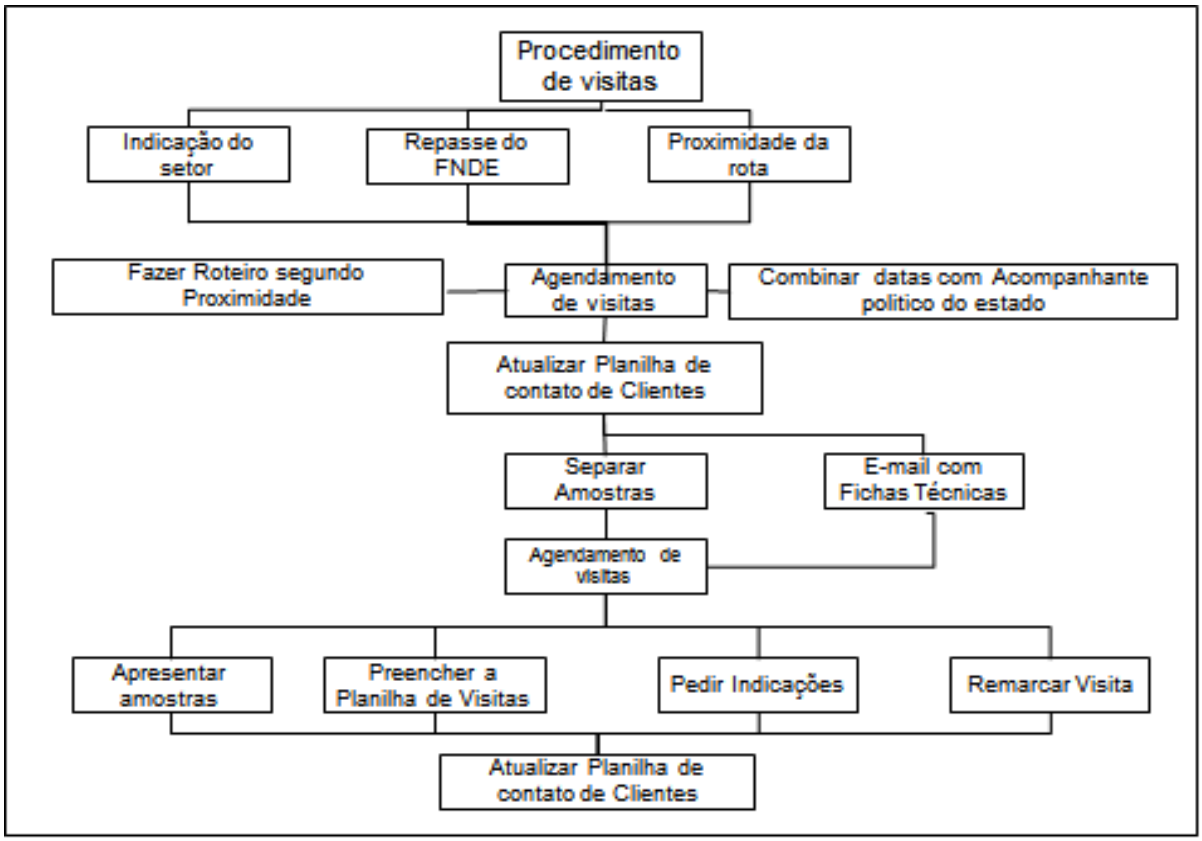
Figura 21 - Resultado das visitas comerciais em SP



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da COOPERAR (2020).

Nas visitas aos clientes do mercado institucional, são oferecidas amostras dos produtos disponibilizados pelo escritório nacional e são descritas a qualidade dos produtos e o trabalho contido neles pelas cooperativas que os produzem. Esse processo pode ser observado na figura 22.

Figura 22 - Processo de visitas do Escritório Nacional de Comercialização



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

O contato com as equipes de compra e nutrição das entidades e das prefeituras tem se tornado um momento de debate e de propaganda da reforma agrária, pois nessas exposições se tem a oportunidade de demonstrar a capacidade produtiva dos camponeses organizados em cooperativas. A abordagem com a exposição dos produtos, degustação das amostras e história das cooperativas, é importante no convencimento da qualidade dos produtos e também para conquistar novos simpatizantes dos processos de cooperação e das conquistas oriundas das lutas dos movimentos socioterritoriais.

As relações com as instituições são os principais frutos das visitas e este contato comercial é apenas uma parte do processo de venda, uma vez que a venda começa desde a qualidade do produto ofertado até a capacidade de cumprir o contrato com excelência. No registro visual da figura 23 podemos observar o processo de visita comercial em diferentes instituições e lugares do Brasil.

Figura 23 - Visita de apresentação de produtos as nutricionistas de prefeituras

Fonte: Acervo do Autor (2020).

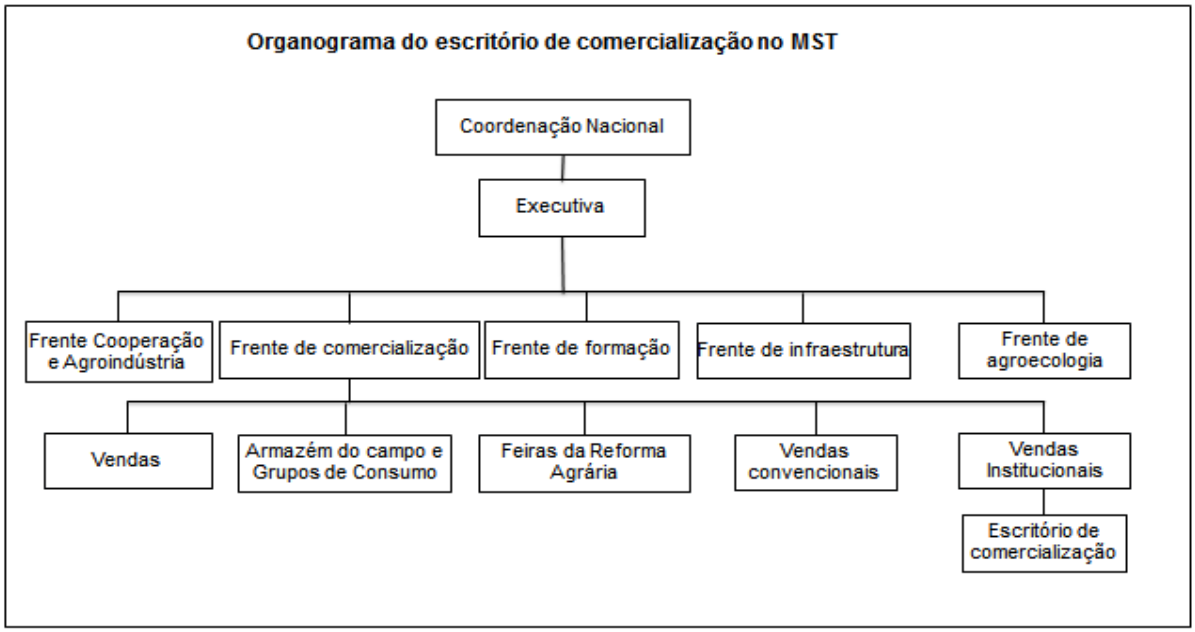
O processo de vendas dos produtos da reforma agrária no mercado institucional extrapola as visitas de apresentação de amostras e produtos, as cooperativas e o escritório fazem representações ativas em feiras e eventos ligados a alimentação saudável. Como podemos observar no registro fotográfico abaixo de alguma destas ações na figura 24.

Figura 24 - Participação em feiras e eventos

Fonte: Acervo do Autor (2020).

É importante destacar que os planejamentos e ações do Escritório de Comercialização junto às cooperativas não se dão de maneira isolada ou descolada da organicidade interna do MST, ao contrário disso, o escritório está orientado pela organização interna do MST, assim como demonstra a figura 25.

Figura 25 - O Escritório Nacional de Comercialização na organização do MST



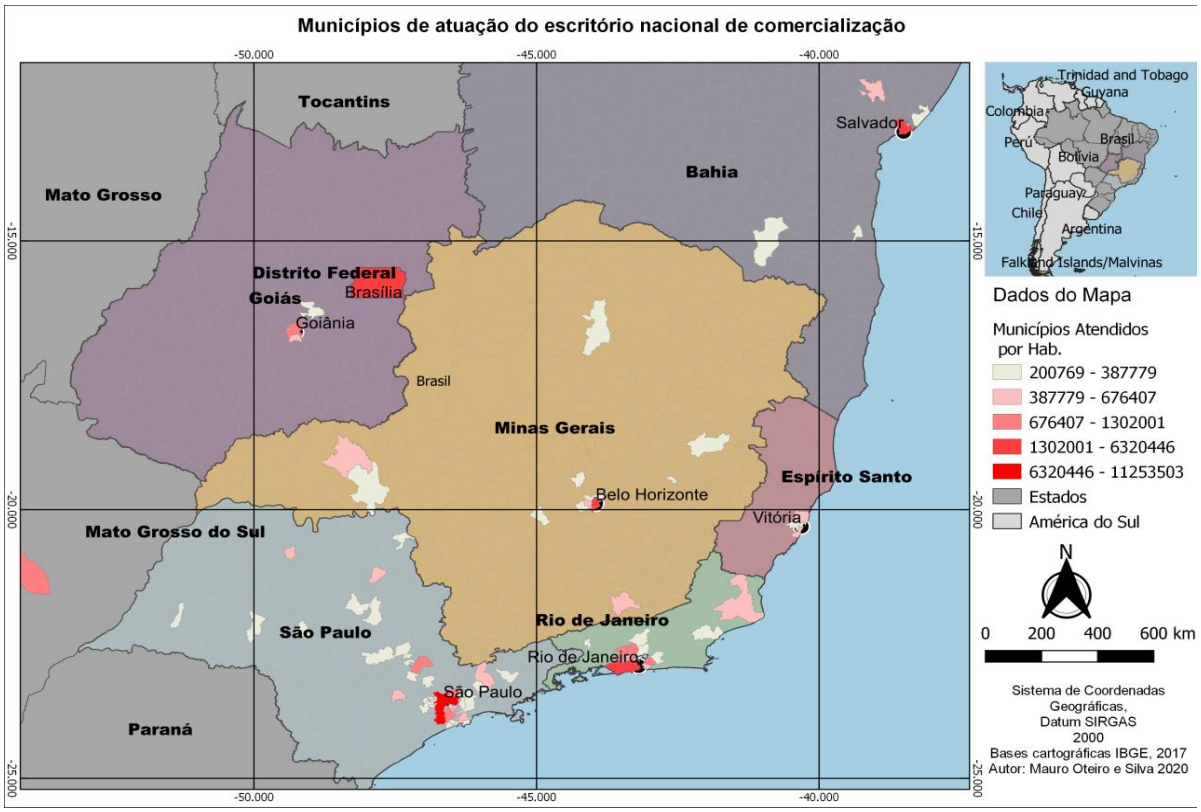
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da COOPERAR (2020).

Estar incluído dentro da organicidade do MST é um dos principais diferenciais do escritório de comercialização se comparado com as demais assessorias de vendas ofertados no mercado. Isso se deve ao fato de que o MST é um movimento socioterritorial de luta pela terra, e a permanência dos assentados no lote depende em parte da comercialização de seus produtos, uma vez que o escritório de comercialização nasce dessa necessidade, O processo de vendas no mercado institucional é visto aqui como uma parte importante para garantir a viabilidade econômica e permanência dos assentados nos lotes.

Outro fator importante de contribuição da organicidade do MST para as ações do escritório, se refere a que este movimento socioterritorial atua em âmbito nacional há 35 anos, disponibilizando, desta forma, uma base de militantes em todas as regiões em que atua. Esses militantes acompanham o trabalho do escritório nas prefeituras, gerando uma relação apoio e benefícios a ambas partes, pois de um lado o escritório ganha aval político localmente e amplia sua base de dados da produção naquele município para potenciais futuros de comercialização, além de contatos de pessoas que podem ajudar no processo de convencimento de compra dos produtos oferecidos para a instituição local. E, por outro lado, as regiões que se envolvem nesse processo podem acompanhar as visitas e qualificar seus quadros para reproduzir experiências similares de vendas nas localidades onde se encontram.

Veja-se a seguir na figura 26 com a atuação do escritório nacional de comercialização nos municípios:

Figura 26 - Atuação do Escritório Nacional por município



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da COOPERAR (2020).

O êxito da ação do escritório nacional é fruto dos esforços das cooperativas que tem produtos em escala para ser ofertados para outros estados. E essa experiência é um exemplo de que o mercado institucional também pode ser acessado por meio da intercooperação. O que pode incentivar as demais cooperativas de camponeses que estão começando a demandar de mercado para seus produtos.

5.4 Potenciais mercados para comercialização dos produtos da reforma agrária

Para Keno (2020), o mercado institucional sempre será o mercado-alvo da cooperativa, uma vez que o mesmo é fruto da pressão social do MST. Mas, para ele, o mercado do consumo de alimentos saudáveis é onde está o maior potencial de crescimento de vendas. Devido a isso, a cooperativa está se reposicionando para tentar interpretar o funcionamento desse mercado, o que possibilitará a ela qualificar sua experiência e conhecimento na área de logística e operacionalidade de comercialização obtido no mercado institucional, com as novas demandas do mercado de varejo.

O mercado de alimentação orgânica e sustentável é estratégico, pois pode se tornar uma alternativa para diminuir a dependência da cooperativa do mercado institucional, que ainda é a única fonte expressiva de comercialização da COOTAP, o que a deixa numa posição de dependência e vulnerabilidade. Tendo em vista que a ação política conjunta em diversas escalas tem grande repercussão sobre a continuidade e nos regramentos de acesso a estes programas de comercialização.

Para Keno (2020), os mercados mais estratégicos para a cooperativa são os grupos de amigos, pequenas lojas, restaurantes e grupos de consumo. Já as grandes redes, são oportunidades pontuais de negócios e não podem ser o mercado estratégico da cooperativa pelas condições que elas impõem à mesma.

Em 2019, a COOTAP contabilizou, além dos armazéns do campo, 99 clientes que mantêm pedidos mensais, os quais são identificados como: empórios, grupos de consumo e pequenos estabelecimentos comerciais. Segundo Cícero (2019), essa estratégia vem se fortalecendo a partir da inclusão dos produtos da agroindústria vegetal da cooperativa. Todos estes produtos são orgânicos, como geleias de amora e uva, suco de amora, suco de laranja, suco de tangerina e, extrato e molho de tomate.

A inclusão de outros produtos no catálogo de vendas junto com o arroz orgânico tem permitido à cooperativa viabilizar o custo de logística, além de atrair novos clientes. A potencialidade dessa estratégia pode ser notada na quantidade comercializada de arroz orgânico no varejo em 2019, a qual foi de 240 mil quilos de arroz, totalizando 2% das vendas de arroz orgânico beneficiado da COOTAP. Esse impulso nas vendas de varejo está forçando a cooperativa a buscar novos parceiros logísticos, que possibilitem a entrega do kit de produtos orgânicos direto aos clientes em outros polos de consumo, como Minas Gerais e Rio de Janeiro, seguindo o exemplo da cidade de São Paulo, onde mais se tem avançado nesse quesito e até mesmo em estados da região Nordeste do país onde já está se fazendo alguns esforços, como é o caso do Piauí.

A lei de compras de alimentos orgânicos está em vigor apenas na cidade de São Paulo, mas há algumas prefeituras que estão aderindo a essa pauta, como Porto Alegre e Belo Horizonte, as quais podem ser uma grande oportunidade para a venda do arroz no processo de políticas públicas, mas também fora delas.

A lei dos orgânicos de São Paulo, Lei nº 16.140, de 17 de março de 2015, especifica no seu artigo 2°:

> Fica instituída a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica prioritariamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações, nos termos da Lei Federal nº 11.326/2006, na alimentação escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino. (SÃO PAULO, 2015).

Legislações que priorizam ou incentivam a compra de produtos orgânicos ou agroecológicos nas compras públicas são importantes no sentido de reconhecimento dos órgãos públicos desta produção, mas também se tornam uma porta efetiva de comercialização dos produtos das cooperativas do MST. Em entrevista, Cícero (2020) relata que um desafio a ser superado dentro da cooperativa para se posicionar no mercado de orgânicos com outros produtos como as geleias, é o de pensar a produção e a comercialização para além da safra ou do contrato vigente.

As compras públicas de alimentos orgânicos, são estimulo fundamental para o incentivo da produção das mesmas nas cooperativas. Por esse motivo o MST junto com os demais movimentos socioterritoriais devem pressionar o estado para que sejam feitas políticas públicas que garantam a compra desses alimentos a preços justos.

5.5 Armazéns do Campo: Estratégia de Mercado e Propaganda dos Produtos do MST e da Reforma Agrária.

O Armazém do Campo surgiu da necessidade do MST de ter um espaço físico de comercialização dos produtos da reforma agrária e de estabelecer um território de debate permanente com a sociedade. Outra motivação para a abertura do Armazém do Campo veio através da demanda dos consumidores de produtos orgânicos, de admiradores do MST, e também pelos consumidores das feiras nacionais promovidas pelo MST em algumas capitais, os quais ficavam desatendidos nos intervalos desses eventos.

Em entrevista ao site de notícias Brasil de Fato, Ademar Paulo Ludwig Suptitz, coordenador do Armazém do Campo, conta que:

> Para chegar no Armazém é importante lembrar que existiu todo um processo de luta pela terra no Brasil, e esta é uma luta árdua e difícil. E quando o trabalhador se dedica à terra, imediatamente vem o desafio: em qual local vamos vender os produtos? (GONÇALVES, 2018).

Para atender às demandas do MST e da sociedade, o Armazém traçou quatro objetivos, descritos pelo coordenador na continuação de sua entrevista:

> O primeiro objetivo é possibilitar o acesso da sociedade aos frutos da reforma agrária; o segundo é firmar parcerias que fortaleçam agricultores familiares, assentados e cooperativas; o terceiro é ofertar alimentos orgânicos e, por último, é apresentar a dimensão da cultura que nasce com a comida. (GONÇALVES, 2018).

O Armazém tem se tornado um espaço fundamental de comercialização para os produtores e para as cooperativas, trazendo números expressivos de comercialização e, para além disso, tornou-se um local de debates, encontros culturais, lançamentos de livros e rodas de conversa, entre outros eventos. Só nos dois primeiros anos, a loja de São Paulo contabilizou mais de 100 apresentações musicais, 27 lançamentos de livros, 20 rodas de samba, oficinas diversas e peças de teatro, totalizando um número de 200 artistas que prestigiaram o espaço.

5.5.1 Armazém do Campo São Paulo

O Armazém do Campo de São Paulo está localizado na Alameda Eduardo Prado, 499 - Campos Elíseos, a sete minutos de caminhada da estação do metrô Marechal Deodoro. Tal localização facilita o acesso dos clientes de distintos pontos da cidade. As atividades culturais do Armazém do Campo de São Paulo, além de promover a realização de debates com a militância e com militantes de esquerda de São Paulo, também geram um volume considerável de compras no espaço do bar do estabelecimento. Os espaços culturais cumprem com o objetivo de divulgação dos produtos orgânicos e da reforma agrária, mantendo o foco das vendas dos produtos na loja, mantendo a média de 80% das vendas do Armazém oriundas dos produtos comercializados da loja, e apenas 20% do bar. Assim como demonstra a figura 27.

Figura 27- Folder Comemorativo dos Três anos do Armazém do Campo

Fonte: Fabio Homem de Carvalho

O sucesso dos momentos culturais do Armazém do Campo se deve ao entusiasmo dos organizadores e consumidores deste espaço em dar vida e movimento ao Armazém, participando nas atividades culturais, pois entendem que este é um espaço diversidade, de liberdade de se expressar, de horizontalidade e de encontro entre os companheiros/as.

Conforme indicado na entrevista com Ademar Paulo Ludwig Suptitz (GONÇALVES, 2018), o coordenador nacional das lojas Armazém do Campo, em 2019, com três anos de funcionamento, o Armazém do Campo de São Paulo comercializou aproximadamente 1,5 milhões de produtos, realizando um total de 108 mil atos de vendas, com uma média de compra de trinta e dois reais (RS 32,00) por cliente que passa pelo espaço. Dessas compras, podemos destacar o volume de vendas do arroz orgânico da marca Terra Livre, oriundo da COOTAP, que sozinho alcançou 60 mil quilos. A figura 28 demonstra o movimento dos clientes no Armazém do Campo.

Figura 28- Clientes comprando no Armazém do Campo na loja de São Paulo

Fonte: MST 2018

Ainda de acordo com a entrevista com Suptitz (GONÇALVES, 2018), a loja Armazém do Campo de São Paulo passou por algumas adequações desde sua abertura, quanto a sua divulgação e seu público alvo, uma vez que, no princípio, o Armazém optou pela aproximação de um público consumidor de alimentos saudáveis e orgânicos, motivado pelo movimento da I Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada em outubro de 2015, a qual indicou que este público era um potencial consumidor e que por meio do apelo da alimentação saudável seria possível começar um diálogo com a sociedade sobre as demais pautas sociais. Dessa forma, a loja não foi apresentada como um espaço do MST, para romper a barreira do preconceito e facilitar o debate. Porém, logo nos primeiros meses, percebeu-se que o público que mais frequenta o espaço do Armazém do Campo tem como característica principal o vínculo com os movimentos e o campo de esquerda, levando o Armazém do Campo a adotar em primeiro plano a imagem de vinculação ao MST.

A mudança no foco de público do Armazém do Campo, segundo Suptitz (GONÇALVES, 2018), levou a uma aproximação maior com uma parte da população de São Paulo e tornou o Armazém ponto de referência para este público, dando resultados positivos no campo do debate político e também no número de vendas da loja, que nesse novo formato passou a comercializar produtos de propagada do campo da esquerda, como livros, canecas e

camisetas, das quais já se comercializaram 15 mil unidades, deixando uma contribuição financeira significativa para a viabilidade da loja de São Paulo.

Devido à visibilidade e importância que o Armazém do Campo de São Paulo ganhou desde sua inauguração, tornou-se necessário para o MST nacional a ampliação dessa experiência para os demais estados. Assim, o Armazém do Campo não se reduziria apenas a uma loja em São Paulo, mas seria um território de comercialização a nível nacional.

5.5.2 Experiência do Rio Grande do Sul

O primeiro estado que aderiu à ideia do Armazém do Campo, logo depois da sua inauguração em São Paulo, foi o Rio Grande do Sul, o qual já tinha um espaço de comercialização dos produtos da reforma agrária e da agricultura camponesa em Porto Alegre há 18 anos. Esse espaço começou a operar em 2002, numa banca do mercado público de Porto Alegre, levando o nome de Loja da Reforma Agrária, e adotou a gestão do Armazém do Campo, mas não mudou seu nome por questão de identidade cultural. É importante ressaltar que esse foi o primeiro espaço físico de comercialização do MST nacional.

A Loja da Reforma Agrária do Rio Grande do Sul está localizada no Mercado Público, que está no centro de Porto Alegre, ao lado do terminal de ônibus local, tornando-se uma via de passagem de trabalhadores. Por esse motivo, o consumo desse mercado está associado a pequenas compras, na maioria dos casos, compras de reposição de produtos. Por ter seu espaço e horário limitados pelo mercado público, essa unidade não tem espaço de bar como as demais lojas do Armazém do Campo.

5.5.3 Armazém do Campo Belo Horizonte

O Armazém do Campo de Belo Horizonte, inaugurado na data de 25 de novembro de 2017, foi a segunda loja inaugurada com o nome de Armazém do Campo. O Armazém se encontra na Avenida Augusto de Lima, 2136, bairro Barro Preto, cerca de cinco minutos do centre de Belo Horizonte.

Belo Horizonte também sediou a Feira Nacional da Reforma Agrária, que ocorreu em 22 de julho de 2016. E, da mesma forma que em São Paulo, ficou evidente a necessidade de ter um espaço físico permanente, de comercialização e de debate com a sociedade. Além do espaço da feira, outro motivador para a abertura do Armazém em Belo Horizonte foi a entrega das

cestas com os produtos da reforma agrária, a qual cumpriu e ainda cumpre um importante papel em viabilizar a comercialização de hortaliças dos assentamentos e acampamentos da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de fazer propaganda dos produtos da reforma agrária.

Os poucos recursos e a inexperiência com a logística dos produtos nacionais, como o arroz orgânico e o suco de uva, que são produzidos pelo MST exclusivamente no Rio Grande do Sul, resultou na falta desses produtos por longos períodos no Armazém, afastando os consumidores que estavam em busca dos mesmos, levando assim a uma baixa considerável no fluxo de vendas. O resultado foi uma crise que durou até janeiro de 2019, quando o Armazém cedeu seu espaço para os blocos de carnaval da cidade ensaiarem, utilizando-se assim da potência cultural da cidade para impulsionar as vendas de comidas e de bebidas. Desde então, o Armazém vem sendo um forte espaço de atos culturais, o que está resultando numa inversão das suas vendas em comparação com o Armazém de São Paulo, pois em Belo Horizonte 80% das vendas provém do espaço do "bar" (comidas e bebidas), enquanto apenas 20% provêm das vendas dos produtos da reforma agrária. Segundo o entrevistado:

> As vendas dos produtos da reforma agrária no Armazém do Campo de Belo Horizonte tendem a seguir um gráfico de aumento, pois a questão da logística dos produtos nacionais vem sendo sanada. Ademais, há o incremento de produtos oriundos de Minas Gerais, como as hortaliças, cachaças, queijos e cafés, entre outros. (GONÇALVES, 2018).

E foi justamente o que aconteceu no primeiro e no segundo semestre de 2020, onde o Armazém de minas aumentou exponencialmente as vendas de produtos, através de cestas e de entregas de produtos nas casas dos clientes, mesmo com a loja fechada ao público o Armazém aumentou as vendas em mais de 100%, o que deve ser uma constante segundo seus coordenadores.

A foto da fachada na figura 29, revelam também a localização do Armazém.

Figura 29 - Fachada do Armazém do Campo de Belo Horizonte

Fonte: mst.org.br

5.5.4 Armazém do Campo Rio de Janeiro

O Armazém do Campo do Rio de Janeiro foi inaugurado em setembro de 2018 e está localizado em um casarão tradicional da Lapa, bairro boêmio do Rio de Janeiro, caracterizado pelo fluxo de pessoas atraídas pela grande quantidade de bares, restaurantes e casas noturnas. O que permite que Armazém desenvolva suas atividades culturais no segundo piso da loja como forró, samba e apresentações culturais. A foto da figura 30 revela a beleza do prédio do Armazém na Lapa do Rio de Janeiro.

Figura 30 - Foto do Armazém do Campo Rio de Janeiro

Fonte: Pablo Vergara

O lugar do Armazém do Campo Rio de Janeiro, assim como em São Paulo e Belo Horizonte, tem extrapolado a simples relação de compra e venda de alimentos saudáveis e vem se tornando um espaço de resistência e de encontro dos militantes de esquerda do Rio de Janeiro. Mesmo com a crise financeira que vem assolando o comércio do estado, o Armazém mantém suas atividades.

A comercialização de produtos comparados com os ganhos do bar e das atividades culturais tem se demonstrado em um constante equilíbrio desde a sua inauguração.

Na figura 31 pode-se observar o arranjo interno do Armazém do Campo quando está em pleno funcionamento.

Figura 31 - Espaço Interno do Armazém do Campo Rio de Janeiro

Fonte: Pablo Vergara/ MST/ Divulgação

5.5.5 Armazém do Campo Recife

O Armazém do Campo de Recife se destaca pela localização privilegiada, a menos de um quilômetro da Praça Rio Branca (conhecida como Marco Zero), com paradas de ônibus e metrô próximas. O Armazém Recife vem se destacando pelas grandes aglomerações de pessoas nos seus eventos culturais. Segundo Suptitz (GONÇALVES, 2018), o público nessas atividades tem alcançado uma média de mil pessoas em apenas um dia dos três que acontecem atividades culturais durante a semana. Na figura 32 pode-se observar a quantidade de pessoas que reúne as atividades culturais nesse Armazém.

Figura 32 - Espaço Externo do Armazém do Campo do Recife

Fonte: Alves (2019).

O Armazém do Recife tem características próprias, como a venda diária de almoço e uma expressiva venda de livros da expressão popular[13]. Mas, mesmo com o espaço cultural atendendo a tantas pessoas, a venda dos produtos da reforma agrária ainda é mais expressiva, atingindo 70% das vendas totais do armazém, o que vem sendo muito positivo para alcançar os objetivos dos Armazéns do Campo.

Todavia, ainda segundo Suptitz (GONÇALVES, 2018), o principal destaque do Armazém do Campo de Recife é ter sido a primeira unidade onde se realizou o estudo mercadológico aplicado, o qual foi feito por meio da assessoria da Mondragon, do país Basco, que tem parceria com o MST. O resultado do estudo e da aplicação de todos os procedimentos e ferramentas acumuladas com a experiência do Armazém de São Paulo pode ser percebido nessa unidade, desde 2016.

[13] Expressão Popular é uma livraria e editora criada em 1999 através de uma rearticulação de movimentos populares, que viam na formação política e literária a saída para reconstrução da classe trabalhadora. Nas suas décadas de existência, já foram publicados mais de 600 títulos, divididos em 30 segmentos.

5.5.6 Armazém do Campo São Luís

O Solar Maria Firmina Cultural, da Terra é o mais novo espaço de comercialização no formato Armazém do Campo. Possui suas particularidades, como ter uma sede própria e não levar o nome “Armazém”, devido a este simbolizar o nome do mercado onde se negociavam escravos. Ele está localizado na Rua Rio Branco, 420, centro de São Luiz. Na figura 33 vemos a distribuição de almoço no Solar.

Figura 33 - Espaço Interno do Solar Cultural

Fonte: Divulgação MST

Como exemplo de característica única, existe o espaço Café Literário, um espaço de vivência para várias atividades, como sarais literários e reuniões. O Café funciona na parte superior do casarão e oferece aos frequentadores um ambiente ventilado, com a brisa que vem do mar, como pode ser observado na figura 34.

Figura 34 - Espaço de Vivência Solar Maria Firmina

Fonte: Divulgação MST

Por essas características apresentadas acima o Armazém do Campo de São Luiz, está apresentando melhores resultados nos lugares de socialização que na venda de produtos da loja.

Mesmo com todas as dificuldades oriundas da falta de experiência com a logística e com o mercado, o Armazém do Campo tem demonstrado ser uma alternativa viável para a comercialização dos produtos da reforma agrária, além de ser uma importante ferramenta de divulgação e propaganda do MST. Isso é demonstrado na expansão das unidades do Armazém do Campo pelo Brasil, conforme podemos analisar na tabela a 12.

Tabela 10 - Quadro dos Armazéns do Campo pelo Brasil

Armazéns do Campo no Brasil		
Funcionamento	**Em Estudo de Viabilidade**	**Em Discussão para Abertura**
Porto Alegre (RS)	Brasília (DF)	Uberlândia (MG)
São Paulo (SP)	Salvador (BA)	Governador Valadares (MG)
Belo Horizonte (MG)	Teixeira de Freitas (BA)	Ribeirão Preto (SP)
Rio de Janeiro (RJ)	Florianópolis (SC)	
Recife (PE)	Fortaleza (CE)	
São Luís (MA)	Bauru (SP)	
Caruaru (PE)	São Bernardo (SP)	
	Campinas (SP)	

Fonte: Elaborado pelo autor com os dados do extrato de DAP

Quando perguntado sobre qual é o papel do Armazém do Campo no debate da alimentação saudável, Suptitz (GONÇALVES, 2018), em sua entrevista, declara que:

> O Armazém se torna ferramenta de divulgação e propaganda do fruto da luta pela terra, o qual pode ser sintetizado na oferta de um produto de boa qualidade para a classe trabalhadora, propiciando uma alimentação diversificada e saudável, agroecológica e orgânica, dando prioridades para alimentos frescos e se aproximando ao máximo dos camponeses locais. Essa é a forma com que o Armazém do Campo contribui para o debate da soberania alimentar (GONÇALVES, 2018).

Suptitz, quando perguntado sobre em que aspectos o Armazém do Campo se diferencia das grandes redes de supermercados, fala sobre a prioridade para os produtos da reforma agrária e dos movimentos socioterritoriais do campo, sobre a não utilização da relação de exploração dos camponeses e trabalhadores nas lojas, evitando os atravessadores e a especulação do mercado e sobre a garantia da capacitação técnica e política dos mesmos e da bonificação financeira acima do piso de mercado para seus funcionários (GONÇALVES, 2018).

Pode-se observar na prática o diferencial do Armazém do Campo com as grandes redes de supermercado na alta do preço do arroz em agosto de 2020, onde o Armazém do Campo foi à ferramenta utilizada pelo MST e suas cooperativas para a relação direta com a sociedade, na ação de não acompanhar o mercado na elevação do preço do arroz, o efeito positivo pode ser observado na foto da matéria da Folha de São Paulo (Figura 35), a qual registrou as filas de consumidores em busca do arroz orgânico do MST na loja do Armazém do Campo de São Paulo.

Figura 35 - Consumidores fazem fila para comprar arroz orgânico no Armazém do Campo de São Paulo

Fonte: Folha de São Paulo 2020

A ação do MST em manter o preço do arroz orgânico Terra Livre expôs as grandes redes de supermercados e também, as cadeias de exploração do agronegócio e do mercado capitalista. E tal ação não seria possível sem um canal direto de comercialização do MST como o Armazém do Campo.

O Armazém do Campo é um exemplo dos espaços que precisam ser criados para que os produtos oriundos da produção camponesa possam chegar a mais residências na cidade. Há necessidade da organização dos consumidores no sentido de ampliar o conceito de consumo para além da compra. Essa é a preocupação da coordenação do Armazém do Campo, quando explica os entraves a ser superados para a multiplicação das lojas do Armazém do Campo.

> Para a construção de uma rede de supermercados de cooperativas, é necessária uma maior consolidação do público consumidor; assim como resolver as questões logísticas, distributivas e de planejamento da produção. Ainda chegaremos lá, mas não é suficiente. O aspecto do consumo continua não organizado (COORDENAÇÃO DO ARMAZÉM DO CAMPO, 2020).

Atualmente não recai sobre o Armazém do Campo a responsabilidade de dar resposta para o questionamento de como organizar os consumidores, até mesmo porque são complexas

as formas de organização deste segmento, e para isso necessitaria uma pesquisa de comportamento em cada ação como feiras, cestas de produtos da reforma agrária, sacolões e grupos de consumo entre outros.

O Armazém do Campo está em contato direto com o público e está pensando permanentemente como organizar o mercado, assim como afirma a coordenação (2020), em entrevista:

> A forma como hoje se organiza o mercado convencional é simples e altamente eficiente, pois não atende, e nem procura atender, as necessidades de plenitude dos seres humanos; não cumpre a promessa de felicidade contida em suas propagandas. Nós almejamos uma forma diferente de consumo, que crie, ainda sob o capitalismo, vivências anticapitalistas. Isso exige níveis de intencionalidade, exige que pensemos em cada dimensão do ser humano. Precisamos ter esses elementos em mente quando pensamos a organização do consumo na cidade, ainda que acrescente camadas extras de complexidade e trabalho. (COORDENAÇÃO DO ARMAZÉM DO CAMPO, 2020).

Tendo em vista todos os elementos expostos acima sobre a relação do Armazém do Campo com a sociedade e o acumulo de experiência com suas seis lojas, o torna uma importante ferramenta do MST no diálogo com os consumidores, e por consequência, o coloca na vanguarda do estudo de como se comportam os consumidores e as redes de supermercados capitalistas.

E por si o Armazém do Campo carrega a responsabilidade de criar uma rede de mercados que não promovem as relações capitalistas, mas sim as relações de comércio justo e que por sua vez fortaleçam a comercialização de produtos agroecológicos oriundos das cooperativas e assentados da reforma agrária.

Cada Armazém do Campo tem suas particularidades, as quais são determinadas pela cultura e economia local. As mesmas ditam a identidade de cada espaço, mas todos os Armazéns mantêm o foco e objetivos comuns, que são o compromisso com a reforma agrária, com a agricultura familiar camponesa e seus debates com a sociedade, a comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos oriundos da agricultura familiar e dos movimentos socioterritoriais do campo e a formação de novos profissionais militantes, a partir da capacitação dos jovens da base do MST.

O Armazém do Campo também é responsável por promover e ser parceiro em ações de distribuição de alimentos gratuitamente para a população em situação de rua em cidades onde o Armazém do Campo está sediado, ações como:

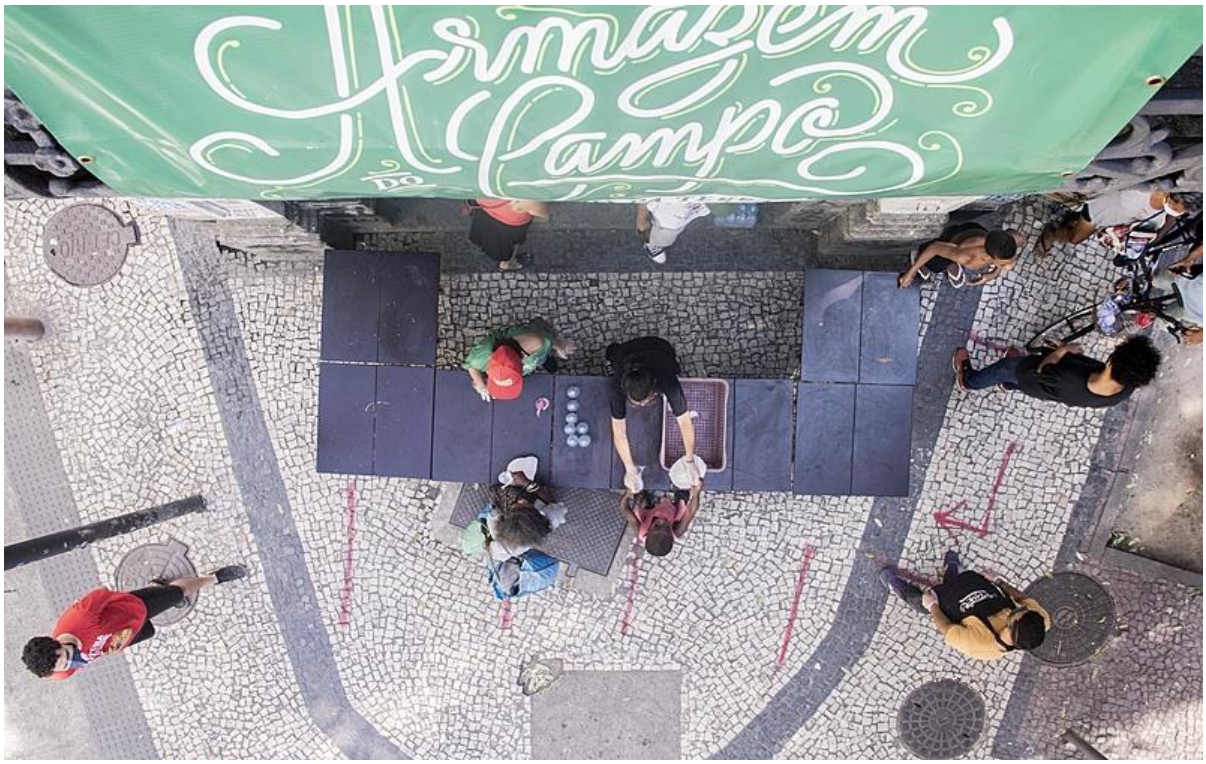
A Marmita Solidária, na unidade Recife do Armazém do Campo, no bairro de Santo Antônio.

> A iniciativa está oferecendo água, alimentos e banhos à população em situação de rua na capital pernambucana. A campanha foi iniciada no dia 23 de março, em caráter voluntário e seguindo as normas de segurança estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde para evitar a proliferação do Covid-19. (BRASIL DE FATO, 2020).

Distribuição de refeições no Armazém do Campo do Rio de Janeiro, ação que segundo Brasil de Fato (2020b), distribuiu gratuitamente refeições para a população em situação de vulnerabilidade social. Foram preparadas 250 marmitas com alimentos agroecológicos plantados por produtores da agricultura familiar.

Na figura 36 nota-se a distribuição de cestas na loja do Armazém do Campo na Lapa do Rio de Janeiro.

Figura 36 - Entrega de marmitas no Armazém do Campo do Rio de Janeiro



Fonte: Pablo Vergara/ MST

E para encerrar os exemplos de demonstrações de solidariedade escolhemos a ação simbólica do Armazém do Campo em São Paulo junto com a organização social Rede Rua que segundo MST (2020):

> Em uma ação de caráter simbólico, o MST, o Armazém do Campo em São Paulo e a Rede Rua distribuíram 52 marmitas para pessoas em situação de rua na região do Brás, capital paulista, nesta tarde de véspera do Natal. (MST,2020).

Veja na figura 37 a distribuição de marmitas realizadas pelo Armazém do Campo em São Paulo.

Figura 37 - Funcionários do Armazém do Campo entregam m Marmitas á moradores de Rua de São Paulo

Fonte: MST (2020).

Estes exemplos são demonstrativos de ações em que o Armazém do Campo foi fundamental para demonstrar que o MST é um movimento socioterritorial sensível aos problemas sociais causados pelo capitalismo que extrapolam a luta pela terra em si.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos entender os territórios e as territorialidades dos assentamentos a partir do estudo da renda da terra, por acreditar em sua importância no estudo da questão agrária e para o posicionamento dos movimentos socioterritoriais do campo frente à investida do capitalismo agrário. Nas análises dos assentamentos e das cooperativas do MST pelo conceito da renda da terra observamos que este pode contribuir não somente para compreender os processos que levam à apropriação da renda capitalizada da terra, mas também ajuda os camponeses e as cooperativas camponesas a tomar decisões quanto ao posicionamento político e a investimentos em tecnologias.

Ao compreender a parte da renda que o capitalista não se apropria quando o camponês está organizado em cooperativa, chamamos essa renda não apropriada pelo capitalismo de renda camponesa da terra, e, como resultado desta pesquisa sobre esta forma especifica de renda da terra e a contribuição das cooperativas para ela, concluímos que:

Primeiro: a cooperação é fundamental para garantir a renda camponesa da terra, uma vez que individualmente o camponês certamente não terá forças para resistir à ofensiva do capitalismo agrário.

Segundo: no cultivo do arroz orgânico a viabilidade econômica do produtor está diretamente ligada aos gastos com a produção e produtividade em sacas de arroz por hectare, ou seja, quanto menores os gastos e maior a produtividade, maior será a viabilidade do camponês dedicado a rizicultura de arroz orgânico.

Terceiro: a cooperativa desenvolve estratégias para maximizar a vinculação dos seus sócios e para fortalecer a renda da terra camponesa, quando promove ações como assistência técnica, fundo rotativo econômico e em insumos para as lavouras, além de subsídios exclusivos nas relações comerciais. Mas essas ações por si só não garantem a renda da terra camponesa, pois as empresas do capitalismo agrário também fazem suas ações de maior magnitude segundo suas necessidades. Como aconteceu na crise do aumento dos preços em agosto de 2020, onde as empresas do agronegócio ofereceram aos camponeses vantagens comerciais desleais se comparadas com as da cooperativa.

Se renda capitalista da terra é resultado da exploração do solo e do agricultor, o que afere é lucro e sobre lucro como resultado desta relação. Medir a renda da terra camponesa,

com valores financeiros, é o mesmo que jogar nas regras do inimigo. Baseado na pesquisa que realizamos, planteamos que a renda da terra camponesa não pode ser medida em números relacionados a margens de valores financeiros, mas sim em valores da cooperação que permitam o camponês produzir e se reproduzir no seu território.

Baseado nesse incentivo à cooperação, concluímos que, o relato da criação e da evolução histórica da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda., documentada nesta pesquisa, serve para desmistificar a meritocracia e auxiliar a criação de cooperativas autogestionadas pelos camponeses, incentivadas por políticas públicas emancipatórias, são fundamentais para a construção de territórios camponeses de cooperação e intercooperação, que sejam capazes de gerar relações humanas e de produção não capitalistas.

A reprodução camponesa é viabilizada com mais sucesso quando o trabalho e a produção são realizados de forma cooperada, pois as cooperativas são um instrumento de incentivo para a sucessão camponesa nos assentamentos de reforma agrária, uma vez que a estrutura de uma cooperativa bem organizada pode garantir a viabilidade financeira e o bem estar social que os jovens anseiam para ficar no campo e dar segmento no trabalho e no sonho dos seus pais, além de ser estratégico para um plano de médio e longo prazo para a produção e comercialização do MST.

Quanto ao mercado reafirmamos que ele é um território em disputa, e em nossa pesquisa, planteamos duas vias seguras para a autonomia das cooperativas camponesas de acesso ao mercado. Dentre elas concluímos que o mercado institucional de caráter emancipatório é necessário para a comercialização da produção camponesa, e para isso os programas como o PAA e o PNAE devem ser fortalecidos. No caso do PNAE podemos observar mais uma vez a importância da cooperação e da intercooperação, pois só esses fatores possibilitaram que os produtos do MST conseguissem ser comercializados em âmbito nacional. Além da necessidade da criação de programas de comercialização que potencializem os movimentos socioterritoriais e o modo de produção camponesa.

O segundo caso não é um mercado criado para nós e sim um mercado criado por nós. Resultado de mais de três décadas de experiências produtivas e organizativas e de experiências de comercialização resultaram na criação das lojas do Armazém do Campo, o qual tem se demonstrado uma ferramenta não só de comercialização, mas também de propaganda da produção do MST, além de promover eventos culturais e debates políticos com a sociedade,

assim que reafirmamos que o Armazém do Campo é um território do MST. O Armazém do Campo merece uma atenção especial para futuros estudos, pois ele é uma ferramenta em desenvolvimento e de grande potencial de crescimento e aperfeiçoamento.

E, por fim, concluímos que a cooperação é importante base da renda da terra camponesa, assim como para sucessão camponesa e para a organização dos camponeses, para acessar políticas públicas de comercialização e para criar mercados próprios que não são baseadas em relações de exploração.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. In CHAYANOV E O CAMPESINATO. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

ACCIOLY, E. A escola como promotora da alimentação saudável. Ciência em Tela. Vol.2, n.2, Rio de Janeiro, 2009.

ALMEIDA, José Carlos de. A disputa territorial entre agronegócio x campesinato no assentamento Santa Rita de Cássia II em Nova Santa Rita – RS. Monografia (Bacharelado) Curso de Graduação em Geografia Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2011.

BARTRA, Armando. Campesíndios: aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. Equador: Ediciones La Tierra, 2011.

BBC BRASIL (Brasil). BBC Brasil (Ed.). Como o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SCHRAMM, Franciele Petry e PORTO, Dayse :Agricultores presos por ordem de Sérgio Moro são inocentados. Rio de Janeiro, 05 out. 2017. Disponível em: https://www.brasildefatopr.com.br. Acesso em: 19 out. 2020.

BRASIL DE FATO: Armazém do Campo sedia campanha solidária. Recife, 26 mar. 2020a. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/03/26/armazem-do-campo-sedia-campanha-solidaria-por-conta-do-covid-19-em-recife

BRASIL DE FATO: Movimentos populares organizam distribuição de 500 refeições no Dia do Trabalhador. As "Marmitas solidárias" serão distribuídas a partir das 11h no Armazém do Campo do Rio de Janeiro, no bairro da Lapa. 30 abr. 2020b https://www.brasildefatorj.com.br/2020/04/30/movimentos-populares-organizam-distribuicao-de-500-refeicoes-no-dia-do-trabalhador

CÍCERO GUEDES, coordenador da ...: Cícero Guedes, coordenador na ocupação na Usina Cambahyba, é assassinado no Rio. Rio de Janeiro, 26 jan. 2013. Disponível em: https:/www.mst.org.br. Acesso em: 8 out. 2020.

BARBOSA, Catarina: Irmã Dorothy segue inspirando luta camponesa, 15 anos após ser morta por fazendeiros. Rio de Janeiro, 12 fev. 2020c. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br. Acesso em: 18 out. 2020.

CARIGNANO, Julio: Jornada de Agroecologia homenageia Keno, assassinado na luta contra os transgênicos. Rio de Janeiro, 22 set. 2017. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br. Acesso em: 18 out. 2020.

BRASILIA. Companhia Nacional de Abastecimento. Dispara participação das mulheres no PAA. BRASÍLIA: CONAB, 2019. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete *et al*. Dicionário da Educação no Campo. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 744-748.

CARVALHO, Aline Beatriz Pacheco e OZORIO, Carla Penna. Avaliação sobre os banhados do Rio Grande do Sul, Brasil. Revista de Ciências Ambientais, Canoas, V. 1, n° 2, p. 83 a 95, 2007.

CARVALHO, Horácio Martins de (org.). Chayanov e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHAYANOV, Alexander V. La Organización de La Unidad Económica Campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHRISTOFFOLI, P.; AZERÊDO, R. Cooperação, Cooperativismo e associativismo Rural, in: Mazin, Ângelo Diogo *et al*. (Org). Questão Agraria, Cooperação e Agroecologia São Paulo: Outras Expressões, 2016.

CONAB (BSB). Companhia Nacional de Abastecimento. Dispara participação das mulheres no PAA. Brasília: CONAB, 2013. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Conab. Resultados das Ações da CONAB em 2015. Brasília: CONAB, 2016. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

CONAB (BSB). Companhia Nacional de Abastecimento. Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar (Comp.). Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2018. Brasília: CONAB, 2019. Compêndio de estudos Conab. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: 27 dez. 2019.

CONCRAB. Uma Concepção de Desenvolvimento Rural: Caderno de Cooperação Agrícola número 1. São Paulo: CONCRAB, 1993

CONCRAB. Questões Práticas Sobre Cooperativas de Produção. Caderno de Formação número 21. São Paulo: CONCRAB, 1994.

CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentamentos: Caderno de Cooperação Agrícola número 5. São Paulo: Gráfica e Editora Peres Ltda., 1997.

COOPERAR – Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária – Base da dados. 2020. https://cooperar.org.br/#

COOTAP. Plano de investimento de empreendimento solidário - PIES - versão ajustada. Eldorado do Sul: COOTAP, 2015.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga, Movimento de Mulheres Camponesas: Na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa, In. Mulheres resistência e luta em defesa da vida, Org. Conceição Paludo, CEBI, São Leopoldo, 2009, pp. 86-132.

ESPERANÇA, Livia da Cruz. A Política de Compra de Alimentos da Agricultura Familiar Para o Programa de Alimentação Escolar do Município de São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Curso de Nutrição em Saúde Pública, Ciências, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FAGUNDES, Leandro Feijó. Potencialidades e limites da produção do arroz orgânico no projeto de assentamento Filhos de Sepé – Viamão – RS. Monografia (Bacharelado) Curso de Graduação em Geografia Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano Diretrizes de uma caminhada. Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. REVISTA NERA (UNESP), v.6, p.14 - 34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Por uma tipologia de territórios In: Território e territorialidades: teorias processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Construindo um Estilo de Pensamento na Questão Agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. 343 f. Tese (Livre-Docência) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Cuando la agricultura familiar es campesina. In: (Org). Hidalgo F., Francisco Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafios. Quito: Editorial IAEN, 2014. P19 - 35.

FNDE (BSB). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE. Ministério da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar: Histórico. 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 26 dez. 2019.

FNDE. Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. 2020. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020. Acesso em: 22 OUT. 2020.

G1 (PA). Morre Ulisses Manaças, coordenador do MST no Pará, depois de dois anos de luta contra o câncer. Rio de Janeiro, 18 ago. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com. Acesso em: 18 out. 2020.

GLIESSMAN, Sthephen R. Agroecología:Processos Ecológicos en Agricultura Sostenible. Turrialba, Costa Rica: Catie, 2002.

GONÇALVES, Juliana (Brasil). Brasil de Fato. Armazém do Campo completa 2 anos de alimento saudável e política em SP. 2018. Disponível em: <www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 21 jul. 2019.

IBGE, Sidra. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil. Acesso em: 13 set. 2021.

INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ (IRGA) (Rio Grande do Sul). Série histórica de preços de arroz em casca: longo fino tipo 1, 58% inteiros. Longo fino tipo 1, 58% inteiros. 2019. Disponível em: https://irga.rs.gov.br/. Acesso em: 17 out. 2020.

LINDNER, Michele e MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Transformações sócio territoriais na Região Metropolitana de Porto Alegre: a experiência da produção do arroz ecológico em assentamentos rurais. Sociedade e Território, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 79-94, set. 2015.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Pastoreio racional Voisin: Técnicas Agroecológicas para o Terceiro Milênio. 3 Ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010. 376 p.

MARIA EGILDA CASTELLANO. Comisión de Asesoría Académica Al Ministro del Mpdes (Org.). Instituto Latinoamericano de Agroecología " Paulo Freire": Documento Fundacional. Caracas: Editorial Melvin C.a, 2010. 221 p.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. A Produção Ecológica de Arroz nos Assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre de Porto Alegre: territórios de resistência ativa e emancipação. 2017. 296 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

Marx, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MOSIMANN, E. N. Agricultura familiar e alimentação escolar nas encostas da Serra Geral de Santa Catarina: desafios e potencialidades. 2014. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2014, p. 99.

MST (Brasil) (ed.). O legado de Roseli Nunes, um símbolo da luta pela terra no Brasil. 2018. RAFAEL SORIANO. Disponível em: https://mst.org.br/. Acesso em: 18 out. 2020.

MST. Com Rede Rua, MST distribui marmitas de Natal a pessoas em situação de rua em São Paulo (SP). Disponível em: https://mst.org.br/2020/12/25/com-rede-rua-mst-distribui-marmitas-de-natal-a-pessoas-em-situacao-de-rua-em-sao-paulo-sp/Acesso em: 28 dez. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados 15 (43), 2001

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Vanderlei de Souza. Análise das relações de trabalho e renda em assentamentos de reforma agrária nas regiões Norte, Sul e Metropolitana de Porto Alegre – RS. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 2016.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. Território e Territorialidades em Disputa: Subordinação, Autonomia e Emancipação do Campesinato em Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2019.

Ploeg, Jan Douwe van der. Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PORTAL do Cooperativismo Financeiro: Conheça mais sobre Mondragón na Espanha. Conheça mais sobre Mondragón na Espanha. 2010. Disponível em: < https://cooperativismodecredito.coop.br/2010/05/conheca-mais-sobre-mondragon-na-espanha/>. Acesso em: 07 ago. 2019.

RECONTA AÍ (Brasil). MST segue vendendo arroz a preço justo. 2020. Disponível em: < https://recontaai.com.br/atualiza-ai/o-mst-segue-vendendo-arroz-a-preco-justo>. Acesso em 08 out. 2020.

ROSELI, Indiane Witcel. A sustentabilidade socioeconômica e os desafios da inserção da juventude na cooperativa de produção agropecuária Nova Santa Rita - Coopan - Nova Santa Rita, Rs. (Monigrafia) - Curso de Graduação Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, Paraná, 2016.

SAMPAIO JR. Plinio de Arruda. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In STEDILE, João Pedro (org.). A Questão Agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 240 p.

SANTOS, Josene A. dos. A formação no instituto educar e suas contribuições para o território camponês. 2011. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Graduação em Geografia, Geografia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2011. https://www2.fct.unesp.br/nera/monocegeo/monografia_josene.pdf Acesso em: 16 out. 2020.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 16.140, de 17 de março de 2015. Dispõe Sobre A Obrigatoriedade de Inclusão de Alimentos Orgânicos Ou de Base Agroecológica na Alimentação Escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de São Paulo e Dá Outras Providências. São Paulo, SP: Diário Oficial, 17 mar. 2015. n. 462. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16140-de-17-de-marco-de-2015>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SOARES, Panmela *et al*. Compra institucional de alimentos: uma estratégia para impulsionar sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. In abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais. Florianópolis: Uniijui, 2018.

TARDIM, J.M. Cultura. In: CALDART, Roseli Salete *et al*. Dicionário da Educação no Campo. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

TORRES, ANIA FERNÁNDEZ (Cuba). ¡ahora!. Producción porcina, retomar antiguos métodos. 2020. Disponível em: http://www.ahora.cu/es. Acesso em: 14 out. 2020.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In Chayanov e Campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

ZANOTTO, RITA. Soberania Alimentar como construção Contra Hegemônica da Via Campesina: Experiências no Brasil e na Bolívia. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 2017.